

# Relatório de Avaliação da Execução do I Plano Regional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica (2010-2012) Região Autónoma dos Açores

**DEZEMBRO DE 2013** 

# **Equipa de Investigação:**

Daniela Soares (Coordenadora) Helena Medeiros

Equipa da Direção Regional da Solidariedade Social:

Ângela Martins

Maria Humberto Batista

Sandra Silva

## ÍNDICE

Introdução	3
Fontes e procedimentos metodológicos	7
Análise da execução global do I PRPCVD, por contexto de intervenção e medida	12
Contexto 1: Intervenção em Situações de Risco	19
Contexto 2: Proteger as vítimas e evitar a (re)vitimização	29
Contexto 3: Combate	57
Contexto 4: Prevenção	78
Contexto 5: Aprofundar o Conhecimento	138
Análise Financeira (2010, 2011 e 2012)	143
Bibliografia publicada e seminários organizados na Região Autónoma dos Açores	146
Anexos	

### **INTRODUÇÃO**

O Relatório de Avaliação da Execução do I Plano Regional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica (2010-2012) que aqui se apresenta foi solicitado pela Direção Regional da Solidariedade Social (DRSS) e realizado no âmbito das atividades do Centro de Informação, Promoção e Acompanhamento de Políticas de Igualdade pertencente à Novo Dia – Associação para a Inclusão Social. Assim, neste documento é apresentada a avaliação realizada ao I Plano Regional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica (PRPCVD).

O Plano Regional em questão foi concebido por um grupo de profissionais de entidades governamentais, envolvendo a Direção Regional de Igualdade de Oportunidades, a Direção Regional da Prevenção e Combate às Dependências, a Direção Regional da Educação e Formação, a Direção Regional do Trabalho, Qualificação Profissional e Defesa do Consumidor, a Direção Regional da Habitação, o Instituto de Ação Social e entidades não-governamentais como a APAV — Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, o Centro de Apoio à Mulher e a UMAR — Associação para a Igualdade dos Direitos da Mulher. O suporte técnico foi do Professor Doutor Manuel Lisboa da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (FCSH — UNL).

A execução e implementação deste Plano, aprovado pela Resolução do Conselho do Governo nº 50/2010 de 19 de maio, foi coordenada pela DRSS. Embora a responsabilidade da coordenação da execução das medidas prevista neste Plano tenha sido da DRSS, muitas foram as entidades envolvidas e que dinamizaram atividades no âmbito do I PRPCVD.

Também é necessário referir que este I PRPCVD beneficia da influência recebida das estratégias nacional e internacional, bem como dos resultados obtidos em inúmeros estudos e relatórios científicos que têm sido produzidos em Portugal e na Europa e do grande investimento e impulso dado pela Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG) na promoção do combate à violência doméstica.

Porém, é importante salientar que, embora o IPRPCVD seja datado de 2010, esta temática era já objeto de estudo traduzido na realização de seminários e na produção de publicações - artigos, atas e estudos - sobre violência doméstica, anteriores ao referido ano.

Destas publicações, destacamos o estudo desenvolvido pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (FCSH-UNL), *Inquérito à Violência de Género - Região Autónoma dos Açores*, promovido pelo Governo Regional da Região Autónoma dos Açores, que foi coordenado pelo Professor Doutor Manuel Lisboa e editado em 2009. Este estudo, estatisticamente representativo da Região Autónoma dos Açores, permitiu conhecer a prevalência da violência de género nos Açores e efetuar uma comparação com os dados nacionais sendo um estudo fundamental para o melhor conhecimento deste fenómeno no Arquipélago.

Outro estudo que não podemos deixar de referir pela sua importância para o conhecimento sobre a Violência Doméstica nos Açores foi o relatório datado de 2010 sobre *A Violência Doméstica na Região Autónoma dos Açores - Estudo Sócio-Criminal,* promovido pelo Ministério da Administração Interna (Direção Geral da Administração Interna - DGAI) e produzido pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade dos Açores (CES-UA), que foi coordenado pelas Professoras Doutoras Gilberta Rocha e Piedade Lalanda. Este estudo foi fundamental para o melhor conhecimento do fenómeno, particularmente da violência conjugal que se apresenta como a mais denunciada às Forças de Segurança nos Açores¹, possibilitando um conhecimento aprofundado da problemática em questão visto que se baseou, por um lado, na análise estatística da informação existente na DGAI fornecida pelos autos de denúncia registados pela Polícia de Segurança Pública (PSP) e na sua georreferenciação, no período entre 2007 e 2009 e, por outro, permitiu dar maior visibilidade às boas práticas já implementadas e apresentar sugestões a introduzir no atendimento às vítimas.

-

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> De acordo com os dados disponibilizados neste estudo, cerca de 70% de denúncias de violência doméstica são de violência conjugal presente ou passada.

Estes dois estudos representativos sobre a violência nos Açores foram fundamentais para o melhor e mais completo conhecimento dos fenómenos da violência de género e da violência doméstica na Região.

O investimento realizado pelos Governos Regionais dos Açores no combate à violência doméstica é também conhecido e muito anterior ao ano de 2010, tendo, a título de exemplo, sido criada, em 30 de outubro de 1997, uma das 3 primeiras casas de abrigo para vítimas de violência doméstica em Portugal, sediada na ilha de São Miguel e gerida pelo Centro de Apoio à Mulher. Além disso, em 2005, foi criada a Rede de Apoio Integrado à Mulher em Risco de São Miguel, que congrega técnicos/as de várias áreas científicas e de múltiplas organizações governamentais e não-governamentais, seguindo-se as redes da ilha Terceira, em 2006 e da ilha do Faial, em 2009, embora estas duas últimas envolvam outras áreas de intervenção para além da violência doméstica e do apoio às mulheres em situação de risco.

Como podemos perceber, este é um fenómeno que tem preocupado os vários Governos dos Açores, sendo evidente o esforço da Região no trabalho e na investigação sobre esta problemática.

Ao longo deste relatório serão apresentados os resultados da avaliação realizada, referindo as organizações envolvidas e, sempre que possível, apresentando um resumo das atividades que foram dinamizadas.

Referindo-se esta avaliação ao I PRPCVD implementado na Região Autónoma dos Açores (RAA) foram surgindo alguns imprevistos no decorrer do estudo que implicaram mais tempo de recolha de informação. Algumas das dificuldades prenderam-se com a heterogeneidade dos dados, a inexistência de relatórios padronizados por serem de organizações governamentais e não-governamentais e ao elevado número de organizações envolvidas. Por outro lado, o facto de envolver múltiplas organizações dispersas por ilhas não facilitou o trabalho da equipa envolvida na elaboração desta avaliação.

Optou-se por organizar o relatório em quatro partes: a primeira diz respeito às fontes e procedimentos metodológicos adotados na avaliação; na segunda é apresentada a

Relatório de Avaliação da Execução do

I Plano Regional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica (2010-2012)

análise da execução global do I PRPCVD, a análise por contexto de intervenção e para

cada uma das medidas; segue-se a análise financeira; e por fim, a bibliografia

publicada e seminários organizados na RAA. Na sequência deste estudo de avaliação

serão apresentadas propostas e sugestões para a elaboração do II PRPCVD.

A coordenadora do estudo

**Daniela Soares** 

### **FONTES E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

O I PRPCVD, aprovado pela Resolução do Conselho do Governo nº 50/2010, de 19 de maio, considerava que "as avaliações deverão conter indicadores quantitativos e qualitativos: os primeiros no sentido de medir a aplicação do Plano nos seus diferentes domínios e os segundos centrando-se nos processos e dinâmicas que estão associados à aplicação das medidas". Nesse sentido, optou-se por fazer, por um lado, um levantamento de informação quantitativa para medir e quantificar a execução das medidas previstas no Plano e, por outro, recolher a opinião dos profissionais envolvidos para melhor avaliar qualitativamente as ações implementadas e atividades desenvolvidas no âmbito das medidas.

Para tal, foi necessário recorrer a vários tipos de fontes para reunir o máximo de informação possível que permitisse uma melhor e mais fidedigna avaliação da execução das medidas constantes no Plano. Esta recolha foi realizada tendo por base a grelha apresentada em anexo, numa tentativa de obter toda a informação existente referente aos vários indicadores para cada uma das medidas.

Numa primeira fase, recorreu-se essencialmente a fontes primárias, documentais, para aferir as taxas de execução por contexto e a taxa de execução global. Em seguida, numa segunda fase, aplicou-se um inquérito por questionário *online*, que foi criado no *Google docs* e divulgado por correio eletrónico, aos profissionais da área que desempenham atividade nos Açores, com o intuito de melhor perceber a sua avaliação sobre a implementação e execução deste primeiro Plano Regional, recorrendo-se para tal a análise SWOT da informação recolhida.

As fontes de informação documental consultadas são as seguintes:

### <u>Protocolos de Cooperação</u>

- Criação da Rede de Apoio Integrado à Mulher em Situação de Risco de São Miguel, de 15 de novembro de 2005;
- Criação da Rede de Apoio Integrado ao Cidadão Situação de Exclusão Social da Terceira, de 16 de março de 2006;

- Criação da Rede Integrada de Suporte a Públicos em Situação de Vulnerabilidade Social e Cultural do Faial, de 15 de dezembro de 2009;
- Criação do Polo Local de Prevenção e Combate à Violência Doméstica da Ilha de Santa Maria, de 8 de outubro de 2010;
- Criação do Polo Local de Prevenção e Combate à Violência Doméstica da Ilha da Graciosa, de 4 de novembro 2010;
- Criação do Polo Local de Prevenção e Combate à Violência Doméstica da Ilha de São Jorge, de 16 de novembro de 2010;
- Criação do Polo Local de Prevenção e Combate à Violência Doméstica da Ilha do Pico, de 19 de novembro de 2010;
- Criação do Polo Local de Prevenção e Combate à Violência Doméstica da Ilha das Flores, de 2 de março de 2011;
- Entre a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG) e a Direção Regional de Igualdade de Oportunidades, de 23 de Abril 2010;
- Entre a Direção Regional de Igualdade de Oportunidades, o Instituto de Ação Social, a *Unidad de Investigacion en Intervencion e Cuidad Familiar da Universidad de Corunha e a Fundacion Meniños*, de 4 de fevereiro 2011;
- ➤ Entre a Direção Regional de Igualdade de Oportunidades, o Centro de Terapia Familiar e Intervenção Sistémica e a Santa Casa da Misericórdia da Praia da Vitória, de 4 de fevereiro 2011.

### Relatórios dos anos de 2010, 2011 e 2012

- Relatórios Internos de Avaliação do I Plano Regional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica:
  - Direção Regional da Igualdade de Oportunidades, 2010;
  - Direção Regional da Solidariedade e Segurança Social Divisão de Promoção da Igualdade de Oportunidades, 2011;
  - Direção Regional da Solidariedade Social Divisão de Promoção da Igualdade de Oportunidades, 2012;

- Relatórios de atividades da Novo Dia Associação para a Inclusão Social;
- Relatórios de atividades da Cresaçor;
- Relatórios de atividades da UMAR Açores;
- Relatórios de atividades da Associação Crescer em Confiança;
- Relatórios de atividades da AIPA Centro Local de Apoio ao Imigrante em Ponta Delgada;
- Relatórios de atividades do Centro de Apoio à Mulher de Ponta Delgada;
- > Relatórios de atividades do Centro Social e Paroquial Nossa Senhora da Oliveira;
- Relatórios de atividades do Centro de Terapia Familiar e Intervenção Sistémica;
- Relatórios de atividades da Confederação Operária Terceirense;
- Relatórios de atividades do Recolhimento Santa Maria Madalena;
- Relatórios de atividades do Centro Social e Paroquial Nossa Senhora da Luz;
- Relatórios de atividades da Casa de Providência de São José;
- Relatórios de atividades do Instituto de Santa Catarina;
- > Relatórios de atividades do Recolhimento de Santa Maria Madalena;
- Relatórios de atividades da Santa Casa da Misericórdia da Praia da Vitória;
- Relatórios de atividades da Santa Casa da Misericórdia das Lajes do Pico;
- > Relatórios de atividades da Santa Casa da Misericórdia de Santa Cruz das Flores.

### Outra documentação

- ➤ I Plano Regional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica da Região Autónoma dos Açores;
- Legislação;
- Inúmeros documentos fornecidos pela DRSS e Instituto para o Desenvolvimento Social dos Açores (IDSA).

A informação recolhida nos documentos acima indicados foi completada, sempre que tal foi necessário, com dados e esclarecimentos enviados diretamente pela Direção Regional da Solidariedade Social (DRSS).

Tal como foi mencionado acima, é de referir que esta avaliação não se restringe apenas às atividades implementadas pela Secretaria Regional da Solidariedade Social (SRSS) mas inclui também atividades e ações desenvolvidas no âmbito do Plano por outras instituições. Os dados sobre essas atividades desenvolvidas foram fornecidos à equipa de investigação pela DRSS.

Também se considerou fundamental conhecer a opinião dos profissionais sobre a implementação do Plano e sobre a execução das medidas. Para tal, foi aplicado um inquérito por questionário *online*, criado no *Google Docs* e divulgado pela DRSS, composto por um conjunto de perguntas fechadas, de resposta através de uma escala de pontuação (1 a 5) e, por outro conjunto de perguntas, abertas, que permitiram conhecer as opiniões destes profissionais sobre a execução do Plano. Foi realizada uma análise às perguntas de resposta fechada com recurso ao SPSS e análise SWOT às perguntas de resposta aberta.

A divulgação e pedido de preenchimento deste inquérito foi realizada pela DRSS, através de ofício enviado por correio eletrónico, no qual era também solicitado que fosse devolvida a informação de quantas pessoas de cada organização responderiam ao questionário. As entidades contatadas nas várias ilhas da Região Autónoma foram: os Tribunais; o Ministério Público; a Polícia de Segurança Pública; a Secretaria Regional da Solidariedade Social (Direção Regional da Solidariedade Social e Instituto para o Desenvolvimento Social dos Açores); a Direção Regional da Habitação; a Direção Regional das Comunidades; a Direção-Geral de Reinserção Social – Delegação Regional dos Açores; as escolas do arquipélago; as Instituições Particulares de Solidariedade Social que trabalham na área; as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens; as Redes e Polos locais.

Foram contatadas cerca de 150 entidades, distribuídas pelas várias ilhas do Arquipélago às quais se enviaram os questionários, solicitando o preenchimento dos mesmos pelos respetivos profissionais que trabalham direta ou indiretamente nos vários contextos de intervenção constantes no Plano em avaliação (por exemplo: agentes das forças de segurança, professores/as, técnicos/as superiores e outros profissionais). Foram submetidos um total de 90 questionários preenchidos.

Foram vários os motivos que inviabilizaram que a amostra fosse considerada representativa, nomeadamente a dificuldade na obtenção de respostas de algumas organizações e entidades envolvidas e a impossibilidade de apuramento do número exato de pessoas indiretamente envolvidas na execução das medidas do Plano (por exemplo, no caso das escolas).

Embora tenham sido obtidas respostas das várias ilhas do arquipélago, em alguns casos, o seu número não foi suficiente para apresentar os dados por ilha. Por esse motivo optou-se por apresentar os resultados globais regionais.

De qualquer modo, os resultados foram fundamentais para atingir os vários objetivos propostos, destacando-se os seguintes: apurar o grau de conhecimentos dos/as profissionais sobre a execução das medidas do Plano, no sentido de melhorar a divulgação das atividades constantes no II Plano; conhecer melhor as dificuldades sentidas na execução das medidas na prática de terreno; conhecer as sugestões apresentadas por estes profissionais que intervêm na prevenção e combate à violência doméstica; perceber que medidas se destacaram pela positiva neste I PRPCVD e que medidas ou reformulações de medidas são sugeridas para o II Plano.

ANÁLISE DA EXECUÇÃO GLOBAL DO I PRPCVD, POR CONTEXTO DE INTERVENÇÃO E MEDIDA

### Síntese da execução global do I PRPCVD

O período de vigência do I PRPCVD da Região Autónoma dos Açores (2010-12) coincidiu com a vigência do III Plano Nacional contra a Violência Doméstica (2007-2010) e do IV PNCVD (2011-13). Nesse sentido, a influência recebida dos planos nacionais é notória, sendo várias as alterações estratégicas verificadas nos planos portugueses contra a violência doméstica ao longo dos últimos 14 anos, desde a publicação do I PNCVD - 1999-2002 (RCM nº55/1999, de 15 de junho). As alterações estratégicas também influenciaram positivamente o I PRPCVD da Região Autónoma dos Açores (RAA), salientando-se a relevância dada ao envolvimento de todos/as no combate a este fenómeno, com o destaque para a importância dada à prevenção, com medidas dirigidas a todas as faixas etárias e estratos socioeconómicos.

O I PRPCVD da RAA está subdividido em 65 medidas distribuídas por 5 secções às quais se optou por intitular contextos de intervenção.

Desse total de 65 medidas foi possível obter indicadores de execução de 50 medidas. Não foi possível apurar indicadores de 15 das medidas previstas, obtendo-se assim uma taxa de execução global de 77%.

É importante referir que algumas das medidas constantes no I PRPCVD foram iniciadas no final da vigência deste plano pelo que não foram concluídas, prevendo-se o seu termo durante o II PRPCVD. Por outro lado, não devemos deixar de mencionar que, em algumas medidas, não foi possível apurar atividades que permitissem medir os indicadores de execução, considerando-se, por esse motivo, as medidas como não tendo sido executadas embora tenham sido realizadas ações.

Para se proceder à apresentação da execução dos contextos, torna-se necessário referir previamente algumas das boas práticas previstas e implementadas no I PRPCVD, no âmbito da intervenção de proximidade.

### Síntese da execução da Intervenção de proximidade

Tal como o Plano previa foram criados os Polos locais de Prevenção e Combate à Violência Doméstica (PLPCVD) nas ilhas onde não existiam redes formalizadas. Estes Polos locais foram dinamizados e coordenados por organismos dependentes da Secretaria Regional da Solidariedade Social, que tutela as políticas no domínio do combate à Violência Doméstica (VD).

Com vista à divulgação e implementação do I PRPCVD e dos cinco PLPCVD, foram realizadas sessões nas várias ilhas do Arquipélago para proceder à apresentação do I PRPCVD e dos polos e para proceder à assinatura dos respetivos protocolos. Consideramos que estas foram boas práticas, visto permitirem informar os profissionais sobre os objetivos e atividades a desenvolver no âmbito deste Plano, nomeadamente sobre as estruturas de prevenção e combate à violência doméstica nas respetivas ilhas.

No questionário aplicado aos profissionais verificamos que, na opinião dos/as inquiridos, destacam-se três principais aspetos positivos implicados na criação de redes e PLPCVD. Assim, consideraram que as redes e polos permitiram, entre outros aspetos positivos, o alargamento a todas as ilhas das respostas de apoio psicossocial, com uma intervenção mais rápida, integrada e articulada; o trabalho em Rede com a promoção de parcerias e o acesso e melhor gestão de recursos; a uniformização de critérios de intervenção.

### Análise da execução da Intervenção de proximidade

O I PRPCVD da Região Autónoma dos Açores, no subcapítulo III.II, previa a intervenção de proximidade implementada através dos Polos locais criados por ilha. Sempre que necessário, poderiam ser criados Núcleos locais (por concelho ou por freguesia), em articulação com a Direção Regional com competências no domínio do combate à VD.

Neste sentido, foram criados os PLPCVD nas ilhas onde não existiam redes formalizadas. Esses Polos foram dinamizados e coordenados por organismos dependentes da Secretaria Regional da Solidariedade Social que tutela as políticas no domínio do combate à VD.

Nas ilhas de São Miguel, Terceira e Faial já existiam redes com protocolo assinado havendo, portanto, respostas para este fenómeno, a saber: a Rede de Apoio Integrado à Mulher em Situação de Risco de São Miguel (desde 15 de novembro de 2005); a Rede de Apoio Integrado ao Cidadão em Exclusão Social da Terceira (desde 16 de março de 2006); e a Rede Integrada de Suporte a Públicos em Situação de Vulnerabilidade Social e Cultural do Faial (desde 15 de dezembro de 2009).

A par da criação dos PLPCVD, numa parceria entre a Direção Regional da Igualdade de Oportunidades (DRIO)<sup>2</sup> e as diferentes Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS's) da Região Autónoma dos Açores, foi também aperfeiçoada e ampliada a Rede de Núcleos de Atendimento e de Casas de Abrigo para vítimas de VD.

Com vista à implementação dos 5 PLPCVD foram realizadas sessões de informação e sensibilização, no sentido de consciencializar para a importância da criação dos mesmos. A assinatura de protocolos entre várias entidades foi concretizada em:

- Santa Maria (8 de outubro de 2010): estiveram presentes a DRIO, a Direção Regional da Habitação (DRH), o Instituto de Ação Social (IAS), o Comando Regional dos Açores da Polícia de Segurança Pública (PSP), o Centro de Saúde da Vila do Porto, a Escola Básica e Secundária de Santa Maria (EBS Santa Maria), a Santa Casa da Misericórdia de Vila do Porto, o Recolhimento de Santa Maria Madalena e a Salvaterra Associação para o Desenvolvimento de Solidariedade Social Mariense.
- Graciosa (4 de novembro de 2010): estiveram presentes a DRIO, a DRH, o IAS, o Comando Regional dos Açores da PSP, o Centro de Saúde de Santa Cruz da Graciosa, a

\_

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> A Direção Regional da Igualdade da Oportunidades (DRIO), criada e regulamentada pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 25/2008/A, de 30 de setembro (aprovou a orgânica do X Governo Regional dos Açores) e Decreto Regulamentar Regional nº 18/2010/A, de 18 de outubro (aprovou a orgânica da Secretaria Regional do Trabalho e Solidariedade Social), foi extinta pelo Decreto Regulamentar Regional nº 14/2011/A, de 6 de junho (segunda alteração ao Decreto Regulamentar Regional n.º 25/2008/A, de 31 de Dezembro), transitando para a Direção Regional da Solidariedade e Segurança Social (DRSSS), em conformidade com o disposto no nº 2 do artigo 1º do referido diploma. Atualmente e de acordo com o Decreto Regulamentar Regional n.º 24/2012/A de 27 de novembro de 2012 (aprovou a Orgânica do XI Governo Regional dos Açores), a Direção Regional da Solidariedade e Segurança Social (DRSSS) passou a designar-se Direção Regional da Solidariedade Social (DRSS), conforme resulta da alínea d) do n.º 1, do artigo 5 º, do Decreto Regulamentar Regional n.º 10/2013/A, de 2 de agosto (aprovou a orgânica da Secretaria Regional da Solidariedade Social).

Santa Casa da Misericórdia de Santa Cruz da Graciosa e o Centro Social e Paroquial de Nossa Senhora da Luz.

- São Jorge (16 de novembro de 2010): estiveram presentes a DRIO, a DRH, o IAS, o Comando Regional dos Açores da PSP, a Unidade de Saúde de Ilha de São Jorge, a EBS da Calheta, a EBS de Velas, a Casa de Repouso João Inácio de Sousa, o Instituto de Santa Catarina e a Casa da Providência de São José.

- Pico (19 de novembro de 2010): estiveram presentes a DRIO, a DRH, o IAS, o Comando Regional dos Açores da PSP, a Unidade de Saúde de Ilha do Pico, a EBS da Madalena do Pico, a EBS de São Roque do Pico, a EBS das Lajes do Pico, a Santa Casa da Misericórdia da Madalena do Pico, a Santa Casa da Misericórdia de São Roque do Pico, a Santa Casa da Misericórdia das Lajes do Pico e a Obra Social Madre Maria Clara.

- Flores (2 de março 2011): estiveram presentes a DRIO, a DRH, o IAS, o Comando Regional dos Açores da PSP, o Centro de Saúde de Santa Cruz das Flores, a EBS das Flores, a Santa Casa da Misericórdia de Santa Cruz das Flores, a Centro de Bem Estar Social da Paroquia de Santa Cruz das Flores "Girassol".

Os protocolos assinados definiam os seguintes objetivos:

- O desenvolvimento e valorização de parcerias locais no sentido de uma articulação mais eficaz no atendimento, acolhimento e encaminhamento de vítimas de VD;

- A recolha de informação, identificação de problemas e de soluções mais adequadas para a produção de diagnósticos e uma mais eficiente atuação em situações de VD;

- A intervenção na prevenção e combate à VD na respetiva ilha;

- O desenvolvimento de ações de informação e de sensibilização para profissionais que intervêm direta e indiretamente na área e para a comunidade em geral sobre esta temática e sobre outras relacionadas com a promoção da igualdade;

- A atuação imediata em todas as situações de risco e nas que não são de risco, a intervenção no sentido de implementar medidas de proteção e de combate à VD;

- A monitorização da aplicação do "Programa Psicoeducacional Contigo para Agressores e Vítimas".

Ainda em 2010 foi estabelecido um Acordo de Cooperação entre a Secretaria Regional do Trabalho e Solidariedade Social (atual SRSS) e a Santa Casa da Misericórdia da Praia da Vitória, para a implementação do Núcleo de Iniciativas de Prevenção e Combate à Violência Doméstica da Santa Casa da Misericórdia da Praia da Vitória (NIPCVD-SCMPV). Neste acordo de cooperação foram definidos os seguintes objetivos específicos:

- Aconselhamento psicossocial às vítimas de VD;
- Aplicação do Programa Contigo Agressores e Vítimas;
- Disseminação do Programa de Redução do Impacto da Violência Conjugal sobre crianças e jovens;
- Colaboração na manutenção de um sistema atualizado de informação sobre as ocorrências de VD;
- Colaboração na elaboração de documentos técnicos sobre VD dirigidos a profissionais que intervêm na área;
- Promoção de campanhas de sensibilização de âmbito geral e específico para a população em geral;
- Implementação de uma agenda cultural contra a VD;
- Promoção de Estudos que permitissem o aprofundamento do conhecimento na área da VD;
- Gestão do Programa de suporte socioeconómico para mulheres vítimas de VD.

Para a implementação do I PRPCVD foram realizadas sessões de esclarecimento e de divulgação, de modo que todos/as os/as técnicos e profissionais das várias ilhas do arquipélago fossem informados sobre os objetivos e atividades a desenvolver no âmbito deste Plano. Assim, elencam-se as sessões e respetivos participantes, realizadas durante o ano de 2010, por ordem cronológica:

- Graciosa (28 de janeiro) - apresentação pela Diretora Regional da Igualdade de Oportunidades - 20 participantes: do Serviço de Ação Social (SAS), da Santa Casa da Misericórdia de Santa Cruz, da EBS da Graciosa, do Centro Social e Paroquial Nossa Senhora da Luz, do Ministério Público (MP), da Polícia de Segurança Pública (PSP) e do Centro de Saúde da ilha Graciosa;

- Terceira (16 de março) - apresentação pela Diretora Regional da Igualdade de Oportunidades – 35 participantes: da Divisão de Ação Social (DAS), da Santa Casa da Misericórdia da Praia da Vitória, da PSP, do Instituto de Reinserção Social-Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (IRS-DGRSP)<sup>3</sup>, da Casa de Saúde Espírito Santo, da Confederação Operária Terceirense, da Cáritas e Grupo Social de Santo Agostinho;

- Faial (28 de abril) - apresentação pela Coordenadora do Núcleo de Apoio a Grupos de Risco - 17 participantes: DAS da Horta, da Casa do Povo do Capelo, da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), da Escola Secundária Dr. Manuel de Arriaga, da Santa Casa da Misericórdia da Horta, Hospital da Horta, do Centro de Saúde, da UMAR — Açores (Delegação do Faial), da PSP, da Associação de Pais e Amigos dos Deficientes da Ilha do Faial, da Casa de Infância de Santo António, da EBI da Horta, do IRS-DGRSP, da Equipaçores Horta e do Lar das Criancinhas da Horta.

- Pico (29 de abril) - apresentação pela Diretora Regional da Igualdade de Oportunidades - 27 participantes: da Câmara Municipal de São Roque do Pico, da Santa Casa da Misericórdia das Lajes do Pico, da Santa Casa da Misericórdia da Madalena do Pico, da Santa Casa da Misericórdia de São Roque, da Unidade de Saúde de Ilha, dos Serviços de Habitação, Núcleo da Cáritas da Madalena, da CPCJ das Lajes, da Obra Social Madre Maria Clara, da PSP, da Guarda Nacional Republicana (GNR), da

\_

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> A Direção-Geral de Reinserção Social (DGRS) foi criada através do Decreto-Lei nº. 126/2007, de 27 de abril, tendo sido extinta e as suas atribuições integradas na Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP), organismo que resulta também da fusão da Direção-Geral dos Serviços Prisionais. A estrutura orgânica da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP) foi aprovada pelo Decreto-Lei nº. 215/2012, de 28 de setembro, entrando em vigor a 1 de outubro do mesmo ano.

EBS da Madalena, da Câmara Municipal da Madalena, da CPCJ da Madalena e do SAS do Pico.

- Santa Maria (27 de maio) - apresentação pela Diretora Regional da Igualdade de Oportunidades e por uma técnica superior da mesma Direção Regional — 20 participantes: do SAS, da Santa Casa da Misericórdia de Vila do Porto, do Centro de Saúde, do Recolhimento de Santa Maria Madalena, Serviços de Habitação de Santa Maria, da EBS de Santa Maria, da Salvaterra - Associação para o Desenvolvimento de Solidariedade Social Mariense e da PSP.

- São Miguel (7 de junho) - apresentação pela Diretora Regional da Igualdade de Oportunidades - 40 participantes: da Associação Novo Dia, do Serviço Ação Social Especializado-Idoso, do IAS<sup>4</sup> (atual IDSA), da Associação "Crescer em Confiança", do Centro de Bem-estar Social do Livramento, da UMAR — Açores (Delegação de São Miguel), do Lar Filomena da Encarnação, do Centro Social e Paroquial Nossa Senhora Oliveira (CSPNSO), da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), do Centro de Apoio à Mulher de Ponta Delgada (CAM).

- Flores (26 de agosto) - apresentação pela Diretora Regional da Igualdade de Oportunidades - 13 participantes: do Centro de Saúde de Santa Cruz das Flores, do SAS das Flores, da Santa Casa da Misericórdia de Santa Cruz das Flores, da EBS das Flores, da PSP, da GNR, da Câmara Municipal de Santa Cruz, do Centro de Bem Estar Social e Paroquial de Santa Cruz e da Santa Casa da Misericórdia das Lajes.

- São Jorge (2 de setembro) - apresentação por uma técnica superior da Direção Regional de Igualdade de Oportunidades - 8 participantes: da Unidade de Saúde de

<sup>4</sup> No âmbito do processo de revisão da estrutura da Segurança Social na Região Autónoma dos Açores, o Decreto Legislativo Regional n.º 28/2010/A, de 22 de outubro de 2010, criou o Instituto para o Desenvolvimento Social dos Açores I.P.R.A. (IDSA), regulamentado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 8/2011/A, de 12 de abril e o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social I.P.R.A. (IGFSSA), regulamentado pelo Decreto Regulamentar Regional № 7/2011/A, de 8 de março. Os Institutos que atualmente asseguravam a missão da Segurança Social nos Açores surgem da fusão do Instituto de Gestão de Regimes da Segurança Social (IGRSS) com o Instituto de Ação Social (IAS) e o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (CGFSS), organismos anteriormente criados pelo Decreto Legislativo Regional n.º 11/87/A, de 26

de junho.

Ilha, do SAS, da EBS de Velas, da PSP de Velas, da Casa de Repouso João Inácio de

Sousa e do Instituto de Santa Catarina.

Estas apresentações públicas do I PRPCVD foram fundamentais para dar a conhecer as

medidas previstas aos/às técnicos/as que trabalhavam no terreno e que desenvolviam

a sua atividade no âmbito da prevenção e combate à VD.

CONTEXTO 1: INTERVENÇÃO EM SITUAÇÕES DE RISCO

Síntese e análise da execução do Contexto 1

Este contexto de intervenção é composto por sete medidas que foram total ou

parcialmente executadas, correspondendo a 100% de execução.

Tendo em conta que a intervenção em situações de risco requer uma ação urgente e

imediata, verificou-se o esforço no sentido de uma rápida concretização das medidas

deste contexto, particularmente as quatro primeiras que dizem respeito à criação de

instrumentos de deteção e sinalização das vítimas em risco e à adoção de medidas

imediatas de proteção dessas vítimas.

Assim, uma das boas práticas implementadas neste contexto foi a criação do Sistema

de Informação e Monitorização do fenómeno da Violência Doméstica, em 2010,

concretizado através de uma base de dados operacional em todas as ilhas. Destaca-se

outro aspeto respeitante ao melhoramento das casas de abrigo e dos centros de

acolhimento, e ao alargamento dos núcleos de atendimento a todas as ilhas,

fundamentais para o apoio imediato às vítimas em risco.

Salientamos ainda a implementação da Ficha de Avaliação Primária de Risco, como

projeto-piloto, atualmente aplicada em algumas esquadras da Região e cujo objetivo é

o de facilitar a identificação das várias situações de violência bem como o grau de

perigosidade inerente às mesmas.

No questionário aplicado aos profissionais foram referidos vários aspetos positivos, evidenciando-se a existência de equipas multidisciplinares com técnicos/as especializados/as e a inerente melhoria dos serviços prestados às vítimas como um dos pontos fortes do funcionamento das Redes e da implementação dos Polos locais. Por outro lado, consideraram também que a intervenção mais articulada tornou as respostas sociais mais céleres e eficientes.

Estes profissionais apontaram algumas dificuldades e constrangimentos, evidenciando alguns aspetos que poderiam ser melhorados nesta intervenção em rede. Na opinião dos/as inquiridos/as, a maior partilha de informação e de procedimentos técnicos entre os/as profissionais das várias Redes e Polos locais é um dos aspetos que deve ser melhorado. Outro aspeto focado foi a implementação da Ficha de Avaliação Primária de Risco em todas as esquadras da Região, de modo que o procedimento seja uniformizado em todas as ilhas.

Assim, considera-se que as boas práticas criadas e implementadas neste I PRPCVD devem ter continuidade no II PRPCVD.

Todas as medidas (M) deste primeiro contexto foram executadas. Contudo, as medidas 5 e 6, referentes à elaboração de folhetos dirigidos a vítimas ou a pessoas que possam ter conhecimento de situações de risco, deverão implicar, no futuro, uma maior coordenação entre as Redes e Polos locais possibilitando uma uniformização de materiais e uma rentabilização de recursos humanos e materiais.

M1 - Levantamento imediato a nível local das vítimas em risco, identificáveis a partir de todas as fontes de informação disponíveis (polícia, serviços sociais, hospitais, centros de saúde, ONG (Organizações Não Governamentais), centros paroquiais e outras organizações relevantes).

Considerou-se esta medida executada, pois além da existência do Sistema Integrado de Informação e Conhecimento - da responsabilidade da Direção Geral da Administração Interna, criado a nível nacional e cuja manutenção e introdução dos dados é efetuada pela PSP - foi criado na Região o Sistema de Informação e

Monitorização do fenómeno da Violência Doméstica, para todas a entidades que trabalham com vítimas de VD.

Com a implementação dos PLPCVD foi concebida uma ficha de atendimento/sinalização, que permitiu a uniformização da recolha de dados e facilitou o levantamento de informações sobre as vítimas. Esta ficha é utilizada pelas instituições e serviços que trabalham nesta problemática para sinalização e encaminhamento de situações para os referidos PLPCVD.

Além disso, e como já foi mencionado, foi também criado em 2010 e implementado em 2011, o Sistema de Informação e Monitorização do Fenómeno da Violência Doméstica na Região Autónoma dos Açores. Com a criação desta Base de Dados em plataforma *online*, passou a existir um registo atualizado de todas as situações de maus-tratos às quais as diferentes equipas técnicas da Região dão/deram resposta.

Este Sistema de Informação e Monitorização facilitará a realização de um estudo estatístico regional, uma vez que permitirá ter informação das situações de VD que recorrem ao apoio dos serviços, nomeadamente número de situações, número de agressores, número de vítimas, tipo de agressão, entre outras.

Esta plataforma *online* permite o acesso a informação referente aos dados pessoais da vítima, do agressor, bem como de todo a agregado familiar (morada, idade, sexo, estado civil, escolaridade, situação profissional, profissão, saúde). Permite também ter acesso a informação do tipo de agressão a que a vítima foi alvo, do impacto da mesma na sua vida, assim como a informação relativa ao processo judicial (queixa, despacho de acusação). No ano de 2011 foram apoiadas e acompanhadas 494 pessoas nos Açores. Já no ano de 2012, este número foi de 446 pessoas.

A informação é exportada anualmente ficando guardada durante 10 anos.

M2 - Adotar medidas imediatas no sentido de proteger as vítimas em risco, como seja o afastamento do agressor (preferencialmente o agressor, sempre que possível e na defesa do interesse da vítima, de forma a atenuar uma das dimensões da

vitimização secundária) em condições de total segurança. Sempre que possível, procurar soluções que permitam a resolução sustentada da situação no futuro.

Com a implementação em 2010 do I PRPCVD, foram criados e protocolados os PLPCVD com a então SRTSS e as entidades públicas e privadas locais. Esses PLPCVD tinham associadas estruturas de Acolhimento de Emergência para Vítimas de VD designadas "Núcleos de Atendimento e Apoio a Vítimas de Violência Doméstica". Para além do atendimento e acompanhamento, os Núcleos permitem o acolhimento de vítimas com ou sem filhos, temporariamente e em situação de emergência, até à definição de um plano de ajuda.

Estes protocolos tinham como principais finalidades o acolhimento temporário e de emergência de vítimas de VD; o apoio técnico, logístico e administrativo às atividades desenvolvidas pelos Polos locais; a colaboração na aplicação do Programa Contigo – Agressores e Vítimas; a colaboração na criação e manutenção de um sistema atualizado de informação sobre as ocorrências de VD; a promoção de campanhas de sensibilização de âmbito geral.

A concretização desta medida possibilitou o alargamento a todas as ilhas da rede de apoio à VD, vindo complementar as existentes na Ilha de São Miguel, Terceira e Faial considerando-se, portanto, a medida executada.

Antes da implementação do I PRPCVD, existiam algumas estruturas de atendimento e acolhimento, num total de quatro casas de abrigo, quatro centros de acolhimento e sete núcleos de atendimento. O número de vagas disponível para vítimas em casas de abrigo e de acolhimento, até 2009, era de 99 camas (para mulheres, crianças e bebés) distribuídas pelas ilhas de São Miguel, Terceira e Faial.

Com a implementação do I PRPCVD e durante o seu período de vigência foi alargado o acolhimento de emergência a oito ilhas do Arquipélago (abrangendo as nove ilhas), passando a existir uma resposta que permite o afastamento imediato do agressor. Assim, foram criados mais cinco núcleos de atendimento e apoio a vítimas de VD que incluem um centro de acolhimento de emergência, com um aumento da capacidade de camas, na Região, para um total de 116 (ano de 2012).

Durante a vigência deste I PRPCVD, verificou-se um aumento do número de estruturas de apoio à vítima, para um total de 26.

Foram realizados 208 acolhimentos de mulheres vítimas de VD e 244 acolhimentos de dependentes em casas de abrigo da Região Autónoma dos Açores. Nos centros de acolhimento foram realizados 291 acolhimentos de mulheres e 220 acolhimentos dos respetivos dependentes.

No que se refere aos centros de acolhimento de emergência, foram realizados 16 acolhimentos de mulheres e 19 acolhimentos dos respetivos dependentes.

Durante os três anos de vigência do I PRPCVD, verificou-se um total de 998 acolhimentos de mulheres e de dependentes.

É importante realçar que o número de acolhimentos na Região não se refere necessariamente ao número de pessoas acolhidas, pois a mesma vítima pode ser acolhida em mais do que um momento durante o decorrer de um ano. Assim, o número de pessoas acolhidas pode ser inferior ao número de acolhimentos.

Apresentando os totais expostos acima por ano, nas casas de abrigo da Região, existiram:

- 67 acolhimentos de mulheres vítimas de VD com o acolhimento de 90 dependentes, no ano de 2010;
- 73 acolhimentos de mulheres vítimas de VD com o acolhimento de 82 dependentes, no ano de 2011;
- 68 acolhimentos de mulheres vítimas de VD com o acolhimento de 72 dependentes, no ano de 2012;

No que respeita a casas de acolhimento, podemos referir que foram realizados:

- 102 acolhimentos de mulheres vítimas de VD com o acolhimento de 83 dependentes, no ano de 2010;
- 90 acolhimentos de mulheres vítimas de VD com o acolhimento de 78 dependentes, no ano de 2011;

- 99 acolhimentos de mulheres vítimas de VD com o acolhimento de 59 dependentes, no ano de 2012.

Nos centros de acolhimento de emergência verificaram-se:

- 5 acolhimentos de mulheres vítimas de VD com o acolhimento de 4 dependentes, no

ano de 2011;

- 11 acolhimentos de mulheres vítimas de VD com o acolhimento de 15 dependentes,

no ano de 2012.

Relembramos que o número de acolhimentos referidos não é necessariamente

correspondente ao número de pessoas acolhidas.

M3 - Definição urgente de uma grelha com indicadores, que possibilite identificar as

várias situações de risco, nos seus diferentes níveis e graus de perigosidade. Poderá

ser um ponto de partida a grelha já existente na PSP.

Em 2010 foi elaborada uma grelha, com o apoio e envolvimento da Rede de Apoio

Integrado à Mulher em Situação de Risco de São Miguel (RAIMSR) e várias IPSS's, como

forma de facilitar a identificação das várias situações de violência bem como o seu

grau de perigosidade. Este procedimento facilita não só a contabilização e

encaminhamento dos novos casos como também permite aos profissionais/técnicos a

identificação das situações de maior risco e a adequação da sua intervenção a cada

situação.

Esta grelha permite a caracterização do agressor, da vítima e o tipo de agressão,

existindo uma escala de avaliação e de pontuação de perigosidade, que permite

percecionar fatores como a facilidade de acesso a armas de fogo por parte do

agressor, o tipo de agressão e se a mesma é reiterada, bem como o tipo de apoio de

que a vítima necessita.

Em fevereiro de 2012, esta grelha intitulada Ficha de Avaliação Primária de Risco -

Violência Conjugal, foi implementada, como projeto-piloto, nas esquadras de Ponta

Delgada, Lagoa e Capelas. Neste projeto estava previsto o registo/participação da

ocorrência e o posterior envio da ficha preenchida, no prazo de 12 horas, para o

Núcleo de Apoio a Grupos de Risco. Por outro lado, sempre que o risco fosse elevado, previa-se que fosse efetuado um contacto com os/as técnicos/as da Equipa Multidisciplinar Especializada de Apoio Integrado à Mulher em Situação de Risco de São Miguel, a qual passaria a acompanhar a vítima.

A partir de junho e após a reformulação da referida grelha, o circuito foi alargado às restantes esquadras da Ilha de São Miguel (Rabo de Peixe, Ribeira Grande, Maia, Furnas, Povoação e Nordeste) e à esquadra da Horta.

Em 2012 foram sinalizadas ao IDSA 282 situações, tendo a medida sido considerada executada. Propõe-se que, no II PRPCVD, esta boa prática seja mantida e alargada às restantes esquadras da Região.

M4 - No âmbito das tarefas dos Polos locais, criar uma cartografia das situações de risco, alimentada a partir de uma base de dados diariamente atualizada com a sinalização das situações da área abrangida pelo polo, bem como das medidas que vão sendo tomadas.

A base de dados do Sistema de Informação e Monitorização do Fenómeno da Violência Doméstica na RAA, criada em 2010 e colocada em funcionamento em 2011 em plataforma *online*, permitiu um registo atualizado de todas as situações de maus-tratos às quais as diferentes equipas técnicas da Região dão resposta. O objetivo fundamental da criação deste sistema prendeu-se com a procura de um maior conhecimento acerca do crime de VD nos Açores e das problemáticas que lhe estão associadas.

Para a uniformização dos dados, definição dos conceitos e da linguagem técnica, foi realizada formação junto de todos os/as técnicos/as da região que trabalham com VD.

A medida foi executada, prevendo-se a publicação dos resultados da Base de Dados durante a vigência do II PRPCVD.

M5 - Elaborar folhetos, ou utilizar outros meios informativos mais eficazes, com indicação das reações mais adequadas e seguras a adotar pelas vítimas em situação de risco.

Uma das formas de prevenção da VD passa pela divulgação de informação e sensibilização da população. Assim, foram promovidas campanhas gerais e específicas dirigidas à sociedade em geral e a grupos estratégicos.

Em 2011, com o objetivo de sensibilizar e alertar as mulheres vítimas de VD, foi editado um "Bloco de Notas" que continha informações úteis sobre a temática e diversos contactos de apoio. Foram editados 20 000 exemplares, distribuídos às vítimas e público em geral, em toda a Região, através dos serviços da Segurança Social e dos Polos locais, nas escolas, hospitais, centros de saúde, centros de atendimento e apoio às vítimas, casas de abrigo, esquadras de polícia e tribunais.

Com o mesmo objetivo, os Polos locais procederam à elaboração de folhetos informativos, onde são indicadas as reações mais adequadas que devem ter tomadas pelas vítimas e os contactos de emergência disponíveis na sua ilha.

Foi o caso da parceria entre o PLPCVD da Ilha de Santa Maria e a Associação Juvenil da Ilha de Santa Maria (AJISM), que criaram e distribuíram folhetos dirigidos a vítimas aquando das comemorações do dia 25 de novembro.

Na mesma data, 2011, o PLPCVD da Ilha Graciosa, em parceria com o SAS de Intervenção Territorializada da Graciosa, produziu 400 folhetos dirigidos à população em geral. Em 2012 foram ainda produzidos 150 folhetos dirigidos especificamente para vítimas. Os folhetos continham indicações sobre o PLPCVD da Ilha Graciosa e contactos úteis.

O PLPCVD da Ilha das Flores também elaborou folhetos informativos especificamente dirigidos a vítimas que foram distribuídos pelas seguintes entidades: Centro de Saúde; Casas do Povo da Fajã-Grande, de Ponta Delgada e das Lajes das Flores; Santa Casa da Misericórdia das Lajes das Flores; Junta de Freguesia da Lomba; Feira das Atividades Económicas; GNR de Santa Cruz das Flores; IDSA. Foram distribuídos 500 exemplares em 2011. Já em 2012, foram distribuídos 600 exemplares deste folheto pelas seguintes

instituições: Santa Casa da Misericórdia da Ilha do Corvo; Posto de Saúde da Ilha do Corvo; GNR da ilha do Corvo; PSP das Lajes das Flores e de Santa Cruz; EBI da Ilha das Flores; Centros de Convívio de Ponta Delgada, Fajã Grande, Lajes e Santa Cruz das

Flores.

O PLPCVD da Ilha do Pico distribuiu 3000 folhetos em ações de sensibilização

realizadas em várias localidades da ilha ao longo dos anos de 2011 e 2012.

Em 2012, o CAM de São Miguel realizou oito sessões de sensibilização sobre violência

de género recorrendo à metodologia do Teatro do Oprimido. Estas sessões

destinaram-se a utentes da Rede de Apoio Integrado de Ponta Delgada,

nomeadamente utentes da UMAR – Açores (Delegação de São Miguel) e do CIPA-Novo

Dia – Associação para a Inclusão Social.

Como foi possível verificar, a medida foi executada.

M6 - Elaborar folhetos, ou utilizar outros meios informativos mais eficazes, dirigidos

a pessoas que podem ter conhecimento de situações de risco, com indicação dos

comportamentos mais adequados a seguir nestas situações.

Só na ilha de Santa Maria foi possível apurar dados sobre a elaboração de

folhetos/panfletos dirigidos a pessoas que pudessem ter conhecimento de situações

de risco ou possíveis vítimas de violência, pelo que apenas pudemos considerar esta

medida parcialmente executada.

Em 2011, foram elaborados dois folhetos pelo PLPCVD da ilha de Santa Maria em

colaboração com a AJISM, para assinalar o Dia dos Namorados (14 de fevereiro) e o Dia

Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres (25 de novembro). Os

dois folhetos dirigiam-se a pessoas que pudessem ter conhecimento de situações de

risco e a possíveis vítimas e continha a indicação dos contactos úteis bem como dos

sinais de alerta para a violência no namoro. Os folhetos também indicavam como

proceder no caso de conhecer alguém que é vítima de VD. Foram elaborados 100

exemplares do primeiro folheto e 120 do segundo.

Durante o ano de 2011 foi ainda elaborado um terceiro folheto, distribuído em vários estabelecimentos e serviços da ilha e destinado aos respetivos utentes/clientes. Este folheto pretendia abranger pessoas que pudessem ter conhecimento de situações de risco e de possíveis vítimas. Foram impressos 150 exemplares deste folheto.

Ainda 2011 e em parceria com a CPCJ local, foi elaborado e distribuído outro folheto informativo, alusivo ao Dia Europeu da Vítima (22 de fevereiro), direcionado para crianças que pudessem ter conhecimento de situações de risco. No folheto eram indicados os contactos úteis e continha dois jogos informativos sobre os tipos de violência. Este folheto foi distribuído em atividades na Escola "Sol Nascente"- Santa Bárbara e na EB 1/JI D. António de Sousa Braga e abrangeu 22 crianças.

Por fim, em 2012 foram distribuídos cerca de 200 folhetos no âmbito da comemoração do Dia dos Namorados, na ilha de Santa Maria, mais um vez com o objetivo de informar a população sobre procedimentos e comportamentos a adotar no caso de conhecerem situações de violência no namoro.

# M7 - Construção de um manual de boas práticas a distribuir a todos os técnicos e agentes que lidam com as situações de risco.

Durante os três anos de vigência do I PRPCVD houve um forte empenho no aprofundamento do conhecimento sobre a problemática da VD destacando-se, para tal, a criação de instrumentos facilitadores da ação dos técnicos/as que permitiram considerar esta medida executada. Neste sentido, foram editados três Manuais: "Breve Manual de Trabalho do Programa de Reabilitação de Agressores em Contexto de Violência Doméstica" (2010), reedição do "Manual de Boas Práticas Alcipe" (2010), em parceria com a APAV e o "Guia de Intervenção: Impacto da Violência Conjugal sobre Crianças e Jovens" (2011).

O "Manual de Boas Práticas Alcipe " foi uma 2ª edição revista e aumentada, editada pela APAV com o apoio do Governo dos Açores (SRTSS/DRSSS), num total de 2000 exemplares. Este manual foi distribuído por todos os serviços/departamentos e IPSS's que trabalham na área. Foram também criados dois instrumentos importantes para apoiar e orientar os profissionais para o trabalho com vítimas e agressores de VD: o

"Manual de Trabalho do Programa de Reabilitação de Agressores em Contexto de Violência Doméstica" e o "Guia de intervenção: Impacto da Violência Conjugal sobre Crianças e Jovens", com 2500 guias editados.

### CONTEXTO 2: PROTEGER AS VÍTIMAS E EVITAR A (RE)VITIMIZAÇÃO

### Síntese e análise da execução do Contexto 2

Este é o segundo maior contexto do I PRPCVD que contém 21 medidas das quais foi possível obter indicadores de execução de 18, correspondendo a uma taxa de execução de 86%.

Neste contexto constam algumas medidas cuja execução não pôde ser concretizada, apesar das diligências realizadas nesse sentido, em virtude da sua execução não depender exclusivamente da iniciativa do Governo Regional dos Açores. Como era afirmado no I PRPCVD, "não tendo o Governo Regional competências na área da Justiça, as medidas a adotar neste domínio dependerão do que for implementado a nível nacional". Assim, para verificar a execução das ditas medidas do Plano Regional, foi consultada a legislação portuguesa e averiguada a sua execução nos planos nacionais.

Não foi possível apurar indicadores de execução de três medidas, nomeadamente as medidas que diziam respeito a: alargar a todas as ilhas as experiências já existentes de articulação entre tribunais criminais e tribunais cíveis nos casos de violência doméstica (M2); promoção de praxis judiciais não conflituantes que evitem a vitimização secundária nos casos de divórcio ou regulação do poder paternal e que, simultaneamente, contribuam para uma melhor colaboração entre as instituições do sistema da justiça e as de proteção à vítima, reduzindo desarticulações do próprio sistema (M5); articulação com as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, no sentido de identificar necessidades especiais dos menores vítimas de violência doméstica indireta (M16).

Consideramos que deve ser realizado um esforço nacional (e regional), durante a vigência do II PRPCVD, no sentido de implementar estas medidas de articulação com os serviços da Justiça, pois são fundamentais para a proteção das vítimas e para evitar a (re)vitimização.

Destacamos positivamente a Portaria n.º 229-A/2010, de 23 de Abril, que prevê a atribuição do Estatuto de Vítima e define os direitos e deveres da vítima, assim como todos os direitos relacionados com a facilitação do acesso a apoios na área da habitação, no acesso à saúde, na área jurídica, na empregabilidade e formação entre outros. Temos ainda a destacar o esforço das diversas IPSS´S da Região que intervêm na área da VD e que, no âmbito do acompanhamento das vítimas, tentam fomentar a aplicação desta Portaria.

Ainda enquadrada neste contexto, a expansão das respostas de apoio psicossocial foi outra das medidas que facilitou em muito a proteção das vítimas, tendo inclusive sido criado um Fundo de Suporte Socioeconómico para Vítimas de Violência que permitiu um apoio mais célere, principalmente em situações de crise.

O serviço de teleassistência, apesar de ainda não abranger todo o arquipélago, já está devidamente implementado na ilha de São Miguel e contribuiu significativamente para a proteção das vítimas. Além de disponibilizar o serviço de localização por GPS, disponibiliza o *call center* para mulheres vítimas de violência.

Temos ainda a referir a criação de dois programas de intervenção especializada para menores (Programa Impacto e Conecta) e o alargamento do Programa de Reabilitação de Agressores Conjugais (Programa Contigo) a todas as ilhas do Arquipélago, o que permitiu a intervenção junto de crianças e jovens e junto de agressores.

Mais de metade dos profissionais inquiridos (53,4%) considera que a expansão das respostas de apoio psicossocial foi uma medida de boa ou muito boa execução permitindo uma intervenção mais rápida e eficaz.

M1 - Apoio jurídico gratuito às vítimas de violência doméstica, ao longo de todo o processo judiciário, bem como o respetivo acompanhamento por advogado.

Embora não seja possível obter informações quantificáveis sobre os indicadores de execução para todos os casos de apoio jurídico concedidos, nem registos de parcerias realizadas, considera-se que esta medida foi executada uma vez que existe legislação que garante o apoio jurídico às vítimas de VD. Além disso, confirmou-se que estes apoios foram concedidos não sendo possível, no entanto, isolar apenas os casos em que o mesmo foi atribuído especificamente a vítimas de VD. Este é um direito já garantido pela Leis nº. 47/2007, de 28 de agosto, e Lei nº. 112/2009, de 16 de setembro, que regulam o acesso ao apoio jurídico e que alteram a forma como o cálculo para a sua concessão é efetuado.

A título de exemplo que comprova o acima referido, conseguiu-se apurar que deu entrada um total de 59 inquéritos pelo crime de VD nos serviços do MP do Tribunal de Vila do Porto, em Santa Maria, nos anos de 2010, 2011 e 2012, tendo as vítimas pedido apoio judiciário em 8 inquéritos, todos eles deferidos. Nos serviços do MP de Nordeste foram apoiados, nos três anos de vigência do Plano, 7 processos de VD cujo requerimento de apoio jurídico foi deferido. Neste caso, foi possível distinguir, de entre os pedidos de apoio jurídico, os que se relacionavam com o crime de VD, o que não foi possível relativamente às restantes ilhas.

M2 - Alargar a todas as ilhas as experiências já existentes de articulação entre tribunais criminais e tribunais cíveis nos casos de violência doméstica.

O objetivo principal desta medida foi o de reduzir as ineficiências do sistema judicial e evitar a (re)vitimização. Não foi possível recolher quaisquer dados sobre as atividades desenvolvidas nesse sentido concluindo-se que a medida não foi executada. Existe, no entanto, uma boa prática exercida pela comarca judiciária de Ponta Delgada, na qual foi destacado um procurador que trabalha exclusivamente na área da VD. Convém salientar que esta articulação é anterior à implementação do I PRPCVD e foi adotada a partir do Programa Contigo (2009) sendo por isso insuficiente, por si só, para se considerar a execução da medida.

M3 - Definição de um regime que assegure, preferencialmente, a nomeação do

mesmo mandatário ou defensor oficioso à vítima, quando o mesmo facto der causa a

diversos processos.

Embora não se tenham obtido dados quantitativos do número de casos cujo

mandatário ou defensor oficioso é o mesmo nos vários processos, considerou-se que a

medida foi executada com base na existência do artigo 25º da Lei Nº112/2009, de 16

de setembro, que prevê a atribuição de um mesmo mandatário ou defensor oficioso

para a defesa da vítima nos vários processos decorrentes do mesmo facto. Assim,

parte-se do pressuposto que, existindo a Lei que garante este direito, o mesmo deverá

ser assegurado, não sendo apenas possível apurar os números implicados ou as

parcerias estabelecidas para a sua aplicação.

M4 - Estabelecer parcerias entre as ONG, a Ordem dos Advogados, a Segurança

Social e o Ministério da Justiça, tendo em conta o regime do acesso ao direito e da

consulta jurídica.

Embora não tenha sido possível obter indicadores de execução desta medida,

considerou-se que foi parcialmente executada tendo por base a Portaria nº. 210/2008,

de 29 de fevereiro, que prevê a criação de parcerias entre o Ministério da Justiça e a

Ordem dos Advogados.

A parcialidade da sua execução prende-se com o facto de não se encontrar qualquer

registo das parcerias entre o MP, a Ordem dos Advogados, a Segurança Social e as

Organizações Não-Governamentais (ONG's).

M5 - Promoção de praxis judiciais não conflituantes que evitem a vitimização

secundária nos casos de divórcio ou regulação do poder paternal e que,

simultaneamente, contribuam para uma melhor colaboração entre as instituições do

sistema da justiça e as de proteção à vítima, reduzindo desarticulações do próprio

sistema.

A medida não foi considerada executada visto não se terem conseguido apurar quaisquer dados que permitissem comprovar a sua execução. Mesmo no que concerne ao Plano Nacional, até ao ano de 2012, os relatórios não indicam atividades que comprovem que as medidas foram executadas.

M6 - Aperfeiçoar os mecanismos de apoio logístico em habitação própria e segura para as vítimas de Violência Doméstica, em articulação com as entidades competentes do Governo Regional e as autarquias locais, criando uma linha de apoio especial para estes casos.

A questão da criação ou do aperfeiçoamento de mecanismos de apoio logístico em habitação própria para vítimas de VD foi regulamentada na Lei nº. 112/2009, de 16 de setembro. Além disso, no nº 6.4 do art. 3º da Portaria nº. 229-A/2010, de 23 de Abril (Estatuto da vítima), são identificados como direitos sociais da vítima o apoio ao arrendamento de habitação e/ou benefício na atribuição de habitação social. No entanto, não se conseguiu apurar o número de pessoas que beneficiaram efetivamente deste regime.

Assim, a medida foi apenas considerada parcialmente executada pois a legislação foi criada. Contudo, não foi possível apurar a existência de protocolos entre autarquias e entidades competentes do Governo Regional.

Importa referir que a Direção Regional da Habitação, aquando da seleção dos candidatos para os diversos programas da sua competência, prevê a prioridade dos agregados monoparentais que se encaixem no quadro definido como VD. Por outro lado, estes agregados são também apoiados pelo IDSA, que assegura o apoio ao arrendamento na fase de autonomização das vítimas acolhidas nas casas de abrigo.

M7 - Além das situações de risco, e sempre que necessário a fim de evitar a (re)vitimização, criar condições para um afastamento seguro e rápido entre vítima e agressor (preferencialmente deste, sempre que possível e na defesa do interesse da vítima, de forma a atenuar uma das dimensões da vitimização).

Como já foi referido, com a implementação do I PRPCVD, em 2010, foram criados e protocolados os PLPCVD, que têm associadas estruturas de acolhimento de emergência para vítimas de VD designadas "Núcleos de Atendimento e Apoio a Vítimas de Violência Doméstica". Neste sentido, foram estabelecidos acordos entre a Secretaria Regional da Solidariedade Social e os Polos locais, sendo uma das finalidades o acolhimento de emergência e temporário para vítimas de VD.

Assim, o acolhimento de emergência existe em 8 ilhas dos Açores abrangendo as 9 ilhas. Foram criados, durante a vigência do I PRPCVD, mais 5 núcleos de atendimento e apoio a vítimas de VD que incluem um centro de acolhimento de emergência, num total de 26 estruturas de apoio à vítima. Efetivou-se assim a possibilidade de afastamento da vítima e do agressor, sendo as respostas técnicas existentes em situações de emergência asseguradas, na RAA, pelas Redes e os Polos locais.

Até à implementação do Plano, em 2010, existiam nos Açores quatro casas de abrigo, quatro centros de acolhimento e sete núcleos de atendimento.

Esta medida foi executada, embora a sua plena execução só venha a ser totalmente verificada quando se cumprirem medidas de afastamento dos agressores sem penalização ou dupla vitimização das vítimas e dos seus dependentes.

M8 - Ajudar a criar condições junto das entidades empregadoras, no sentido de facilitar a mobilidade geográfica e ocupacional das vítimas, entre ilhas ou para o Continente.

A questão da mobilidade geográfica e ocupacional das vítimas encontra-se regulamentada na Lei nº. 112/2009, de 16 de setembro, através do artigo 42º, bem como pela Lei nº. 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova a revisão do Código de Trabalho. Além disso, na portaria nº. 229-A/2010, de 23 de Abril (Estatuto da vítima) são identificados como direitos sociais da vítima "a solicitação de transferência temporária ou definitiva, para outros locais de trabalho, quando cumpridas determinadas condições".

Embora possamos considerar a medida executada, não foi possível apurar o número de pessoas que efetivamente beneficiaram deste regime.

M9 - Implementar o programa experimental de utilização de meios eletrónicos de vigilância à distância aplicados ao agressor sujeito a medida judicial de afastamento

A proteção da vítima através do afastamento do agressor, com recurso a meios eletrónicos, concretizou-se na aplicação de 2 medidas de afastamento aplicadas em 2012. Embora este não seja um recurso muito utilizado considerou-se a medida executada visto que também existem vários diplomas legislativos que salvaguardam a aplicação deste tipo de medidas de afastamento. É o caso dos artigos 52º e 152º do Código Penal, o artigo 281º do Código de Processo Penal, o artigo 31º da Lei 112/2009, de 16 de setembro, a Portaria nº. 220-A/2010, de 16 de abril, e a Lei nº. 33/2010, de 2 de setembro.

Desde a introdução de meios eletrónicos de vigilância à distância aplicados ao agressor sujeito a medida judicial de afastamento, já foram aplicadas seis medidas. Em 2013 existiam quatro arguidos a cumprir afastamento com vigilância eletrónica, dos quais dois residiam na ilha Terceira e dois eram residentes na ilha de São Miguel. Estes números demonstram que, ainda que numa pequena escala, este tipo de medidas de proteção da vítima são um procedimento que começa a ser utilizado.

M10 - Alargar a todas as Ilhas o Programa de Reabilitação para agressores conjugais.

No final de 2008, a Procuradoria da República no Círculo Judicial de Ponta Delgada com o Instituto de Ação Social, o Instituto de Reinserção Social, a Polícia de Segurança Pública e a Universidade do Minho, celebraram um Protocolo de Cooperação para a implementação prática do Programa de reabilitação para agressores conjugais (Programa Contigo).

Após a fase de implementação do Projeto-piloto na Comarca de Ponta Delgada (janeiro 2009 a fevereiro de 2010) e com a criação da DRIO, a iniciativa foi alargada a toda Região. Este processo foi desenvolvido através das Redes Locais de Apoio a Mulheres em Situação de Risco nas ilhas de São Miguel, Terceira e Faial e através dos PLPCVD nas restantes ilhas do Arquipélago. Assim, conforme é possível verificar abaixo, a medida foi considerada executada.

Estão atualmente consagrados todos os mecanismos necessários para uma eficaz implementação, em primeiro lugar, de uma estratégia regional de prevenção e combate à violência doméstica e, complementarmente, do Programa Contigo, um recurso claro da ação acima referida.

Este programa consiste numa intervenção terapêutica junto do agressor e está estruturado em sessões semanais, ao longo de 18 semanas, onde se "desmontam estereótipos e conceitos" como o de posse e o ciúme, mas onde também se analisam questões como a igualdade de género e o crime de VD. Já frequentaram o Programa cerca de 160 indivíduos arguidos/condenados.

O Programa Contigo foi um programa inovador concebido por técnicos que desempenham funções nas entidades públicas e privadas da Região e que inclusive serviu de base para experiências similares a nível nacional.

Os indivíduos que presentemente se encontram a frequentar o programa são maioritariamente da ilha de São Miguel, havendo um pequeno número das ilhas do Pico, Graciosa e Santa Maria. O número de casos de insucesso (com abandono ou cometimento de novos crimes) é inferior a 15 % por ano.

No âmbito do referido programa, foram também implementadas respostas psicossociais para vítimas de violência doméstica, o "Contigo Vítimas".

Verificou-se o investimento, por parte da Secretaria Regional da tutela, na formação e especialização de técnicos para a implementação e aplicação do Programa em toda a Região, tendo sido realizados, para esse efeito, Acordos de Cooperação Técnica e Financeira com o Centro de Terapia Familiar e Intervenção Sistémica (CTFIS).

O Programa foi apresentado em todo o arquipélago, à exceção da ilha do Corvo, passando a ter a atenção de inúmeras Instituições que, numa perspetiva de parceria, cederam os seus técnicos para aplicação do Programa na Região.

Desde a sua implementação até 28 de fevereiro de 2013, foi possível contabilizar um total de 1426 vítimas acompanhadas, das quais 904 ainda se encontravam no Programa. De igual modo, num total de 192 agressores acompanhados, 108 ainda estavam em acompanhamento na data supracitada.

Para a divulgação e implementação do programa na Região foram efetuadas, durante a vigência do I PRPCVD, diversas reuniões e formações. Em 2010, realizaram-se 4 reuniões de apresentação nas ilhas da Graciosa, do Faial, de Santa Maria e do Pico, com a presença de 76 técnicos e dirigentes locais, realizando-se ainda 7 reuniões para a implementação do Programa nas ilhas do Pico, Faial, Terceira e Graciosa, com um total de 88 participantes.

Em 2011, foi dada continuidade ao trabalho nas restantes ilhas da Região tendo sido realizadas 2 reuniões de apresentação do Programa nas ilhas de São Jorge e das Flores, com 24 participantes, e 6 reuniões para a sua implementação nas ilhas de São Miguel, Pico, Faial e Flores, num total de 63 participantes.

Além destas reuniões de trabalho, realizaram-se formações específicas com o objetivo não só de dar a conhecer as conceções definidas e as metas e estratégias a cumprir na sua execução, mas também de ministrar formação específica para técnicos<sup>5</sup>.

Neste momento, existem 41 técnicos, distribuídos por todas as ilhas do arquipélago que asseguram a execução deste programa.

M11 - Atendendo à importância das unidades prestadoras de cuidados de saúde, na deteção e apoio às vítimas de Violência Doméstica, deverão ser encontradas respostas específicas no sentido de desenvolver as boas práticas já existentes e alargá-las a outras ilhas.

Os Polos locais desenvolvem uma ação concertada com diversos sectores de forma a assegurar respostas para as situações de violência ocorridas. Neste contexto, tal como foi referido no Contexto 1, foi implementada uma ficha de atendimento/sinalização nas diferentes entidades que pertencem aos Polos. Pertencendo alguns Centros de Saúde aos Polos locais considerou-se que a medida foi parcialmente executada embora não tenha sido possível apurar dados quantitativos.

\_

<sup>&</sup>lt;sup>5</sup> Esta formação será explicada noutra medida deste relatório (Medida 9 do Contexto 3).

A utilização desta ficha permite uma melhor sinalização e encaminhamento das situações de VD para os PLPCVD, facultando alguma informação específica e permitindo a orientação do trabalho dos técnicos/as responsáveis pelo processo.

Esta é considerada uma boa prática pois, além de sistematizar a informação sobre cada situação de VD, também é uma forma de uniformizar a recolha de informações e do trabalho de cada técnico/a envolvido no processo.

As fichas registam informações como a identificação da vítima e do agressor, o tipo de apoio solicitado designadamente se é um apoio psicológico, jurídico, social, médico, habitacional ou outro e, incluem ainda um resumo da situação e das necessidades de orientação/encaminhamento.

M12 - Implementação de respostas de apoio psicossocial para vítimas de violência doméstica.

Considerou-se esta medida totalmente executada uma vez que, como será possível perceber na descrição abaixo, teve implementação regional.

Em 2010, no âmbito do I PRPCVD, para assegurar uma melhor intervenção e uma resposta mais eficiente e eficaz de suporte à vítima, foram criados os PLPCVD nas ilhas da RAA que ainda não dispunham de respostas sociais para a prevenção e combate à VD.

Nas ilhas de São Miguel, Terceira e Faial já existiam protocolos assinados entre várias entidades no sentido de criar respostas em rede para este fenómeno.

A partir de 2010, com a criação dos Polos locais nas ilhas de Santa Maria, Graciosa, Flores, São Jorge e Pico, foi possível aperfeiçoar e expandir a rede de núcleos de atendimento e casas de abrigo, fornecendo respostas de proximidade com a possibilidade de acolhimento de emergência e apoio psicossocial para vítimas de VD.

De acordo com os dados recebidos da Secretaria Regional da Solidariedade Social, em 2012, registou-se um total de 173 técnicos/as superiores que prestavam apoio psicossocial na área da VD (social, psicológico, jurídico) integrados nas entidades públicas e privadas da Região.

A distribuição destes técnicos pelos Açores segue a tendência da distribuição da população, encontrando-se quase 50% destes em São Miguel, onde existe uma equipa constituída por 4 técnicos superiores do CSPNSO, sobre a qual é importante apresentar algumas informações visto que é um tipo de resposta muito especializada e específica.

O trabalho desempenhado por esta equipa baseia-se na execução de ações de apoio e acompanhamento a mulheres vítimas de VD, na Ilha de São Miguel, em parceria com as restantes instituições da RAIMSR. Com a constituição da mesma foi possível, não só garantir e melhorar o atendimento e acompanhamento psicossocial de mulheres em situação de risco, de forma a salvaguardar a integridade física e psíquica das mesmas e dos respetivos filhos, mas também melhorar o atendimento a vítimas de VD efetuado nas esquadras da PSP.

A equipa carateriza-se por intervir em situações de emergência, estando disponível 24 horas por dia, contando, para esse efeito, com dois agentes da PSP com formação específica.

De acordo com os dados disponibilizados em 2010, foram realizados 339 atendimentos/acompanhamentos e 285 intervenções em situação de crise; em 2011 verificaram-se 158 atendimentos/acompanhamentos e 247 intervenções em situação de crise por fim, em 2012, foram contabilizados 512 atendimentos/acompanhamentos e 167 intervenções em situação de crise.

Esta boa prática iniciou-se na ilha de São Miguel e ainda não foi implementada nas restantes ilhas embora seja fundamental para a devida proteção das vítimas e para uma resposta mais eficaz na intervenção em situação de crise, pelo que, no II PRPCVD, deve ser alargada às restantes ilhas do arquipélago.

Para além dos atendimentos e acompanhamentos prestados por esta equipa e sabendo-se que existem atualmente respostas de apoio psicossocial disponíveis em todas as ilhas, tentou-se efetuar o levantamento desses dados. Isso não foi possível uma vez que os números e os procedimentos para a sua contabilização não são uniformizados. Assim, o seu tratamento ficaria comprometido.

Contudo, as respostas existem, são eficazes e são efetuados relatórios anuais pelas entidades que intervêm na área.

Por outro lado, existe o Fundo de Suporte Socioeconómico para Vítimas de Violência Doméstica, criado em 2011, com o intuito de promover a autonomia socioeconómica das vítimas e de facilitar o seu processo de autonomização, permitindo apoios mais rápidos principalmente em situações de crise. Com a criação deste fundo pretendeuse, não só uma intervenção direta com as mulheres vítimas de VD (financiamento de ações de apoio e acompanhamento de mulheres vítimas de VD e filhos, facilitadoras da sua autonomização socioeconómica, designadamente apoio à subsistência, saúde, alojamento, transportes e outros devidamente fundamentados), mas também despertar consciências para o fenómeno da VD e para a necessidade da sua erradicação.

O Fundo esteve disponível na RAIMSR, no Polo Operacional de Apoio Integrado à Mulher em Situação de Risco do Faial, nos PLPCVD das ilhas de São Jorge, Graciosa, Pico, Flores e de Santa Maria. Por motivos logísticos o mesmo não foi implementado na Ilha Terceira.

Através da realização de acordos de cooperação foi atribuída uma verba a cada Pólo e Rede para atribuição dos apoios. De referir igualmente que, as verbas adstritas a cada uma das Redes/Polos foram definidas tendo em conta não só os índices populacionais mas também o número de processos existente por ilha.

De acordo com os dados disponibilizados pela SRSS, no decorrer do ano de 2011, foram apoiados um total de 112 agregados familiares, sendo 1017 as pessoas apoiadas, até 2012, nas várias ilhas do arquipélago (com exceção da Terceira).

#### M13 - Facilitar o acesso das vítimas às consultas de saúde.

Com a implementação dos Polos locais foram elaborados protocolos com várias entidades que participam e colaboram na resolução e obtenção de recursos necessários para as vítimas de VD. Neste sentido, foram protocolados com alguns Centros de Saúde que pertencem aos Polos os seguintes direitos: garantir o apoio clínico e psicossocial especializado a vítimas de VD quando as mesmas acorrem aos Centros de Saúde; assegurar a continuidade do acompanhamento clínico em situações de crise; assegurar consultas de especialidade, requeridas pelo PLPCVD, através do

médico de família; agilizar procedimentos, sempre que possível, nas situações de suspeita ou conhecimento de VD.

Por estarem definidos os procedimentos de atuação pelos profissionais de saúde e por estar protocolado o acesso das vítimas a consultas de saúde, considerou-se esta medida executada embora não tenha sido possível apurar indicadores numéricos de execução.

M14 - Aperfeiçoar e expandir a rede de Núcleos de Atendimento e casas de abrigo a Violência Doméstica.

Apesar da existência de casas de abrigo e de centros de atendimento/acolhimento ser anterior à implementação do I PRPCVD, considerou-se a medida totalmente executada não só por se ter verificado um alargamento do número de respostas de acolhimento existentes em toda a RAA, com a criação dos Polos locais de Prevenção e Combate à VD, mas também por se ter verificado um esforço no aperfeiçoamento dessas respostas, nomeadamente com a formação dos respetivos técnicos.

As casas de abrigo, de centros de acolhimento e de núcleos de atendimento existentes antes de 2010, eram as seguintes:

- Casa de abrigo "Renascer" da Confederação Operária Terceirense, na ilha Terceira;
- 2 casas de abrigo "Azorina" e "Vidalii" do Centro de Apoio à Mulher, em São Miguel;
- Casa de abrigo da UMAR Açores (Delegação do Faial)

Foi adquirido um prédio com vista ao melhoramento das instalações da casa de abrigo na ilha do Faial, em 2009;

- Centro de acolhimento "SolisVita" da Santa Casa da Misericórdia da Praia da Vitória, na Terceira;
- 2 centros de acolhimento da Associação Novo Dia e 1 da Associação Crescer em Confiança (ACC), na ilha de São Miguel;

2 Gabinetes de Atendimento – O SOS Vítima da Confederação Operária Terceirense e
 o Gabinete de Atendimento da Delegação da UMAR – Açores/CIPA (Delegação da Terceira);

- 7 Centros de atendimento pertencentes às seguintes instituições: Lar Filomena da Encarnação, Associação Novo Dia, ACC, UMAR – Açores (Delegação de São Miguel), CAM, APAV, CSPNSO (Equipa Multidisciplinar Especializada de Apoio Integrado à Mulher em Situação de Risco), todos na ilha de São Miguel.

Após a implementação do I PRPCVD (2010-2012) foram criadas as seguintes estruturas:

- 5 Centros de emergência e acolhimento temporário, criados entre outubro de 2010 e março de 2011, nas ilhas de Santa Maria (Recolhimento de Santa Maria Madalena de Vila do Porto), do Pico (Santa Casa da Misericórdia das Lajes do Pico), de São Jorge (Casa de Repouso João Inácio de Sousa e Casa de Providência de São José), da Graciosa (Centro Social e Paroquial Nossa Senhora da Luz) e das Flores (Santa Casa da Misericórdia de Santa Cruz das Flores);

- Núcleo de Iniciativas de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e Igualdade de Oportunidades da Santa Casa da Misericórdia da Praia da Vitória, criado em outubro de 2010, na ilha Terceira.

Com a criação destas novas estruturas alargou-se a todo o arquipélago este tipo de resposta que anteriormente se limitava às ilhas de São Miguel, Terceira e Faial. Além disso, pôde contabilizar-se um aumento de camas (em casas de abrigo e centros de acolhimento), passando de 99 no ano de 2009, para 116 camas no ano de 2012.

Durante a vigência do I PRPCVD constatou-se que, o esforço efetuado na formação e troca de conhecimentos e boas práticas entre profissionais, teve uma grande relevância no melhoramento das respostas existentes. Exemplo disto foi a realização do "1º Encontro Regional de Profissionais dos Polos locais de Prevenção e Combate à Violência Doméstica" que decorreu, no âmbito do Dia Internacional para Eliminação da Violência contra a Mulher, nos dias 29 e 30 de novembro de 2012, em São Miguel. As entidades organizadoras foram a ACC e a RAIMSR, com o apoio da Direção Regional da Solidariedade Social, Divisão de Promoção da Igualdade de Oportunidades. Contou com a participação de 72 técnicos pertencentes às Redes e Polos locais das várias ilhas.

Com a realização deste encontro pretendeu-se, por um lado, a uniformização da linguagem técnica sobre a temática e uma real perceção da questão a nível regional e, por outro, a contextualização da problemática e do trabalho em rede.

Assim, ao longo dos dois dias de Encontro, realizaram-se várias apresentações e workshops sobre as temáticas "Atendimento e acompanhamento à vítimas de maus tratos"; "Enquadramento legal e procedimentos jurídicos no crime de violência doméstica"; "Respostas sociais — O acolhimento — especificidades das Casas Abrigo, dos Centros de Acolhimento Temporário e "Drop In"; "Burnout". Os Polos de Santa Maria, Graciosa, Faial, Pico, São Jorge e Flores, a Rede de Apoio Integrado ao Cidadão em Exclusão Social (RAICES) da Terceira e o NIPCVD-SCMPV apresentaram o trabalho realizado em cada uma das ilhas e os seus contributos.

M15 - Dotar as estruturas de apoio de uma intervenção especializada para menores vítimas de violência doméstica indireta, em articulação com outras estratégias que abranjam os mesmos destinatários.

Uma das propostas deste I PRPCVD consistia na intervenção junto dos menores vítimas diretas ou indiretas de VD com vista à redução do impacto da mesma.

Visto não existir na Região qualquer programa estruturado que visasse este tipo de intervenção, foi construído um modelo para a intervenção junto deste público de modo a possibilitar a redução do impacto da violência e dos danos provocados pela VD, que promovesse uma gestão positiva destas vivências e que capacitasse estes jovens para experiências afetivas saudáveis.

Foram criados dois projetos-piloto com o intuito de intervir de forma especializada numa população-alvo menor de idade que permitiram considerar esta medida executada.

Estes projetos foram protocolados entre a DRSS e várias entidades, tendo sido iniciados no âmbito do I PRPCVD:

- Impacto da Violência Conjugal sobre os Menores (Programa Impacto) que teve início em 2010;

- Conecta que teve início no final de 2011.

De seguida, procede-se a uma síntese de cada um dos programas e das formações ministradas aos/às técnicos/as que trabalham na área.

## Impacto da Violência Conjugal sobre os Menores

O Programa Impacto foi promovido pela então Direção Regional da Igualdade e Oportunidades, numa parceria com a Universidade da Corunha, a *Fundacion Meniños*, o CTFIS e a Santa Casa da Misericórdia da Praia da Vitória.

O projeto teve início em 2010, com a necessidade de realizar uma intervenção especializada sobre crianças e jovens vítimas de violência, com vista à redução do impacto da violência conjugal sobre os mesmos e à quebra de ciclos de violência que se perpetuam, por vezes, ao longo de gerações.

Durante 2010 e 2011, numa parceria entre as entidades (Universidade da Corunha, *Fundacion Meniños*, o CTFIS e a Santa Casa da Misericórdia da Praia da Vitória) foi criado o Guia Técnico "Guia de Intervenção do Impacto da Violência Conjugal sobre Crianças e Jovens", publicado e divulgado na RAA e na Galiza, sendo que nos Açores o guia foi apresentado em São Miguel, Terceira e Faial, através de uma apresentação pública seguida de formação técnica.

Os objetivos primordiais do programa passam por: ajudar o/a menor a lidar com a exposição à violência conjugal; diminuir a sintomatologia associada ao trauma (ansiedade, sintomas depressivos); gerir as emoções da mãe em relação ao excompanheiro (agressor); trabalhar com a mãe a definição de fronteiras e limites educacionais; posicionar/esclarecer os papéis dos membros do agregado familiar (evitar a parentalização); reforçar a comunidades dos afetados (mães e filhos).

No ano de 2012 foram acompanhados 14 casos na ilha Terceira e 1 caso na ilha de São Miguel. As sessões realizadas abrangiam as crianças, os jovens e os progenitores. Nesse ano, nas restantes ilhas da Região, o programa estava numa fase de definição, não só de circuitos mas também de estratégias de intervenção, não existindo casos em acompanhamento.

As entidades entretanto definidas para aplicação do programa incluem departamentos governamentais, IPSS's e Santas Casas da Misericórdia.

## Programa Conecta

O programa foi criado no final do ano de 2011 e visou implementar na Região Açores uma resposta específica para apoiar e intervir em famílias com adolescentes em conflito. A sua pertinência emerge das mudanças registadas a nível social que também se refletem na alteração do padrão de relações entre pais e filhos, com o incremento das situações de conflitualidade e dos comportamentos violentos nos adolescentes. Estes fatores, conjugados com outros, levam ao desenvolvimento de comportamentos problemáticos nos adolescentes tais como: o baixo rendimento escolar, a violência contra os demais elementos da família, a não-aceitação de regras e normas e inclusive o consumo de álcool e drogas.

Nesse sentido, a DRSSS considerou importante intervir, não só junto de vítimas menores mas também junto de jovens e adolescentes possíveis agressores no sentido de quebrar a reprodução de comportamentos violentos.

O projeto-piloto foi pensado para as Ilhas de São Miguel e Terceira e a resposta assentou no modelo de terapia familiar centrada na aliança com a família que, no caso de São Miguel, ficou a cargo do CTFIS e, na ilha Terceira, da Santa Casa da Misericórdia da Praia da Vitória (encontra-se em fase de preparação a criação de um pequena unidade terapêutica).

Foram realizadas ações de formação, no âmbito dos projetos acima apresentados, no sentido de qualificar e especializar os/as técnicos/as para o trabalho com estes públicos.

# Formações no âmbito do Impacto

Ainda no final do ano de 2010, de 2 a 5 de novembro, foi realizada uma formação (total de 24 horas) em São Miguel, promovida pela então DRIO, específica para técnicos/as, intitulada "Formação no tratamento psicológico de menores exposto a

violência de género". Foi ministrada por Concepcion López Soler (Universidade de Múrcia) e abrangeu vinte técnicos/as.

Em 2011, o NIPCVD-SCMPV esteve envolvido, em parceria com a DRIO, na organização do Encontro Técnico "Jornadas de Cooperação Mútua — Programa de Redução do Impacto da Violência Conjugal nos Menores", realizada nos dias 4 e 5 de fevereiro, no Auditório do Ramo Grande (Praia da Vitória). Participaram, neste evento 75 técnicos/as.

Em 2012, foi realizada uma ação de formação "Impacto da Violência Conjugal sobre Crianças e Jovens — Guia de Intervenção", promovida pela DRSS e o CTFIS, ministrada na ilha São Miguel, de 26 a 28 de junho (23 participantes), na ilha Terceira, de 4 a 6 de julho (24 participantes) e na ilha do Faial, de 10 a 12 de outubro (21 participantes). Teve a duração de três dias em cada ilha.

## Formações no âmbito do Conecta

No sentido de preparar a implementação do programa, decorreu uma ação de formação, nos dias 30 e 31 de maio e 1 de junho de 2011, da responsabilidade da *Fundación Meniños* (também responsável pela supervisão do programa), dirigida a psicólogos/as das escolas envolvidas e a técnicos do CTFIS e da Santa Casa da Misericórdia da Praia da Vitória. A formação contou também com a presença de técnicos/as da área de Psicologia das Unidades de Saúde das ilhas das Flores e do Pico.

Já em 2012, a Direção Regional de Solidariedade Social, em parceria com o CTFIS, promoveu uma formação em São Miguel, abrangendo 17 técnicos/as. Esta formação teve um dia de duração e visou formar estes profissionais para uma intervenção melhor fundamentada com estes públicos.

## Outras formações

O CAM, numa parceria com a RAIMSR, organizou, no ano de 2010, uma ação de formação sobre "Violência doméstica - impacto nos menores", subdividida em quatro

sessões, dirigida aos trabalhadores auxiliares de instituições de acolhimento de mulheres e que envolveu 15 funcionários/as.

M16 - Articulação com as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, no sentido de identificar necessidades especiais dos menores vítimas de violência doméstica indireta.

Não foi possível verificar a existência de articulação entre as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens durante a vigência deste I PRPCVD, pelo que não se considerou esta medida executada. No entanto, é de ressalvar a importância da mesma, pelo que consideramos que é uma medida que deve ser implementada no II PRPCVD.

M17 - Implementar um serviço de teleassistência com carácter geral, e ligação direta à Polícia, para as vítimas de Violência Doméstica.

A implementação de um serviço de teleassistência foi uma estratégia definida em parceria com a Cruz Vermelha Portuguesa e a CIG. A implementação deste serviço de carácter geral e com ligação direta à PSP teve como objetivo apoiar as vítimas prestando-lhes informações e zelando pela sua segurança.

Assim, no decorrer do ano de 2010, a Direção Regional da Igualdade de Oportunidades, efetuou diversas diligências para a implementação do serviço na RAA. Em março de 2011, foi assinado um acordo de cooperação entre a Direção Regional e a Cruz Vermelha Portuguesa para o financiamento de 40 equipamentos de teleassistência móvel e o respetivo serviço de teleassistência (*call center*) para acompanhamento de mulheres vítimas de VD.

Este serviço é determinado pelos juízes ou magistrados do MP durante a fase de inquérito, e destina-se essencialmente a vítimas que corram riscos de (re)vitimização e que tenham necessidades específicas de segurança.

Até ao final do I PRPCVD foram aplicadas 6 medidas pelo MP (5 no ano de 2011 e 1 no ano de 2012).

O sistema possibilita à vítima possuir um equipamento móvel que permite acionar, a qualquer hora do dia ou da noite, um *call center* de apoio que é assegurado por operadores/as com formação em atendimento telefónico a vítimas. Na sequência da ativação do botão de alarme do equipamento a equipa de operadores/as, mediante a avaliação da situação de perigo, poderá acionar os meios policiais competentes que se dirigirão ao local onde está a vítima.

As condições para a implementação deste processo foram bastante favoráveis em virtude de existir uma forte colaboração com o MP e com a PSP, elementos fundamentais neste processo.

Após a implementação em São Miguel, realizou-se 1 sessão de esclarecimento, em abril de 2011, que contou com a presença de 17 técnicos de várias entidades envolvidas no processo. Esta sessão pretendeu informar sobre os procedimentos operacionais do serviço de teleassistência para vítimas de VD e contou com a presença de diversos técnicos da RAIMSR, do IDSA, da PSP de Ponta Delgada e do MP. A sessão foi realizada pela Dra. Sofia Moita (Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género) e pela Dra. Ana Margarida (Cruz Vermelha Portuguesa).

Até ao momento, o serviço de teleassistência apenas foi implementado na ilha de São Miguel, uma vez que os aparelhos funcionam através de um sistema de localização por GPS, sendo que a cobertura do mesmo nas restantes ilhas não permite uma localização exata das vítimas (utentes), colocando desta forma a sua integridade física em perigo. No entanto, ainda que funcione somente em São Miguel, os resultados têm sido positivos pois o serviço possibilitou um melhor acompanhamento e monitorização das situações mais complexas, proporcionando maior segurança às vítimas.

4 Medidas prioritárias (Contexto 2)

M18 - Facilitar o seu acesso à formação profissional e integração laboral através de itinerários de inserção, com aquisição de competências profissionais e psicossociais.

Esta medida visava facilitar o acesso das vítimas à formação profissional e integração laboral através de itinerários de inserção, com a aquisição de competências profissionais e psicossociais.

A medida foi totalmente executada uma vez que os direitos de acesso preferencial a programas de formação profissional existentes bem como a outros direitos facilitadores da integração laboral, como é o caso da mobilidade profissional, estão previstos na Portaria nº. 229-A/2010, de 23 de Abril e no artigo 48º na Lei 112/2009, de 16 de setembro. Por outro lado, foram também criados mecanismos e programas que contribuíram para a inserção laboral de vítimas de VD. Abaixo identificam-se alguns.

A Direção Regional do Emprego e Qualificação Profissional (DREQP)<sup>6</sup> tem disponível um conjunto de programas que, embora não sejam específicos para vítimas de VD, visam a integração profissional de públicos em situação mais desfavorecida nos quais se podem incluir as vítimas de VD. Convém salientar que não foi possível contabilizar o número de vítimas de VD que estão abrangidas ou que frequentaram esses programas. No entanto, é inquestionável que são um importante mecanismo de inserção deste público. Assim, passaremos a explicar os programas que existem na RAA.

O Programa Social de Ocupação de Adultos (PROSA) recruta cidadãos inscritos nas Agências para a Qualificação e Emprego (APQE), procurando estimular e tornar mais fácil o acesso ao emprego, principalmente por parte daqueles que, dada a sua desvantagem, têm maior dificuldade em aceder ao mercado de trabalho: jovens à procura do primeiro emprego, desempregados de longa duração, pessoas portadoras de deficiência e em situação de desigualdade social, nomeadamente vítimas de VD. As entidades que se podem candidatar a este tipo de programa na qualidade de entidades promotoras são: IPSS's, Santas Casas da Misericórdia e serviços públicos

com a designação de Direção Regional do Emprego e Qualificação Profissional (DREQP), nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 16.º do referido Decreto Regulamentar.

<sup>&</sup>lt;sup>6</sup> De acordo com o Decreto Regulamentar Regional n.º 24/2012/A, de 27 de novembro (aprovou a orgânica do XI Governo Regional dos Açores), a Direção Regional do Trabalho, Qualificação Profissional e Defesa do Consumidor (DRTQPDC) passou a integrar o Departamento do Governo Regional, Vice-presidência, Emprego e Competitividade Empresarial (VPECE) de acordo com alínea b) do artigo 3.º e alínea a) do n.º 2, do artigo 14.º do mesmo diploma,

dependentes da Administração Central, Regional e Local. Os seus destinatários incluem desempregados elegíveis e beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI). Por desempregados elegíveis entendem-se, por um lado, desempregados em situação de desfavorecimento face ao mercado de trabalho (em situação de marginalização e carência, toxicodependentes, alcoólicos recuperados ou em recuperação, com défices elevados de empregabilidade ou de qualificação, vítimas de VD, etc.), que estejam inscritos nas APQE, e por outro, desempregados disponíveis há pelo menos cento e oitenta dias, que procurem ativamente trabalho e não tenham recusado, no último ano, qualquer oferta de emprego compatível ou a sua inserção em programas de formação e qualificação profissional compatíveis.

Os projetos têm a duração máxima de 12 meses, podendo ser prorrogados até ao limite máximo de 6 meses, mediante solicitação fundamentada das entidades promotoras, com uma antecedência de trinta dias em relação ao termo de execução do projeto.

Para além do PROSA, existe ainda outro Programa denominado "Programa Formar, Inserir e Ocupar Socialmente (FIOS)", que tem como objetivos: a ocupação e inserção profissional bem como o reforço das competências e experiências profissionais dos seus beneficiários. São destinatários do Programa FIOS os ativos dos 18 aos 55 anos, beneficiários de RSI, com particulares fragilidades no acesso ao mercado de trabalho, nomeadamente sem escolaridade obrigatória e/ou com baixos níveis de qualificação profissional. Assim, estes caracterizam-se por serem desempregados de longa e muito longa duração, em situação de marginalização e carência, toxicodependentes, alcoólicos recuperados ou em recuperação, com défices elevados de empregabilidade ou qualificação, com particulares dificuldades de acesso ao mercado de trabalho, inscritos nas APQE da Região e indicados pelos Núcleos sociais de Inserção/RSI. As entidades que podem ser promotoras do Programa FIOS são as IPSS's, a Administração Pública central, regional e local e as associações e cooperativas sem fins lucrativo.

As atividades ocupacionais no âmbito do Programa FIOS têm a duração de nove meses e inclui duas componentes constituídas por atividades práticas e atividades teóricas.

Por fim, o Programa Ocupação Temporária de Trabalhadores Beneficiários de Subsídio de Desemprego (CTTS) que, como o próprio nome indica se destina a desempregados que se encontram a auferir de subsídio de desemprego. Ao contrário do programa PROSA e FIOS este programa não se destina apenas a públicos fragilizados, apesar de ser uma das respostas à problemática de inserção de vítimas de VD e que permite a sua integração profissional. Este programa visa o envolvimento dos desempregados em trabalho de utilidade social, valorizando as suas competências para além da produtividade social resultante, contribuindo significativamente para a atenuação dos efeitos sociais negativos do desemprego e para o aumento da possibilidade de reinserção no mercado de trabalho.

Podem candidatar-se à execução de projetos de atividades ocupacionais, tendo em vista a colocação de desempregados beneficiários de prestações de desemprego, as mesmas entidades que nos programas anteriores.

Para além dos programas da DREQP e da legislação existente, verificou-se a existência de outros mecanismos facilitadores da inserção de vítimas de VD que nos levaram a concluir que esta medida foi totalmente executada.

Neste contexto, a ACC criou o Kioske do Emprego e desenvolveu várias formações com a finalidade de reforçar e melhorar as competências e a integração dos seus públicos que são, simultaneamente, vítimas de VD (vítimas de VD acompanhadas pela ACC e pela RAIMSR e população geral em situação de desfavorecimento perante o mercado de trabalho.

Para fazer face a este objetivo geral, são desenvolvidas várias atividades que se distribuem por 3 áreas distintas: promoção da inserção laboral; dinamização de um *blog* e *placard* onde são divulgadas semanalmente as ofertas de emprego para toda a ilha de São Miguel; promoção do aumento da escolaridade e apoio às respetivas candidaturas a programas e escolas (regresso ao ensino; currículos alternativos; programas específicos e inscrições na Rede Valorizar).

No contexto da promoção da inserção laboral, é um objetivo do Kioske do Emprego, proceder à inscrição e acompanhamento de utentes desempregados e à procura do primeiro emprego. Também, neste sentido, procedeu-se ao apoio e acompanhamento

nas diferentes vertentes da empregabilidade como o apoio nas inscrições nas APQE, mediação com as entidades empregadoras, no sentido de maximizar as oportunidades de emprego, bem como facultar apoio e acompanhamento das iniciativas empresariais e empreendedoras.

São, também, objetivos do Kioske do Emprego melhorar as capacidades de empregabilidade dos seus utentes através da dinamização de várias ações de esclarecimento sobre a temática das técnicas ativas de procura de emprego e efetuar simulações/preparações para situação de entrevista profissional e elaboração de currículos.

Até ao final do ano de 2012, o Kioske do Emprego contou com 351 inscrições. De entre estas, 37 pessoas encontram-se ocupadas, sendo que a integração de algumas foi mediada pelo Kioske e a de outras foi efetuada através de encaminhamento para os respetivos programas/serviços adequados ao seu perfil.

Além deste serviço, esta instituição desenvolve, através do "Espaço Formar", várias ações formações na área de competências pessoais, profissionais e empregabilidade. O objetivo geral consiste em desenvolver um conjunto de atitudes e competências de carácter pessoal, social e profissional, facilitadoras de uma postura ativa de inserção socioprofissional.

Os seus destinatários são mulheres que possuem baixas qualificações escolares e profissionais, desempregadas de longa duração, jovens que abandonaram precocemente o ensino e jovens à procura do primeiro emprego e núcleos familiares monoparentais em situação de precariedade económica.

Pretende-se que os seus destinatários obtenham um conjunto de competências facilitadoras da inserção no mercado de trabalho e/ou que lhes permitam efetuar uma escolha a nível formativo, de modo a aumentarem o seu nível de formação escolar e profissional.

Relativamente ao seu elenco modular, este é constituído por 11 módulos, com uma carga horária total de 168 horas que corresponde a 56 dias.

No ano de 2010, a entidade desenvolveu uma edição do Curso de "Competências Pessoais, Profissionais e Empregabilidade", entre 20 de setembro e 14 de dezembro,

no Centro Cultural e Municipal de Vila Franca do Campo, que abrangeu um total de 12 formandas.

Em 2011, foi possível ao "Espaço Formar" dinamizar uma ação de "Competências Pessoais, Profissionais e Empregabilidade", que decorreu de 14 de novembro de 2011 a 16 de fevereiro de 2012, na sede da instituição. O grupo foi constituído, inicialmente por 14 participantes, tendo concluído com aproveitamento apenas 5 formandas.

No ano de 2012, a ACC realizou outras duas edições da Ação de Formação de "Competências Pessoais, Profissionais e Empregabilidade". A primeira foi desenvolvida ao abrigo do Programa Pró-emprego/FSE e abrangeu um grupo de 15 formandas. A segunda edição decorreu no Centro Cultural e Municipal de Vila Franca do Campo, no período de 10 de Setembro a 29 de novembro de 2012 e foi dirigida a um grupo de 15 formandas.

Na mesma lógica de reforço de competências profissionais também o CIPA- Novo Dia procedeu à realização de um Curso de "Desenvolvimento Pessoal, Social, e Aquisição de Competências de Empregabilidade" no período de 14 de março a 1 de junho de 2011. Esta ação de formação teve a duração total de 96 horas e foi desenvolvida em horário laboral com o apoio do Fundo Social Europeu (FSE) — Programa Pró-emprego. Através deste curso os/as formandos/as tiveram a oportunidade de desenvolver novas atitudes e comportamentos, bem como de adquirir novas competências pessoais, sociais e de preparação para o mercado de trabalho.

M19 - Incentivar o acesso aos programas de novas oportunidades, designadamente às modalidades de dupla certificação e ao sistema de reconhecimento.

Uma das medidas contempladas para melhorar a integração laboral passava pelo incentivo e acesso de vítimas de VD a programas de Novas Oportunidades e ao melhoramento das suas habilitações. O acesso preferencial e prioritário de vítimas de VD aos programas existentes está previsto no estatuto da vítima e na legislação (Lei Nº112/2009, de 16 de setembro) conforme foi dito na medida anterior. Apesar de, na RAA, o funcionamento das Novas Oportunidades se desenvolver num formato

diferente daquele que se constata em Portugal Continental, o mesmo é assegurado pela Rede Valorizar.

A Rede Valorizar é um serviço do Governo Regional, estando os seus aspetos funcionais na dependência da Direção Regional do Trabalho, Qualificação Profissional e Defesa do Consumidor (atual DREQP).

Criada pela Resolução do Conselho do Governo Nº 86/2009 de 21 de maio de 2009, a Rede Valorizar tem como objetivos assegurar a todos os cidadãos residentes nos Açores, com idade igual ou superior a 18 anos, uma oportunidade de qualificação e certificação, de nível básico, secundário e/ou profissional, através de dois tipos de encaminhamento: a orientação para respostas formativas adequadas às necessidades e perfis dos inscritos (Programas Reativar ou Cursos Profissionais e/ou de dupla certificação), permitindo o acesso a uma qualificação e integração dos inscritos em processos de reconhecimento e, por outro lado, a validação e certificação de competências (RVCC), escolar e/ou profissional.

A Rede Valorizar constitui, assim, um estímulo e um apoio a todos os adultos à procura de certificação e de novas oportunidades de formação permitindo o reconhecimento das competências adquiridas ao longo do seu percurso pessoal e profissional.

Além da Rede Valorizar, a DREQP desenvolveu o Programa REACTIVAR, que foi criado pela Portaria n.º 82/2003, de 16 de outubro e posteriormente modificado pela Portaria n.º 107/2009, de 28 de dezembro e o Despacho Normativo nº. 37/2010, de 2 de junho.

Os cursos do Programa Reativar são uma oferta de dupla formação para adultos que pretendam elevar as suas qualificações, destinando-se a pessoas com idade igual ou superior a 18 anos à data do início da formação, sem a qualificação adequada para efeitos de inserção ou progressão no mercado de trabalho. A título excecional e sempre que as condições o aconselhem, poderá ser aprovada a frequência por formandos a partir dos 16 anos, inclusive, à data do início da formação, desde que se encontrem em uma das seguintes situações: comprovadamente em situação de grave exclusão social e intervencionados pelos sistemas de ação social, saúde mental, proteção e justiça, situação que terá de ser validada pelos serviços de ação social ou comprovadamente inseridos no mercado de trabalho. Os cursos de nível secundário, ministrados em regime diurno ou a tempo integral, só podem ser frequentados por adultos com idade igual ou superior a 23 anos. De acordo com o percurso formativo, os cursos podem conferir uma dupla certificação (escolar e profissional), uma certificação apenas escolar ou apenas profissional.

As pessoas vítimas de VD que reuniam estes requisitos foram encaminhadas e integradas nestes programas, através das várias entidades pertencentes às Redes e Polos.

Considerou-se a medida executada embora não tenha sido possível apurar o número de pessoas que beneficiaram destes programas.

M20 - Criar condições favoráveis a experiências de empreendedorismo, alargando a todas as ilhas as boas práticas já existentes.

Ao longo dos três anos deste I PRPCVD foram criadas condições favoráveis a experiências de empreendedorismo uma vez que existiram boas práticas nesta área, considerando-se, portanto, a medida executada. Tratou-se, contudo, de uma execução parcial, visto as boas práticas desenvolvidas não abrangerem todo o arquipélago.

Foram realizadas ações de formação e sensibilização intituladas "Empreendedorismo no Feminino", em todas as ilhas dos Açores com exceção da ilha do Corvo, dirigidas a técnicos/as das entidades públicas e privadas envolvidas e a mulheres maioritariamente desempregadas e em situação de vulnerabilidade. Esta iniciativa foi desenvolvida com o apoio da CRESAÇOR e da Direção Regional de Apoio ao Investimento e Competitividade (DRAIC). O objetivo foi, acima de tudo, proporcionar conhecimentos sobre a criação de microempresas e foram contabilizados um total de 380 formandos/as.

Além destes esforços, outras entidades e instituições também desenvolveram formações na área do empreendedorismo, como foi o caso da Cresaçor e da ACC.

A Ação de Formação de "Competências para o Empreendedorismo", desenvolvida pela ACC, visou fomentar a criação do auto emprego, sensibilizando para a importância das

iniciativas empresariais e da capacidade empreendedora enquanto estratégia de resolução do desemprego.

Os seus destinatários foram mulheres com baixas qualificações escolares e profissionais, desempregadas de longa duração, jovens que abandonaram precocemente o ensino e à procura do primeiro emprego e núcleos familiares monoparentais em situação de precariedade económica.

Relativamente ao programa formativo, este era constituído por nove módulos, com uma carga horária total de 120 horas que corresponderam a 40 dias.

No final da ação pretendia-se que as destinatárias tivessem adquirido conhecimentos e competências necessárias à implementação e viabilização de uma ideia de negócio que pretendessem desenvolver e explorar. Assim, em 2011 e 2012, foram formadas 39 mulheres.

Além destas formações, a ACC, através do Kioske do Emprego, concebeu um serviço de apoio à criação e acompanhamento de negócios que fossem criados pelas utentes. Foi destacada uma técnica superior, licenciada em Gestão de Empresas, para garantir o trabalho de formação, orientação e apoio na abertura de negócios e criação de próprio emprego. Entre 2010 e 2012, foram acompanhados seis casos de possíveis empreendedoras.

M21 - Criar um sistema de incentivo ao arrendamento apoiado por parte das vítimas de violência doméstica, de modo a promover a sua autonomia residencial.

Desde abril de 2010, com a publicação da Portaria nº 229-A/2010 de 23 de Abril (Estatuto da Vítima), está previsto como direito social da vítima "ser apoiada no arrendamento de habitação ou beneficiar da atribuição de fogo social ou de modalidade específica equiparável, nos termos da lei, quando as necessidades de afastamento da vítima do autor do crime o justifiquem" (nº 6.4 do art. 3º).

Assim, foi criado, em 2011, pela SRSSS, o Fundo de Suporte Socioeconómico para vítimas de VD com o intuito de promover a autonomia socioeconómica das vítimas e facilitar o seu processo de autonomização. Neste sentido, este Fundo, para além de

outro tipo de apoios, previa a atribuição de verbas específicas a vítimas, para apoiar a subsistência, despesas de saúde, de transportes e, tal como previsto nesta medida, de alojamento desde que devidamente fundamentadas. Durante a vigência deste I PRPCVD, o Fundo esteve disponível em todas as ilhas, exceto na ilha Terceira onde, por motivos logísticos, não foi implementado.

No que concerne ao valor monetário atribuído a apoios para alojamento não foi possível obter dados quantitativos fidedignos pelo que se tomou a decisão de não apresentar esses dados, embora a medida tenha sido efetivamente executada.

#### **CONTEXTO 3: COMBATE**

#### Síntese e análise da execução do Contexto 3

O Contexto 3 previa a execução de um total de 11 medidas. Foi possível obter indicadores de execução de oito, correspondendo a uma taxa de execução de 73%. Tal como aconteceu no contexto anterior, não foram executadas três medidas, especificamente as que diziam respeito: à criação de núcleos específicos de VD nos hospitais (Medida 6); à criação de um instrumento de deteção de avaliação do risco em situações de suspeita de um quadro demencial nos idosos (Medida 7); a módulos específicos sobre igualdade do género e violência doméstica nos currículos – nomeadamente, enfermagem e medicina (Medida 10).

Existiu, porém, um esforço que deve ser realçado por parte do Governo Regional e de outras organizações envolvidas na execução do Plano no que diz respeito à implementação de melhorias em vários domínios de intervenção previstos neste contexto. Referimo-nos por exemplo à criação de salas de atendimento de vítimas nas esquadras da PSP com agentes especializados para o efeito que, embora não esteja implementada em todas esquadras da Região, demonstra o esforço da Polícia de Segurança Pública na melhoria dos seus serviços e no aperfeiçoamento do atendimento realizado pelos seus agentes.

Por outro lado, devemos também realçar a realização de ações de formação para técnicos/as e profissionais de várias áreas (profissionais de saúde, agentes da PSP, técnicos/as superiores de IPSS's, docentes das escolas) que foi uma medida amplamente dinamizada em todas as ilhas e sobre inúmeras temáticas.

Considerou-se ainda uma boa prática, a criação dos Polos locais e a atuação da Equipa Multidisciplinar Especializada de Apoio Integrado à Mulher em Situação de Risco de São Miguel, que permitiram a melhoria significativa dos serviços de avaliação imediata das ocorrências num prazo de 24 horas.

Na opinião dos profissionais inquiridos, a criação da ficha de avaliação primária de risco foi uma boa prática que deverá ser alargada a toda as ilhas, sendo também referida a necessidade de criação dos núcleos de atendimento em todos os hospitais da Região e o fomento de um maior envolvimento dos serviços de saúde na intervenção e combate à VD.

M1 - Criação em cada ilha de um sistema atualizado de informação com as ocorrências de Violência Doméstica, de acesso rápido e seguro, aberto 24 horas por dia.

Com o intuito de obter o melhor conhecimento acerca do crime de maus tratos nos Açores e das problemáticas subjacentes ao mesmo, foi criado, em 2011, o Sistema de informação e monitorização do fenómeno da VD.

Com a criação desta aplicação de acesso partilhado passou a existir um registo atualizado de todas as situações de maus tratos às quais as diferentes equipas técnicas da região dão resposta. Esta base de dados permitirá a realização de estudos estatísticos regionais, uma vez que possibilita a obtenção de informação sobre as situações de VD que solicitam o apoio dos vários serviços existentes na Região.

Desta forma, podem obter-se os dados de caraterização das vítimas, dos agressores, bem como de todo a agregado familiar (morada, idade, sexo, estado civil, escolaridade, situação laboral, profissão, saúde, e habitação), fica também acessível a caracterização

dos tipos de agressão de que a vítima foi alvo bem como do impacto da mesma na sua vida e ainda dados relativos ao processo judicial (queixa, despacho de acusação).

A introdução dos dados no sistema é efetuada pelos técnicos responsáveis pelos processos. Em cada instituição, os técnicos têm uma senha e utilizador específicos que apenas garantem o acesso aos seus processos, não permitindo, porém, aceder a dados de outras instituições mas possibilitando o acesso ao processo de forma imediata e sempre que é necessário. Assim, considerou-se que a medida foi executada.

M2 - Investigação e avaliação imediata da ocorrência, que nunca poderá ultrapassar as 24 horas, por parte do comité local, que deverá adotar a solução mais adequada de acordo com a situação de risco.

A avaliação da situação de risco é efetivamente realizada no momento da ocorrência, contudo, não é possível garantir a avaliação técnica posterior nas primeiras 24 horas. Esta medida é executada, quer devido ao preenchimento da Ficha de Avaliação Primária de Risco — Violência Conjugal, quer pela existência dos núcleos de atendimento e emergência dos Polos locais e da Equipa Multidisciplinar Especializada de Apoio Integrado à Mulher em Situação de Risco de São Miguel, que atuam em situação de emergência e criam respostas imediatas adaptadas a cada caso de violência. Os procedimentos adotados pelas Redes e pelos Polos encontram-se protocolados e definidos para garantir um apoio mais efetivo e rápido junto das vítimas.

M3 - Criação de condições para ativar canais privilegiados de informação e comunicação entre os locais onde é mais provável detetar situações de violência doméstica – Polícia, hospitais, centros de saúde e ONG – e os polos locais.

Considerou-se a medida executada uma vez que foram criadas equipas e vários instrumentos que facilitam a identificação e encaminhamento de vítimas de VD.

Uma das condições existentes para a deteção destas situações foi a atuação da Equipa Multidisciplinar Especializada de Apoio Integrado à Mulher em Situação de Risco de São Miguel, chamada aquando da deteção das situações de VD nos Centros de Saúde, PSP, IPSS'S, MP e noutros locais. Sempre que se verificam situações de emergência em São Miguel, esta equipa faz o transporte da vítima e procede à articulação entre as diferentes entidades e a RAIM.

Foram criados dois instrumentos para a identificação e caracterização de situações de VD e o seu encaminhamento: a Ficha de atendimento/sinalização, existente em alguns Centros de Saúde (já referida na Medida 11 do Contexto 2) e a Ficha de avaliação primária de risco — Violência conjugal, existente na PSP (já referida na Medida 2 do Contexto 3).

Estas fichas são preenchidas e posteriormente apresentadas e discutidas em reunião de rede/polo, para decisão dos recursos e apoios necessários a cada situação. Refira-se ainda que todas as entidades mencionadas nesta medida (Polícia, hospitais/centros de saúde, ONG e os polos locais/redes) assinaram protocolos e integram as Redes e/ou os Polos locais. É também de referir que outras Direções Regionais, Escolas e Santas Casas da Misericórdia também adotaram o preenchimento da ficha e constituem uma maisvalia para a resolução de muitos dos casos.

M4 - Criar condições que permitam melhorar a intervenção da Polícia em articulação com o Ministério Público.

A medida foi considerada executada tendo em conta a existência de reuniões de trabalho periódicas, no âmbito do Programa Contigo, com a presença da PSP, da Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, do MP e do IDSA.

Foram criadas duas unidades no âmbito do Programa Contigo.

A Unidade de Interação Técnica reúne quinzenalmente e agrega representantes do IDSA, DGRSP e da PSP, e os/as técnicos/as que aplicam o módulo Psicoeducacional do Programa Contigo. O objetivo desta unidade prende-se com a necessidade de reforçar os sistemas de informação e apoio a vítimas de VD e a promoção de ações com agressores.

Foi também criada a Unidade de Gestão Restrita que reúne mensalmente representantes do MP, da PSP, do IDSA e da DGRSP. Esta unidade visa gerir a implementação prática do Programa Contigo e permite, tal como a medida prevê, a criação de um espaço de comunicação e articulação entre o MP e a PSP, no qual podem ser tomadas decisões acerca da intervenção no terreno. Esta Unidade de Gestão Restrita funcionou só em São Miguel mas poderá ser considerada uma boa prática a ser implementada, no futuro, nas restantes ilhas.

M5 - Criação em todas as esquadras de uma sala de atendimento de vítimas de Violência Doméstica, com técnicos especificamente formados para o efeito.

A criação de salas de atendimento de vítimas de VD em todas as esquadras com técnicos especificamente formados para o efeito ainda não foi totalmente concretizada, porém, considerou-se a medida parcialmente executada pois os esforços na criação de espaços de atendimento a vítimas de VD e na formação de técnicos especificamente nesta área foram consideráveis.

De acordo com dados fornecidos pelo Comando Regional da PSP, de um total de 31 esquadras na RAA, 12 já estão equipadas com salas de apoio à vítima.

Além da criação destas salas, passou a existir uma Equipa Especial de Violência Doméstica da PSP que iniciou a sua atividade no primeiro trimestre do ano de 2010. É constituída por dois elementos e tem por objetivo melhorar o atendimento a vítimas de VD efetuado nas esquadras. Além da investigação processual, esta Equipa Especial de Violência Doméstica executa também fiscalizações de medidas de coação impostas no âmbito de processos de VD, acompanhamento de ofendidas à residência para retirada de bens, provimento a cartas precatórias emanadas pelo Tribunal e outras instituições para inquirição / interrogatório de sujeitos processuais.

No que concerne à formação específica para agentes, foram realizadas quatro ações de formação para Agentes da PSP nas esquadras da Lagoa, Capelas, Furnas e Nordeste que abrangeram 60 agentes da PSP (53 homens e 7 mulheres) durante o ano de 2011 e nove ações de formação para Agentes da PSP nas esquadras de Vila Franca do Campo, Povoação, Maia, Ribeira Grande, Rabo de Peixe e Ponta Delgada, que abrangeram 199

agentes (187 homens e 12 mulheres) durante 2012. Esta boa prática iniciou-se na ilha de São Miguel e ainda não foi implementada nas restantes Ilhas. Foi também realizada formação nas esquadras da ilha Terceira, em 2011, pelo NIPCVD - SCMPV, no âmbito da prevenção da violência contra idosos, no entanto, não foi possível obter mais informações sobre esta formação.

M6 - Criação em todos os hospitais de um núcleo de apoio às vítimas de Violência Doméstica, com técnicos especificamente formados, começando por aqueles em que tal é já possível.

Constatou-se que não foram criados Núcleos de Apoio a Vítimas de VD em nenhum dos três hospitais dos Açores conforme estava previsto nesta medida. Além disso, não foi possível apurar se existem profissionais de saúde especificamente formados para o efeito a desenvolver atividade nos hospitais da RAA pelo que não se considerou a medida executada.

Foram, no entanto, realizadas oito ações de formação especificamente direcionadas para profissionais de saúde dinamizadas pelo NIPCVD — SCMPV, pelo CAM e pela UMAR — Açores (Delegação de São Miguel). As ações desenvolvidas pelo NIPCVD — SCMPV foram realizadas no ano de 2011 e envolveram um total de 52 enfermeiros/as dos Centros de Saúde da Praia da Vitória e de Angra do Heroísmo. Em 2012, as ações dinamizadas pelo CAM envolveram 143 profissionais de saúde de vários Centros de Saúde da ilha de São Miguel e as ações da UMAR — Açores (Delegação de São Miguel) dirigiram-se especificamente a profissionais de enfermagem do Centro de Saúde da Ribeira Grande num total de 33 enfermeiras.

M7 - Criação e validação de um instrumento de deteção e avaliação de risco, em situações de suspeita da existência de quadro demencial, nos idosos.

Esta medida não foi executada, pois não foram criados quaisquer instrumentos de deteção e avaliação de risco, em situações de suspeita da existência de quadro demencial nos idosos.

4 medidas a curto prazo no Contexto 3

M8 - Promoção de ações de sensibilização para o problema da Violência Doméstica junto de decisores de diferentes áreas - política, económica e sociocultural - e de agentes locais que tenham influência no combate à Violência Doméstica, designadamente os profissionais da comunicação social.

Esta medida foi parcialmente executada, uma vez que apenas foram desenvolvidas algumas ações/formações sobre esta problemática junto de decisores e agentes locais com influência, na ilha de São Miguel.

A UMAR – Açores (Delegação de São Miguel) desenvolveu, em 2011 e 2012, quatro sessões de formação sobre a temática em questão, dirigidas a agentes da PSP das Esquadras de Nordeste, Furnas, Povoação e Ribeira Grande, tendo formado um total de 64 agentes.

O CAM procedeu à realização de diversas ações, nos anos de 2011 e 2012, a maioria no âmbito do projeto Pólen I e II. Este projeto foi financiado através de um Acordo de Cooperação com a SRSS e teve como objetivo a realização de formações e ações de sensibilização sobre a temática da VD, junto dos seguintes públicos: líderes locais (Juntas de freguesia, Associações de moradores, Câmaras Municipais, etc.); agentes da PSP e profissionais que trabalham em escolas.

A ação para líderes locais intitulada "Crime na Intimidade – Responsabilidade Partilhada" decorreu em 2011 e foi realizada nos concelhos da Ribeira Grande e do Nordeste. Cada sessão teve uma duração de 3 horas e envolveu um total de 33 participantes.

A ação para profissionais da PSP, intitulada "Rede de Apoio à Mulher em situação de risco: Circuitos e Respostas" decorreu em 2011 nas freguesias de Furnas, Lagoa, Nordeste e Capelas, e teve uma duração total de 3 horas por cada ação. Participaram 58 agentes da PSP, sete do sexo feminino e 51 do sexo masculino.

M9 - Deverão ser elaborados referenciais estratégicos de formação específicos para

cada área, onde os técnicos intervêm diretamente nas situações de Violência

Doméstica, em particular para os polícias, técnicos de saúde, magistrados e técnicos

de ação social.

Esta medida foi executada pois, durante a vigência do I PRPCVD, houve um grande

investimento em ações de informação e formação nas várias ilhas, com o intuito de

aprofundar e fortalecer as competências dos técnicos/as de ação social e dos agentes

que lidam com o fenómeno da violência. Sabendo-se que a prevenção e combate à VD

implica a intervenção e colaboração de equipas multidisciplinares, procurou-se

também envolver os técnicos da área de saúde hospitalar, da justiça e das forças

policiais no sentido de capacitar, sensibilizar e consciencializar, de modo que sejam

adotados métodos mais precisos e coerentes para agir perante as situações de VD com

que se deparam na sua atividade profissional.

Apresentar-se-ão em seguida as ações e atividades desenvolvidas pelas entidades, por

ano e ilha onde decorreram.

2010

A DRIO considerou que, para uma eficiente implementação dos polos, seria necessário

ministrar formação específica direcionada para os profissionais, de forma a clarificar os

objetivos previstos na génese daquelas estruturas e na problemática da VD. Na

implementação dos Polos estiveram envolvidas inúmeras organizações

governamentais e não-governamentais tais como Tribunais, MP, DGRS, PSP, IAS,

Centros de Saúde, Escolas, Autarquias, ONG'S e IPSS'S.

Uma das entidades que realizou formação específica no âmbito da violência conjugal

foi a CIG. Em 2010, foram ministradas três ações de formação para técnicos/as, na ilha

do Faial, do Pico e em Santa Maria. Os profissionais das ilhas de São Jorge, Flores e

Graciosa deslocaram-se à ilha de Santa Maria, de modo a abranger mais ilhas e a

proporcionar conhecimentos sobre a intervenção específica nesta matéria.

Foram promovidas pela DRIO as seguintes ações de formação para técnicos/as no ano de 2010:

## - Ilha de Santa Maria:

- "Violência Doméstica no âmbito da Conjugalidade " (35 horas), ministrada pela Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, entre 8 e 12 de novembro, com um total de 19 participantes (14 profissionais de Santa Maria, dois da Graciosa, dois de São Jorge e dois das Flores);

- "Violência Doméstica" (15 horas), ministrada pela Dra. Sandra Furtado (CAM), nos dias 17 e 18 de novembro, com um total de 16 participantes.

Estiveram presentes nestas ações profissionais: do SAS; Santa Casa da Misericórdia de Vila do Porto; Centro de Saúde de Vila do Porto; Recolhimento de Santa Maria Madalena; Serviços de Habitação de Santa Maria; EBS de Santa Maria; Salvaterra - Associação para o Desenvolvimento de Solidariedade Social Mariense e PSP.

#### - Ilha de São Miguel:

- "Violência Doméstica: Debate sobre o "Diário do Meu Segredo" " (2h30), ministrada pela Dra. Susana Margarido, no dia 14 de janeiro, com um total de 35 docentes da EBI Roberto Ivens.

- "Desenvolvimento Positivo nas Relações de Género na Adolescência" (15 horas), ministrada pela Dra. Elena Allonso, nos dias 25 e 26 de outubro, com um total de 16 participantes e que envolveu a DRIO e docentes dos Estabelecimentos de Ensino da Ilha de São Miguel (EB 2,3 Gaspar Frutuoso; EBI de Ginetes; EBI dos Arrifes; EB 2,3 Rui Galvão de Carvalho; EBI Roberto Ivens; EB/JI Monsenhor João M. Amaral Ferreira — Povoação; EB 2,3 Pe. João José do Amaral; EBI Canto da Maia; EBS Vila Franca do Campo; EBI Rabo de Peixe; Externato "A Passarada"; Colégio São Francisco Xavier).

## - Ilha Terceira:

- "Desenvolvimento Positivo nas Relações de Género na Adolescência" (15 horas), ministrada pela Dra. Elena Allonso, nos dias 27 e 28 de outubro, com um total de 24 participantes e que envolveu a DRIO e docentes dos estabelecimentos de ensino da Ilha Terceira (ES Vitorino Nemésio; EBI de Angra do Heroísmo; EBI Praia da Vitória; ES Jerónimo Emiliano de Andrade).

# - Ilha Graciosa:

- "Violência Doméstica" (15 horas), ministrada pela Dra. Sandra Furtado (CAM), nos dias 19 e 11 de novembro, com um total de 12 participantes, envolvendo profissionais do SAS; Santa Casa da Misericórdia de Santa Cruz; EBS da Graciosa; Centro Social e Paroquial Nossa Senhora da Luz; MP; PSP e o Centro de Saúde da ilha Graciosa.

#### - Ilha do Pico:

- "Violência Doméstica" (15 horas), ministrada pela Dra. Sandra Furtado (CAM), nos dias 13 e 14 de outubro, com um total de 18 participantes.
- "Violência na Conjugalidade" (35 horas), ministrada pela Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, entre 6 e 10 de setembro, com um total de 19 participantes e que envolveu profissionais da Câmara Municipal de São Roque do Pico; Santa Casa da Misericórdia das Lajes do Pico; Santa Casa da Misericórdia da Madalena do Pico; Santa Casa da Misericórdia de São Roque do Pico; Unidade de Saúde da ilha do Pico; Serviços de Habitação; Núcleo de Cáritas da Madalena; CPCJ das Lajes do Pico; Obra Social Madre Maria Clara; PSP; GNR; EBS da Madalena; Câmara Municipal da Madalena; CPCJ da Madalena e SAS.

## - Ilha do Faial:

- "Violência na Conjugalidade" (35 horas), ministrada pela Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, entre 6 e 10 de setembro, com um total de 21 participantes e que envolveu profissionais da: DAS da Horta; Casa do Povo do Capelo; CPCJ; ES Manuel de Arriaga; Santa Casa da Misericórdia da Horta; Hospital da Horta; Centro de Saúde da Horta; UMAR — Açores (Delegação do Faial); PSP; Associação de Pais e Amigos dos Deficientes da Ilha do Faial (APADIF); Casa de Infância de Santo António; EBI da Horta; DGRS; Equipaçor — Horta e Lar das Criancinhas da Horta.

Ainda no ano de 2010, o CIPA-Novo Dia organizou o Seminário "Discriminação e Exclusão Social – Igualdade na Diversidade", com apoio da DRIO, realizado no dia 3 de dezembro, na Universidade dos Açores, em Ponta Delgada. Este seminário contou com 160 participantes e foram abordados temas como: "Género, cidadania e discriminações múltiplas: enquadramento histórico e conceitos fundamentais" (Dr. João Paiva da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género); "Discriminação racial: O panorama português" (Dr. Vasco Malta, assessor da Sr.ª Alta Comissária para a Imigração e Diálogo Intercultural); "A idade como obstáculo à integração social" (Dra. Carolina Gouveia, Serviço de Ação Social Especializado ao Idoso de Ponta Delgada); "A problemática dos 3iii (s): Discriminação em função da orientação sexual e as suas especificidades" (Doutora Luísa Corvo, Grupo de Intervenção e Reflexão sobre Lesbianismo — ILGA Portugal); "Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência — A mudança de paradigma!" (Dr. Humberto Santos, Direção Nacional da Associação Portuguesa de Deficientes); " Discriminação positiva e modelos de intervenção" (Dra. Amanda Tavares, Direção Regional da Igualdade de Oportunidades).

Finalmente, a UMAR – Açores (Delegação de São Miguel) organizou uma formação aberta a todos/as os/as técnicos/as que quisessem participar (30 no total), subordinada ao tema: "Violência de Género saber e agir: perspetivas atuais da intervenção e investigação em violência de género", tendo ainda organizado o 11.º Encontro Formativo da UMAR – Açores "Igualdade e Diversidade", com a presença da Dra. Maria José Magalhães, presidente da UMAR - União de Mulheres Alternativa e Resposta.

2011

A DRIO considerou que, para a devida divulgação e implementação do Programa

Contigo, nos Açores, seria necessário efetuar reuniões com o objetivo de dar a

conhecer as metas e estratégias a cumprir na sua execução, assim como realizar

formação específica aos técnicos envolvidos.

As entidades envolvidas no projeto foram a DRIO, o IAS, o MP, a DGRS, a PSP e todas

as entidades parceiras, governamentais e não-governamentais, que possibilitaram a

implementação de respostas psicossociais dirigidas a agressores e a vítimas de VD.

A DRIO também considerou fundamental envolver e formar os técnicos sobre o

Sistema de Informação e Monitorização do Fenómeno da VD na RAA e informá-los

sobre o preenchimento da respetiva base de dados online. Pretendia-se uma

uniformização da linguagem técnica e o registo de todas as situações de maus-tratos

às quais as diferentes equipas técnicas da região deram resposta. Foram assim

realizadas sessões formativas nas várias ilhas para implementar este sistema.

A DRIO promoveu ainda outras ações de formação para técnicos/as, sobre a temática

da VD ou outras temáticas relacionadas, de acordo com as necessidades sentidas nas

várias ilhas.

As ações realizadas, em 2011, por ilhas e por ordem cronológica, foram as seguintes:

- Ilha de Santa Maria:

- " Entrevista Motivacional" (15 horas), no âmbito do Programa Contigo, ministrada

pela Dra. Marta Capinha (CTFIS), nos dias 24 e 25 de fevereiro, com um total de 17

participantes;

- "Sistema de Informação e Monitorização do Fenómeno da Violência Doméstica na

Região Autónoma dos Açores " (2 horas), ministrada pela Dra. Célia Paiva (ACC), no dia

16 de maio, com um total de 9 participantes pertencentes ao SAS, à Santa Casa da

Misericórdia de Vila do Porto, ao Centro de Saúde de Vila do Porto, ao Recolhimento de Santa Maria Madalena, Serviços de Habitação de Santa Maria, à EBS de Santa Maria, à Salvaterra - Associação para o Desenvolvimento de Solidariedade Social Mariense e à PSP.

- " Psicoeducacional "Contigo" " (21 horas), no âmbito do Programa Contigo, ministrada pela Dra. Marta Capinha (Centro de Terapia Familiar), nos dias 23, 24 e 25 de maio, com um total de 10 participantes.

Nas ações no âmbito do Programa Contigo estiveram presentes profissionais dos Serviços de Habitação da Ilha de Santa Maria, do Serviço de Ação Social, da EBS de Santa Maria, da Unidade de Saúde de Ilha, da Salvaterra - Associação para o Desenvolvimento de Solidariedade Social Mariense, do Recolhimento Santa Maria Madalena, da Santa Casa da Misericórdia de Vila do Porto e da PSP.

## - Ilha de São Miguel:

- "Entrevista Motivacional " (13 horas), no âmbito do Programa Contigo, ministrada pelo Prof. Doutor Daniel Rijo (Universidade de Coimbra), nos dias 21 e 22 de janeiro, com um total de 21 participantes.
- "Sistema de Informação e Monitorização do Fenómeno da Violência Doméstica na Região Autónoma dos Açores " (2 horas), ministrada pela Dra. Célia Paiva (ACC), no dia 30 de maio, com um total de 19 participantes pertencentes à Associação Novo Dia, ao Lar Filomena da Encarnação, ao CAM, ao IDSA, à DRIO, à ACC, ao CSPNSO, à UMAR Açores e à APAV.
- "Pessoas Idosas Vítimas de Crime e de Violência" (15 horas), ministrada pela Dra. Ana Rute Monteiro (APAV) e pela Dra. Maria de Oliveira (APAV), nos dias 18 e 19 de abril, com um total de 23 participantes do IAS, do CAM, da ACC, da DRIO; do CSPNSO; do Hospital de Ponta Delgada e da PSP.

- Ilha Terceira:

- "Psicoeducacional" Contigo" " (21 horas), no âmbito do Programa Contigo, ministrada

pela Dra. Natal Ferreira (DGRS), nos dias 18 e 19 de janeiro, com um total de 11

participantes;

- " Entrevista Motivacional " (15 horas), no âmbito do Programa Contigo, ministrada

pelo Prof. Doutor Daniel Rijo (Universidade de Coimbra), nos dias 25 e 26 de janeiro,

com um total de 21 participantes.

Estiveram presentes nas ações no âmbito do Programa Contigo, profissionais da: DAS;

Santa Casa da Misericórdia da Praia da Vitória; PSP; DGRS; Casa de Saúde Espírito

Santo; Confederação Operária Terceirense; Cáritas da ilha Terceira e Grupo Social de

Santo Agostinho.

- " Sistema de Informação e Monitorização do Fenómeno da Violência Doméstica na

Região Autónoma dos Açores " (2 horas), ministrada pela Dra. Célia Paiva (ACC), no dia

23 de maio, com um total de 9 participantes pertencentes a: IAS; UMAR – Açores;

Confederação Operária Terceirense; Santa Casa da Misericórdia da Praia da Vitória;

Serviço de Ação Social Especializado - Públicos em Vulnerabilidade Social Grave.

- " Pessoas Idosas Vítimas de Crime e de Violência " (15 horas), ministrada pelas Dra.

Ana Rute Monteiro (APAV) e Dra. Maria de Oliveira (APAV), nos dias 20 e 21 de abril,

com um total de 19 participantes da: Santa Casa da Misericórdia de Angra do

Heroísmo; PSP; Hospital de Santo Espírito; Centro de Saúde da Praia da Vitória; Lar São

Francisco Xavier; DRIO e Santa Casa da Misericórdia da Praia da Vitória.

- Ilha Graciosa:

- " Psicoeducacional "Contigo" " (21 horas), no âmbito do Programa Contigo,

ministrada pela Dra. Natal Ferreira (DGRS), nos dias 26, 27 e 28 de abril, com um total

de 14 participantes;

- "Entrevista Motivacional" (15 horas), no âmbito do Programa Contigo, ministrada pela Dra. Marta Capinha (CTFIS), nos dias 15 e 16 de novembro, com um total de 9 participantes.

Estiveram presentes nas ações no âmbito do Programa Contigo profissionais do: SAS; Santa Casa da Misericórdia de Santa Cruz; EBS da Graciosa; Centro Social e Paroquial Nossa Senhora da Luz; MP; PSP e Centro de Saúde da Graciosa.

- "Sistema de Informação e Monitorização do Fenómeno da Violência Doméstica na Região Autónoma dos Açores " (2 horas), ministrada pela Dra. Célia Paiva (ACC), no dia 13 de maio, com um total de 9 participantes pertencentes a: SAS; Santa Casa da Misericórdia de Santa Cruz; EBS da Graciosa; Centro Social e Paroquial Nossa Senhora da Luz; Serviços de Habitação e Centro de Saúde da Graciosa.
- "Violência Doméstica" (15 horas), ministrada pela Dra. Sandra Furtado (CAM), nos dias 26 e 27 de outubro, com um total de 8 participantes do: SAS; Santa Casa da Misericórdia de Santa Cruz; EBS da Graciosa; Centro Social e Paroquial Nossa Senhora da Luz; MP; PSP e Centro de Saúde da ilha Graciosa.
- "Violência Doméstica" (15 horas), ministrada pela Dra. Sandra Furtado (CAM), nos dias 5 e 6 de setembro, com um total de 12 docentes da EBS da Graciosa.

## Ilha de São Jorge:

- "Entrevista Motivacional " (15 horas), no âmbito do Programa Contigo, ministrada pela Dra. Marta Capinha (Centro de Terapia Familiar), nos dias 30, 31 de março e 1 e abril, com um total de 14 participantes.
- "Psicoeducacional"Contigo" " (21 horas), no âmbito do Programa Contigo, ministrada pela Dra. Marta Capinha (CTFIS), nos dias 19, 20 e 21 de outubro, com um total de 13 participantes;

Estiveram presentes nas ações no âmbito do Programa Contigo, profissionais: da Casa de Providência de São José; do Centro Social e Paroquial de Santo Antão; da Casa de

Repouso João Inácio de Sousa; da Unidade de Saúde de ilha de São Jorge; Instituto de Santa Catarina; EBS de Velas, EBS da Calheta; Serviço Ação Social e Escola Profissional da ilha de São Jorge;

- "Sistema de Informação e Monitorização do Fenómeno da Violência Doméstica na Região Autónoma dos Açores" (2 horas), ministrada pela Dra. Célia Paiva (ACC), no dia 10 de maio, com um total de 11 participantes pertencentes a: Casa de Providência de São José; Centro Social e Paroquial de Santo Antão; Casa de Repouso João Inácio de Sousa; Unidade de Saúde de Ilha de São Jorge; Instituto de Santa Catarina; EBS de Velas; EBS da Calheta; Serviço Ação Social e Escola Profissional da ilha de São Jorge.

- "Violência Doméstica" (15 horas), ministrada pela Dra. Sandra Furtado (CAM), nos dias 8 e 9 de junho, com um total de 12 participantes: da Casa de Providência de São José; Centro Social e Paroquial de Santo Antão; Casa de Repouso João Inácio de Sousa; Unidade de Saúde de Ilha de São Jorge; Instituto de Santa Catarina; EBS de Velas; EBS da Calheta; Serviço Ação Social e Escola Profissional da ilha de São Jorge.

#### Ilha do Pico:

- "Entrevista Motivacional " (13 horas), no âmbito do Programa Contigo, ministrada pelo Prof. Doutor Daniel Rijo (Universidade de Coimbra), nos dias 12 e 13 de julho, com um total de 27 participantes;

- "Psicoeducacional "Contigo" " (21 horas), no âmbito do Programa Contigo, ministrada pela Dra. Marta Capinha (Centro de Terapia Familiar), nos dias 26, 27 e 28 de outubro, com um total de 18 participantes;

Estiveram presentes nas ações no âmbito do Programa Contigo, profissionais da: Câmara Municipal de São Roque do Pico; Santa Casa da Misericórdia das Lajes do Pico; Santa Casa da Misericórdia da Madalena do Pico; Santa Casa da Misericórdia de São Roque do Pico; Unidade de Saúde; Serviços de Habitação; Núcleo de Cáritas da Madalena; CPCJ das Lajes; Obre Social Madre Maria Clara; PSP; GNR; EBS da Madalena; Câmara Municipal da Madalena; CPCJ da Madalena e SAS.

- "Sistema de Informação e Monitorização do Fenómeno da Violência Doméstica na Região Autónoma dos Açores " (4 horas), ministrada pela Dra. Célia Paiva (ACC), no dia 9 de maio, com um total de 10 participantes: da Santa Casa da Misericórdia das Lajes do Pico; Unidade de Saúde da ilha do Pico; Serviços Habitação; Obra Social Madre Maria Clara; PSP; EBS da Madalena e SAS.

- "Violência Doméstica" (15 horas), ministrada pela Dra. Sandra Furtado (CAM), 10 e 11 de maio, com um total de 8 participantes: da Santa Casa da Misericórdia das Lajes do Pico; Unidade de Saúde da ilha do Pico; Serviços de Habitação do Pico; Obra Social Madre Maria Clara; PSP; EBS da Madalena e SAS.

## - Ilha do Faial:

- "Entrevista Motivacional" (13 horas), no âmbito do Programa Contigo, ministrada pelo Prof. Doutor Daniel Rijo (Universidade de Coimbra), nos dias 31 de maio e 1 de junho, com um total de 19 participantes;

- "Psicoeducacional "Contigo" " (21 horas), no âmbito do Programa Contigo, ministrada pela Dra. Natal Ferreira (DGRS), nos dias 22, 23 e 24 de setembro, com um total de 12 participantes;

- " Avaliação Agressores "Contigo" " (7 horas), no âmbito do Programa Contigo, ministrada pela Dr.ª Marta Capinha (CTFIS), no dia 29 de outubro, com um total de 4 participantes;

Estiveram presentes nas ações no âmbito do Programa Contigo, profissionais da: DAS da Horta; Casa do Povo do Capelo; CPCJ da Horta; ES Manuel de Arriaga; Santa Casa Misericórdia da Horta; Hospital da Horta; Centro de Saúde da Horta; UMAR – Açores (Delegação do Faial); PSP; APADIF; Casa de Infância de Santo António; EBI da Horta; DGRS; Equipaçores – Horta e Lar das Criancinhas da Horta.

- "Sistema de Informação e Monitorização do Fenómeno da Violência Doméstica na Região Autónoma dos Açores" (2 horas), ministrada pela Dra. Célia Paiva (ACC), no dia 9 de maio, com um total de 4 participantes: da DAS da Horta; da Casa do Povo do Capelo e da UMAR – Açores (Delegação do Faial).

### - Ilha das Flores:

- "Entrevista Motivacional " (15 horas), no âmbito do Programa Contigo, ministrada pela Dra. Marta Capinha (CTFIS), nos dias 6, 7 e 8 de abril, com um total de 11 participantes;

- "Psicoeducacional"Contigo" " (21 horas), no âmbito do Programa Contigo, ministrada pela Dra. Marta Capinha (CTFIS), nos dias 15, 16 e 17 de junho, com um total de 12 participantes;

Estiveram presentes nas ações no âmbito do Programa Contigo, profissionais: do Centro de Bem Estar Social da Paroquia de Santa Cruz das Flores "O Girassol"; dos Serviços de Habitação das Flores e Corvo; do Centro de Saúde; EBS das Flores; PSP; GNR; da Câmara Municipal de Santa Cruz; SAS; Santa Casa da Misericórdia de Santa Cruz das Flores.

- "Sistema de Informação e Monitorização do Fenómeno da Violência Doméstica na Região Autónoma dos Açores " (2 horas), ministrada pela Dra. Célia Paiva (ACC), no dia 18 de maio, com um total de 7 participantes pertencentes a: DAS; Santa Casa Misericórdia de Santa Cruz das Flores; Centro de Saúde de Santa Cruz das Flores; PSP de Santa Cruz e Lajes das Flores; GNR; Centro de Bem Estar Social da Paróquia de Santa Cruz das Flores; EBS das Flores e Serviços de Habitação das Flores e Corvo.

- "Violência Doméstica" (15 horas) - Dra. Sandra Furtado (CAM) - 25 e 26 de maio - 11 participantes: da DAS; da Santa Casa da Misericórdia de Santa Cruz das Flores; do Centro de Saúde de Santa Cruz das Flores; da PSP de Santa Cruz e Lajes das Flores; da GNR; do Centro de Bem Estar Social da Paróquia de Santa Cruz das Flores; da EBS das Flores e dos Serviços de Habitação das Flores e Corvo.

O CIPA- Novo Dia, com o apoio da DRSSS, realizou no dia 18 de novembro, no Auditório da Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada, o "Il Seminário Discriminação e Exclusão Social - Igualdade na Diversidade".

As comunicações apresentadas permitiram aprofundar o conhecimento sobre várias formas de discriminação baseadas na origem/etnia, na orientação sexual, no género, na deficiência e na classe social, possibilitando também a existência de momentos de reflexão e debate sobre as temáticas apresentadas, com o objetivo principal de promover a Igualdade de Oportunidades. Assim, foram apresentadas as seguintes comunicações: "Igualdade de Género no Trabalho e no Emprego", Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE) (Presidente - Dra. Sandra Ribeiro), "Desigualdades de género e contextos de pobreza, experiências", Universidade dos Açores (Prof. Doutor Fernando Diogo); "A igualdade enquanto fator de integração dos imigrantes", Centro Local de Apoio à Integração dos Imigrantes (Dr. Leoter Viegas – Coordenador do CLAII); "Não há Lugar para MIM...", Aurora Social - Associação de Promoção de Emprego Apoiado (Presidente - Dra. Cristina Amaral); "O que é discriminar com base na orientação sexual? O óbvio e o não tão óbvio", ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa (Prof. Doutor Miguel Vale de Almeida).

O NIPCVD - SCMPV também desenvolveu ações de sensibilização em parceira com outras entidades (UMAR — Açores, CPCJ, e IDSA), na ilha Terceira, no ano de 2011, sobre Prevenção da Violência Contra a Pessoa Idosa (2 horas), para auxiliares de geriatria, no Lar S. Francisco Xavier e na Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo e para futuros auxiliares de geriatria no curso da Escola Profissional da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo.

Foram ainda ministradas duas ações de formação para agentes da Divisão Policial de Angra do Heroísmo, sobre "Gestão de Ocorrências – Prevenção de VD" (duração de 12 horas) e sobre "Prevenção de Violência Contra a Pessoa Idosa" (8 horas) e uma ação para técnicos/as de saúde intitulada "Prevenção da Violência Doméstica" (14 horas).

#### 2012

A DRSSS voltou a promover, em 2012, algumas ações de formação para técnicos/as, em parceria com o Centro de Terapia Familiar, no âmbito do Programa Contigo.

### - Ilha de São Miguel:

- "Psicoeducacional"Contigo" " (15 horas), ministrada pela Dra. Marta Capinha (Centro de Terapia Familiar), nos dias 12 e 13 de abril, com um total de 10 participantes, para técnicos/as do: IDSA; CSPNSO; Centro de Saúde da Ilha das Flores; Santa Casa da Misericórdia de Santa Cruz das Flores; Casa de Providência de S. José e Recolhimento de Santa Maria Madalena;

- "Entrevista Motivacional "Contigo" " (7 horas), ministrada pela Dra. Marta Capinha (CTFIS), com um total de 11 participantes, para técnicos/as do: CSPNSO, CAM e ACC.

#### - Ilha Terceira:

- "Psicoeducacional "Contigo" " (15 horas), ministrada pela Dra. Marta Capinha (CTFIS), com um total de 9 participantes, para técnicos/as do: IDSA; Confederação Operária Terceirense; Santa Casa da Misericórdia da Praia da Vitória e Grupo Social Santo Agostinho.

#### - Ilha Graciosa:

- "Avaliação Traços de personalidade disfuncional em agressores" (15 horas), ministrada pela Dra. Marta Capinha (CTFIS), com um total de 5 participantes, técnicos/as do: Centro Social e Paroquial N. Sr.ª da Luz; EBS da Graciosa; Santa Casa da Misericórdia de Sta. Cruz da Graciosa e Centro de Saúde de Sta. Cruz da Graciosa.

- Ilha do Pico:

- "Psicoeducacional "Contigo" "(15 horas), ministrada pela Dra. Marta Capinha (CTFIS),

com um total de 6 participantes, para técnicos/as do: IDSA, da Santa Casa da

Misericórdia das Lajes do Pico e da Obra Social Madre Maria Clara.

M10 - Os referenciais de formação dos profissionais deverão conter propostas para

os agentes que já exercem uma atividade, bem como para os estudantes que ainda

estão no Sistema de Ensino, através da inclusão de módulos específicos sobre

Igualdade e Violência Doméstica nos curricula escolares, nomeadamente no ensino

superior de enfermagem e medicina.

Esta medida não foi considerada executada pois não foram encontrados quaisquer

indicadores que permitissem apurar a sua execução.

M11 - Elaborar um guia de ação, para as diferentes áreas, de apoio aos profissionais

na deteção e encaminhamento dos casos de Violência Doméstica.

A medida foi executada, tendo sido editados, durante a vigência deste I PRPCVD, três

Manuais/guias que abordam diferentes vertentes da problemática da VD.

O "Manual Alcipe – para o atendimento de mulheres vítimas de violência " (2ª edição

revista e atualizada) foi editado pela APAV, em 2010, com o apoio da SRTSS, tendo sido

impresso um total de 2 000 exemplares. Este manual foi distribuído pelos técnicos/as e

agentes que lidam direta e indiretamente com vítimas de VD de forma a aumentar os

seus conhecimentos sobre os procedimentos que devem ser adotados no atendimento

da mulheres vítimas de VD.

Para além deste manual, foram produzidos outros dois instrumentos importantes no

apoio e orientação dos profissionais para o trabalho com vítimas e agressores de VD.

No âmbito do Programa Contigo, foi elaborado um "Breve Manual de trabalho do

Programa de Reabilitação de Agressores em Contexto de Violência Doméstica ",

**77** 

orientado para o trabalho com agressores e metodologias para a sua reabilitação, editado em formato *pdf*.

Também foi elaborado e editado o "Guia de Intervenção. Impacto da Violência Conjugal sobre Crianças e Jovens", no âmbito do Projeto Impacto, editado pela *Unidad de Investigación en Intervención y Cuidado Familiar, Faculdad de Enfermería y Podologia Universidade da Corunha, Fundación Meninos* e Centro de Terapia Familiar e Intervenção Sistémica. A direção científica deste guia, publicado em 2011, foi da responsabilidade do Dr. Valentin Escudero (Universidade da Corunha) e o financiamento da responsabilidade do Governo dos Açores, tendo sido impressos 2000 exemplares bilingues. Este guia pretende orientar a intervenção dos profissionais que trabalham com situações de VD que afetam os menores.

# **CONTEXTO 4: PREVENÇÃO**

#### Síntese e análise da execução do Contexto 4

O contexto 4 é o maior deste I PRPCVD, com um total de 22 medidas. Foram obtidos indicadores de 14, pelo que a taxa de execução foi de 64%, sendo esta a taxa de execução parcelar mais baixa neste Plano.

Não foram apuradas atividades enquadradas nos indicadores das seguintes oito medidas: promover campanhas de informação e sensibilização especialmente dirigidas às populações de zonas periféricas (M3); promover campanhas de informação e sensibilização específicas, incluindo a utilização dos meios de comunicação social, a produção de cartazes, guiões e folhetos, e a realização de colóquios e conferências, junto de prováveis contextos de agressores (M6); promover ações de formação e sensibilização junto dos responsáveis e educadores/treinadores das associações de jovens de todos os tipos, com vista a uma ação continuada futura (M9); criar um plano de ação transversal a todos os níveis de ensino, relativo à igualdade de género e Violência Doméstica (M14); promover ações específicas para rapazes adolescentes vítimas diretas ou indiretas de Violência Doméstica, procurando-se evitar a reprodução

de papéis de agressão (M16); promover ações específicas para raparigas adolescentes vítimas diretas ou indiretas de Violência Doméstica, no sentido de lutar contra a reprodução do papel de vítima (M17); criar um Prémio Regional que promova o melhor trabalho artístico contra a VD (M18); identificar, com menção honrosa, empresas e organizações empregadoras que promovam ao nível da responsabilidade social, ações contra a violência doméstica (M20).

A este respeito sugere-se que no II PRPCVD seja feito um esforço acrescido no sentido de criar as parcerias e protocolos necessários para que seja concretizada a introdução de módulos sobre igualdade de género e violência doméstica e criados planos de ação transversais a todos os níveis de ensino. Isto não quer dizer que as restantes medidas não sejam importantes, no entanto, estas são ações fundamentais que devem ser concretizadas no futuro pois o investimento na formação sobre igualdade de género e violência doméstica, junto de crianças e jovens estudantes, deve ser estruturado com ações continuadas, para que exista a consolidação de conteúdos e uma efetiva prevenção, com efeitos a médio e a longo prazo.

Temos a realçar algumas boas práticas, inseridas em várias medidas deste contexto, que tiveram impacto e visibilidade na RAA.

Por um lado, foram realizadas ações de sensibilização e informação, sobre várias temáticas (por exemplo: violência doméstica, violência no namoro, igualdade de género, combate aos vários tipos de discriminação), direcionadas para vários públicos (mulheres, homens; idosos/as, adultos, jovens e crianças) e que foram realizadas em todo o arquipélago.

Destacamos também as atividades de sensibilização e informação no âmbito das comemorações de datas festivas e efemérides nomeadamente nas festas locais e dias mundiais e internacionais, que permitiram dar visibilidade ao fenómeno e abranger um elevado número de pessoas.

Por outro lado, as campanhas regionais foram fundamentais para dar o destaque e a visibilidade necessários para a prevenção e combate da violência doméstica, com inúmeras atividades de ampla divulgação, como foi o caso dos *spots* televisivos e na

rádio e da afixação de cartazes. Um aspeto muito positivo das campanhas realizadas foi o facto de terem sido realizadas atividades numa lógica de proximidade, com ações na rua, distribuição de folhetos e conversas diretamente com a população. Estas campanhas de ampla divulgação mas com ações de proximidade são efetivamente mais eficazes pelo que devem ser uma prática a manter no próximo plano. Porém, as ações junto da população devem ser organizadas e realizadas, sempre que possível, simultaneamente e num modelo uniformizado em todas as ilhas do arquipélago.

Outro ponto positivo está relacionado com a população alvo das campanhas. A "Campanha Não Fique na Sombra Contra A Violência" foi direcionada para crianças, mulheres e pessoas idosas vítimas de VD, a "Campanha Prevenção da Violência no Namoro" era direcionada para jovens e, por fim, a "Campanha de Prevenção Laço Branco – Homens contra a Violência Doméstica", foi direcionada para homens. Assim, o facto de as campanhas serem direcionadas para segmentos populacionais diferentes foi de uma mais-valia inquestionável.

Nos resultados obtidos através do inquérito aplicado aos profissionais, verificamos que a opinião sobre a execução de algumas medidas é positiva, sendo em alguns casos uma avaliação boa ou muito boa. Temos como exemplo a avaliação muito positiva da medida que concerne à realização de uma campanha contra a violência no namoro (45,4%).

Alguns profissionais sugeriram uma maior divulgação das campanhas nas ilhas mais pequenas com o reforço de atividades nas freguesias mais isoladas. Também foi referida a necessidade de ações de sensibilização com continuidade ao longo da vigência do Plano e com um maior envolvimento de dirigentes locais, aliadas à consolidação de parcerias com outras entidades como as associações juvenis, as escolas e as autarquias.

M1 - Promover campanhas de sensibilização de âmbito geral, e específicas orientadas para segmentos sociais, como jovens, pais, homens, mulheres, meio

80

familiar ou o meio social local de proximidade, recorrendo a todos os meios de comunicação pública, particularmente a televisão e a rádio.

A medida foi executada pois uma das estratégias utilizadas para prevenir, atenuar e combater a VD passou pela sensibilização e divulgação de informações relevantes para públicos diversificados. Nem todas as pessoas têm a mesma facilidade de acesso à informação e nem todas estão sensibilizadas para determinadas temáticas por isso, a elaboração de pequenas campanhas de sensibilização e distribuição de panfletos constituiu-se como um meio privilegiado para fazer chegar a informação a um maior número de pessoas e a um público mais diversificado.

Uma das campanhas desenvolvidas foi a "Campanha de Prevenção Laço Branco – Homens contra a Violência Doméstica". A entidade promotora foi o NIPCVD - SCMPV, em parceria com a Empresa Amuleto.

A Campanha do Laço Branco "White Ribbon Campaign: homens pelo fim da violência contra a mulher" surgiu no Canadá, em 1990, após um massacre que tirou a vida a 14 mulheres (6 de dezembro de 1989). O símbolo desta campanha é um laço branco e o lema: "jamais cometer um ato violento contra as mulheres e ignorar a violência contra a mulher". No primeiro ano da Campanha foram distribuídos cerca de 100 000 laços brancos estando a campanha, atualmente, presente em inúmeros países de vários continentes tais como: Índia, Japão, Vietname, Noruega, Suécia, Finlândia, Dinamarca, Espanha, Bélgica, Alemanha, Inglaterra, Portugal, Namíbia, Quênia, África do Sul, Marrocos, Israel, Austrália, Estados Unidos da América e Brasil.

O objetivo desta campanha nos Açores foi, igualmente, o de sensibilizar os homens para o problema da VD de modo a preveni-la e combatê-la. Para este efeito, foi criado um *spot* publicitário que contou com a presença de várias figuras públicas do sexo masculino que incitavam ao combate à VD. O *spot* publicitário foi criado gratuitamente pela Empresa Amuleto e contou com a colaboração de figuras públicas como, por exemplo, o jogador de futebol Pauleta, o piloto Ricardo Moura, o jornalista Pedro Moura entre outros. O *spot* consistiu na elaboração e leitura de um texto em que cada interveniente lia uma pequena frase, cuja mensagem final era a não-aceitação da VD, de alerta para a dimensão deste fenómeno na Região e da necessidade de combatê-lo.

A apresentação pública da campanha teve lugar em junho de 2012, no Etis Bar (Praia da Vitória, ilha Terceira). Posteriormente, foi apresentado o *spot* nos painéis publicitários das festas locais das várias ilhas e na RTP e RDP Açores.

Ainda como forma de sensibilizar para esta causa celebrou-se a Noite Branca – Contra a VD, com a mensagem "Usa uma peça de roupa branca contra a Violência Doméstica", onde se procedeu à distribuição de 500 flores brancas, quinhentos laços brancos e 200 folhetos, como forma de sensibilização.

Além desta campanha foram desenvolvidas outras ações de sensibilização e atividades.

O PLPCVD da Ilha do Pico organizou, no dia 26 de novembro de 2012, uma sessão pública de informação para a população em geral, intitulada "Intervenção Social, Policial e Judicial na VD", com uma duração de 7 horas. Esta sessão contou com a presença de três oradores convidados que abordaram as várias vertentes da violência.

Na ilha Graciosa, no mesmo ano, o PLPCVD realizou uma parceria com a Rádio Graciosense, para a publicação de textos com uma periodicidade mensal, sobre a temática da VD. Estes textos foram produzidos em colaboração com os diferentes Polos locais, RAIMSR de São Miguel e NIPCVD — SCMPV e abrangeram temáticas como: A mulher enquanto vítima de VD; Os Mitos da VD; a importância das casas de abrigo, entre outras.

Durante os três anos do I PRPCVD, a UMAR – Açores (Delegação de São Miguel) contribuiu com um projeto de sensibilização geral denominado "Asas da Igualdade". Este projeto contou com a colaboração do Jornal "Açoriano Oriental" e consistiu na publicação de uma página mensal onde eram apresentadas notícias relacionadas com Igualdade de Género e VD para a sensibilização dos seus leitores.

M2 - Promover campanhas de informação e sensibilização especialmente dirigidas a populações socialmente mais fragilizadas, como por exemplo as migrantes.

Considerou-se a medida parcialmente executada, embora não tenham sido realizadas campanhas regionais de ampla divulgação. Contudo, foram realizadas inúmeras ações

de sensibilização e formação dirigidas a populações socialmente fragilizadas, promovidas por diversas entidades, em várias ilhas.

Ao longo dos três anos, os Polos locais realizaram ações de sensibilização especificamente para os públicos mais vulneráveis. A título de exemplo, na ilha da Graciosa, decorreu uma ação de sensibilização direcionada para beneficiários de RSI, no dia 14 de setembro de 2011, intitulada "Alerta. Violência!". Esta ação contou com a participação de 4 beneficiárias de Santa Cruz. Já em 2012, foi realizada outra ação intitulada "Violência Doméstica", que contou com 11 beneficiários/as de RSI.

Os Polos de São Jorge, Santa Maria e Flores tiveram a mesma preocupação organizando, ao longo dos anos de 2011 e 2012, ações de sensibilização destinadas a beneficiários/as de RSI, abrangendo um total de 71 participantes.

Em São Miguel, ao longo do ano de 2011, em resultado de uma colaboração entre a UMAR – Açores (Delegação de São Miguel) e a Kairós, foi possível a sensibilização de cerca de 180 alunos, que integram a valência Perkursos, sobre o tema "Violência no namoro" e de 22 alunos da Escola Profissional da Ribeira Grande.

A UMAR – Açores (Delegação de São Miguel) também foi responsável por outras ações sobre VD, que envolveram: 23 Jovens dos Centros de Desenvolvimento e Inclusão Social de Rabo de Peixe e do Instituto de Apoio à Criança; 98 beneficiários/as de RSI das freguesias de Livramento, de Rabo de Peixe, de Água de Pau e da Lagoa (cidade). Por outro lado, a UMAR – Açores (Delegação de São Miguel) também realizou ações para um grupo de utentes da Associação Arrisca (25 pessoas) e para jovens e mulheres em situações de exclusão social de Rabo de Peixe, Lagoa e Vila Franca do Campo, totalizando 50 participantes.

Ainda em 2011, o CAM, foi responsável pelo desenvolvimento de duas ações de sensibilização no âmbito da VD. Uma das ações envolveu 13 colaboradores da Associação Alternativa, que desenvolve a sua atividade na área das toxicodependências. A outra ação envolveu 15 pessoas alcoólicas em recuperação e/ou respetivos familiares, utentes da Alcoólicos Anónimos.

Em 2012, O CAM organizou uma ação sobre VD para 14 alunos do Centro de Desenvolvimento e Inclusão Juvenil (CDIJ) - Perkursos.

Nesse mesmo ano, a Cresaçor desenvolveu um projeto na área da Igualdade de Oportunidades, específico para imigrantes, em que uma das suas vertentes se baseava no acompanhamento e aconselhamento técnico permanente a cidadãos imigrantes. Alguns dos objetivos deste projeto passavam pela promoção da integração sócio laboral de imigrantes em risco de exclusão social, promoção da integração sócio laboral de imigrantes em risco através da formação, e a promoção da interculturalidade e a integração de imigrantes na sociedade açoriana, entre outros. Neste sentido, foram desenvolvidas várias atividades como o acompanhamento e aconselhamento técnico a cidadãos imigrantes em situação de grave carência sócio laboral e socioeconómica, elaboração de planos de inserção e, ainda, o planeamento de outras ações de sensibilização e workshops, específicas para este público. No total, este projeto abrangeu diretamente 427 imigrantes e indiretamente estima-se que à volta de 3700. O projeto procurou também sensibilizar a comunidade local para as questões ligadas à Igualdade de Género, à Igualdade de Oportunidades e à inclusão dos cidadãos imigrantes residentes na ilha de São Miguel.

Na Ilha Terceira, a Santa Casa da Misericórdia da Praia da Vitória realizou as seguintes ações de sensibilização e/ou formação destinadas quer aos colaboradores quer aos utentes de casas de abrigo: "Responsabilidades Parentais: Reunião de mães", "Atelier Trabalhos Manuais", "Alimentação Saudável", "Doencas Sexualmente Transmissíveis", "Primeiros Socorros", "Dependências – legais e ilegais", "Certificação - Plano de higienização". Além destas ações, o NIPCVD-SCMPV, desenvolveu nas valências – Centro de Acolhimento SolisVita (mulheres vítimas de V.D.) e Casa Abrigo Domus Spae (homens sem-abrigo), atividades de sensibilização sobre a temática dos "Direitos da Mulher e Prevenção da VD". Assim, no dia 10 de março de 2011, no Centro de Acolhimento Solisvita foi desenvolvida uma dinâmica de grupo sobre a temática da Mulher, onde foi solicitado às utentes uma reflexão sobre o Papel da Mulher, nos dias de hoje. No dia 16 de março, na Casa Abrigo Domus Spae, foi projetado o filme "O Sorriso da Mona Lisa", seguido de uma discussão em grupo sobre a temática. Foram abrangidas 21 pessoas.

M3 - Promover campanhas de informação e sensibilização especialmente dirigidas às populações de zonas periféricas.

Apesar de terem sido realizadas algumas ações de sensibilização foram pontuais pelo que não se considerou existirem atividades que permitissem considerar a medida executada.

A título de exemplo, o PLPCVD da Ilha da Graciosa organizou, em 2011, uma atividade denominada "Mexe-te contra a violência" que consistiu numa caminhada pelas ruas do Centro de Santa Cruz aberta à população em geral. Contou com a colaboração do Serviço de Desporto da Graciosa, da Santa Casa da Misericórdia e das Organizações Filnor - Comércio de Produtos Alimentares, Lda., e teve como objetivo sensibilizar a população para a VD.

Ainda no mesmo ano, por iniciativa do PLPCVD da Ilha das Flores, foi elaborada uma sessão de esclarecimento sobre a temática "A Violência nas Relações de Intimidade". Esta sessão foi desenvolvida no Salão da Câmara Municipal de Santa Cruz das Flores e teve como objetivo elucidar sobre os sinais de alerta da violência e refletir sobre o que leva as mulheres a manterem-se numa relação abusiva ou o que as move em direção à saída da relação.

M4 - Criar uma agenda cultural contra a Violência Doméstica, no âmbito das festividades locais, atividades desportivas e outros eventos relevantes.

Foi desenvolvido um programa de atividades concertadas de sensibilização denominado Agenda Cultural, que se propôs aproveitar as festividades locais e as datas comemorativas, em todas as ilhas da Região, para desenvolver atividades alusivas a esta temática. As iniciativas planificadas neste âmbito envolveram entidades públicas e privadas, pretendendo captar a atenção da população em geral para a problemática da VD. Esta Agenda Cultural teve início em 2011 e continuou até à presente data.

O número elevado de atividades realizadas levou a considerar que a medida foi amplamente executada. Em seguida, apresentam-se algumas das atividades desenvolvidas em cada ilha.

### - Ilha de Santa Maria

Em 2011 foram promovidas atividades pelo PLPCVD da Ilha de Santa Maria, durante as festividades alusivas ao São João, à Semana da Juventude e ao Festival Maré de Agosto, com a distribuição de folhetos, cartazes e a projeção de um vídeo e *spot* publicitário ("Não Fique na Sombra Contra a Violência. Denuncie").

Foram também comemoradas algumas datas relevantes, como o Dia dos Namorados (14 de fevereiro), com a distribuição de postais e de panfletos junto da comunidade escolar, em hotéis e restaurantes da ilha e ainda a projeção de um vídeo alusivo ao tema na EBS de Santa Maria. O Dia Europeu da Vítima (22 de fevereiro) foi assinalado com a distribuição de um folheto e com atividades realizadas em sala de aula nas escolas Escola "Sol Nascente"- Santa Bárbara e na EB 1/JI D. António de Sousa Braga.

No Dia Internacional da Mulher (8 de março) foram distribuídas flores com frases temáticas elaboradas pelos/as utentes do Centro de Atendimento Ocupacional de Promoção de Emprego Social (CAOPES), entregues a cerca de uma centena de mulheres da comunidade. No Dia Internacional do Homem (Dia 15 de julho), foram também elaboradas, pelo Polo local, flores com frases temáticas distribuídas por cerca de 100 homens da comunidade.

Já em 2012, foram distribuídos pela população cerca de 200 crachás com mensagens alusivas à igualdade de direitos para assinalar o Dia Internacional da Mulher (8 de março). Além disso, foi realizado um vídeo pelo Polo, que incidiu sobre os direitos da Mulher e a VD, que foi projetado na sala de espera da Unidade de Saúde da Ilha de Santa Maria (USISMA).

A USISMA promoveu uma atividade no âmbito do Dia Internacional das Famílias (15 de maio) que juntou profissionais de diferentes áreas (enfermagem, segurança social, psicologia, PSP). O objetivo foi a sensibilização de crianças e pessoas idosas para a importância da prevenção da violência através da definição dos papéis na família e da promoção de relações familiares saudáveis. Foram distribuídos separadores de livros por todos os participantes com uma mensagem alusiva às boas práticas educativas.

Na sequência das ações realizadas em 2011, no Dia Internacional do Homem (15 de Julho) foram distribuídos, nos restaurantes/bares da ilha, cerca de 300 panfletos com uma mensagem de incentivo à denúncia da VD e também foi divulgado um *spot* na Rádio Clube Asas do Atlântico (que se manteve até ao final do ano), criado pelo NIPCVD com o objetivo de desconstruir estereótipos e que pretendeu envolver a população masculina no combate à VD.

De 22 a 26 de outubro, a Unidade de Saúde da ilha de Santa Maria promoveu uma iniciativa alusiva ao Dia Internacional do Idoso (1 de outubro) e ao Ano Europeu do Envelhecimento Ativo e da Solidariedade entre Gerações, na qual participaram cerca de 70 pessoas idosas. Nesse sentido, foram desenvolvidas atividades lúdicas tendo sido entregues separadores de livros com contactos úteis e com informações sobre maus-tratos contra as pessoas idosas.

O Dia Internacional da Eliminação da Violência contra a Mulher (25 de novembro) foi assinalado, em 2011 e 2012, com a divulgação de *spot*s na rádio Clube Asas do Atlântico durante alguns dias deste mês, divulgando informações acerca da VD e da importância da denúncia. Foram também distribuídos 125 autocolantes.

#### Ilha de São Miguel

Em 2010, no Dia Internacional da Mulher, a DRIO com o apoio da RAIMSR de São Miguel, organizou um *peddy paper* em Ponta Delgada, havendo em cada etapa provas alusivas à prevenção e combate à VD.

Nesse mesmo ano, o CIPA-Novo Dia, também assinalou algumas datas comemorativas. Foram distribuídos, no Dia dos Namorados, nas ruas de Ponta Delgada, cerca de 200 folhetos intitulados "o Amor faz-se de várias formas...", sensibilizando e informando os jovens e a população em geral sobre a temática da discriminação em função da orientação sexual. A 13 de março, foi realizada a Marcha Mundial das Mulheres nos Açores, em Ponta Delgada.

Em 2011, a RAIMSR de São Miguel organizou um *peddy paper*, no concelho de Vila Franca do Campo, para assinalar o Dia Internacional da Mulher. Tal como no ano anterior, a temática subjacente foi a da prevenção e combate à VD.

A UMAR – Açores (Delegação de São Miguel) em parceria com a DRIO, desenvolveu diversas atividades, entre 3 e 18 de março, no Centro Cívico e Cultural de Santa Clara. Nesse sentido, foi apresentado o documentário "ComPassos de Mudança", seguindose uma conversa aberta sobre "Opressões, Teatro do Oprimido e Igualdade de Oportunidades entre Homens e Mulheres". Também promoveram uma palestra intitulada "Género, Igualdades e Desigualdades" e organizaram um fórum intitulado "O Género e a Profissão", com a participação e o testemunho de mulheres de diferentes sectores económicos. Por fim, também organizaram uma exposição de fotografias intitulada "Mulheres semeando um outro Mar", aberta ao público em geral. Contabilizaram-se aproximadamente 250 pessoas que participaram nestas atividades desenvolvidas pela UMAR – Açores (Delegação de São Miguel).

A UMAR – Açores (Delegação de São Miguel) também dinamizou um conjunto de atividades no âmbito dos "16 dias de ativismo contra a violência de género", que é um projeto de âmbito nacional criado a partir da iniciativa internacional com o mesmo nome, do qual resultou a produção de um DVD. Estas atividades tiveram início no dia 25 de novembro (Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres) e terminaram no dia 10 de dezembro (Dia Mundial dos Direitos Humanos). Este projeto foi desenvolvido nos três anos em que este Plano esteve em vigor. Em 2012 realizou-se em articulação com ações da Marcha Mundial das Mulheres.

A UMAR – Açores (Delegação de São Miguel), numa parceria com o CAM e o CIPA-Novo Dia, promoveu uma oficina de Teatro d@ Oprimid@ destinada a mulheres em situação de risco. Participaram de dez mulheres nesta iniciativa que culminou com a apresentação pública de um Teatro Fórum, no dia 10 de dezembro de 2011, ao qual assistiram cerca de 30 pessoas.

Foi ainda realizado, nos dias 29 e 30 de novembro, o "1º Encontro Regional de Profissionais dos PLPCVD, Casas de Abrigo e Centros de Emergência", integrado nas comemorações do Dia Internacional da Eliminação da Violência contra as Mulheres.

No dia 1 de dezembro teve lugar a marcha "Não Fique na Sombra Contra a Violência. Denuncie", com início nas Portas do Mar, em Ponta Delgada e que contou com a colaboração da Direção Regional do Desporto – Serviço de Desporto de São Miguel, da PSP, dos Bombeiros Voluntários de Ponta Delgada e da Associação Portas do Mar.

Já no ano de 2012, foi realizada a atividade "A Igualdade Joga Aqui", no Centro Social e Paroquial de São José que contou com o envolvimento de todas as entidades pertencentes à RAIMSR de São Miguel e dos CDIJ que apresentaram uma peça de teatro e uma passagem de modelos. Também foi promovida pela RAIMSR de São Miguel uma noite comemorativa do Dia Internacional da Mulher, no Bar Arco 8, aberto à comunidade em geral. Participaram nestas atividades cerca de duas centenas de pessoas.

## - Ilha Terceira

Em 2010, foram realizadas atividades, promovidas pela UMAR – Açores/CIPA (Delegação da Terceira)

No âmbito das comemorações do dia 25 de novembro, realizou uma ação de rua, nas cidades de Angra do Heroísmo e da Praia da Vitória, onde distribuiu panfletos e cartazes, divulgando os serviços do CIPA-UMAR Açores. A iniciativa integrou-se no âmbito do projeto "16 dias de ativismo contra a violência de género".

Ainda neste ano, a UMAR – Açores/CIPA (Delegação da Terceira) assegurou a publicação da página Igualdade XXI, no Jornal Diário Insular, dando destaque a datas como: o Dia dos Namorados, com um artigo sobre a campanha de prevenção da violência no namoro desta instituição; o dia 25 de novembro, com um testemunho de uma vítima de Violência Conjugal, intitulado "Eu escolhi viver..." e a publicação da imagem da nova campanha de sensibilização para a VD da UMAR – Açores; o dia 10 de dezembro (Dia Mundial dos Direitos Humanos), com os artigos "Violência de género, saber e agir: perspetivas atuais da investigação e intervenção feminista", de Maria José Magalhães (Presidente da UMAR) e "16 dias de ativismo social pela eliminação da violência contra as mulheres".

Em 2011, no âmbito do Dia Internacional da Mulher numa parceria com a DRIO, a UMAR – Açores/CIPA (Delegação da Terceira) realizou, entre 3 e 18 de março, diversas atividades na Casa do Povo de São Mateus: a Hora do Conto contou com a participação

de 50 jovens e 5 professores/monitores; uma Palestra sobre "O Dia Internacional da Mulher"; uma exposição de fotos, artes e artefactos relacionados com a pesca. No total foram contabilizados cerca de 70 participantes.

Para assinalar o Dia Internacional pela Eliminação da Violência Contra as Mulheres a UMAR – Açores/CIPA (Delegação da Terceira) publicou, na página Igualdade XXI do Jornal Diário Insular de 11 de novembro, um artigo sobre o estatuto da vítima de VD e atualizou o *blog* da delegação<sup>7</sup>. Para assinalar esta data, foi realizada a VIII Noite de Igualdade (25 de novembro), que teve como dinamizadoras as psicólogas Joana Amaral Dias e Rita Ferreira. Este debate foi transmitido em direto, ao longo de 2 horas de emissão, a partir do auditório da Rádio Clube de Angra e teve cerca de 80 participantes em estúdio.

Ainda em 2011, o NIPCVD-SCMPV promoveu o "Encontro Comemorativo do Dia da Criança: Crianças de Hoje, Cidadãos de Amanhã", no dia 3 de junho, na Academia da Juventude e das Artes da Ilha Terceira, no sentido de comemorar o Dia Internacional da Criança (1 de junho) e assinalar o Dia Internacional das Crianças Vítimas Inocentes da Violência e Agressão (4 de junho). Esta iniciativa envolveu diferentes públicos-alvo (crianças, jovens, pessoas idosas e pessoas com deficiência) abrangendo cerca de 100 pessoas.

No âmbito do festival Azure (25 a 27 de agosto de 2011), a DRSSS promoveu com a colaboração do NIPCVD-SCMPV, a montagem de um espaço direcionado para as temáticas da Igualdade de Oportunidades, com painéis que incidiam sobre os vários tipos de discriminação (crianças, pessoas idosas, pessoas com deficiência, género, orientação sexual, etnia, família) e que pretendiam passar a mensagem "Promova a Igualdade, Valorize a Diferença!". Neste espaço foram desenvolvidas várias atividades dirigidas aos jovens presentes no festival. Foi o caso do Jogo dos Mitos (com o apoio dos/as jovens do Projeto Saltus - SCMPV) e do Jogo dos Dardos, com os objetivos de desmistificar mitos, identificar situações de discriminação e integrar a temática da igualdade de Oportunidades. Foram ainda entregues folhetos, crachás, autocolantes,

<sup>&</sup>lt;sup>7</sup> www.igualdadexxi.blogspot.com

bonés, com a mensagem "Promova a Igualdade, Valorize a Diferença!". Além do exposto, também foram projetados os *spot*s das campanhas de sensibilização promovidas pela DRIO/DRSSS.

Ainda em 2011, o NIPCVD-SCMPV propôs a inclusão da temática da VD num desporto considerado predominantemente masculino: o automobilismo. Sendo um desporto com grande adesão na ilha Terceira, fizeram a experiência no Rali Ilha Lilás (23/24 de setembro) numa parceria com a direção do Terceira Automóvel Clube (TAC). Foram utilizados 70 autocolantes com a mensagem "O TAC acelera contra a Violência Doméstica", junto dos patrocínios dos carros, o foco central das provas de automobilismo. Por outro lado, o NIPCVD-SCMPV divulgou o evento na sua página do facebook e difundiu a colaboração do TAC nesta causa social, junto dos órgãos de comunicação social.

O NIPCVD-SCMPV, com a colaboração de voluntários/as, distribuiu e divulgou materiais alusivos à prevenção da violência nas relações de intimidade (cartazes e autocolantes) durante as Festas Sanjoaninas, Festas da Praia da Vitória, Porto Judeu, Biscoitos, Lajes, Vila Nova, Altares entre outras. Foram também entregues autocolantes, separadores e ainda as flores confecionadas pelas utentes da Casa de Saúde do Espírito Santo, com quadras alusivas à temática (aproximadamente 400) e afixados cartazes em locais-chave das várias festas (tascas, esplanadas, exposições, discotecas de verão, clubes desportivos, sociedades filarmónicas e juntas de freguesia, etc.). Foram introduzidos bilhetes com mensagens referentes à Prevenção da VD nas rifas dos bazares, foi elaborado e distribuído um folheto intitulado "Acreditar" (cerca de 2 600 exemplares entregues) e apresentada uma vídeo-montagem alusiva à prevenção da VD (projetada em espaços comuns da festa, mas também integrada em espaços de exposições) para além da divulgação do *spot* áudio "Não Fique na Sombra Contra A Violência. Denuncie".

Em 2012, a UMAR – Açores/CIPA (Delegação da Terceira) em parceria com o NIPCVD-SCMPV, realizou nos dias 14, 16 e 17 de fevereiro, no âmbito do dia de São Valentim (14 fevereiro), quatro ações de prevenção sobre violência no namoro na ES Jerónimo Emiliano de Andrade, em Angra do Heroísmo. Procuraram sensibilizar os/as aluno/as para a identificação de situações de violência no namoro, recorrendo a música hip hop,

da autoria de Marco Martins (Puto EMS), pretendendo o reforço de comportamentos e atitudes saudáveis através de estratégias de resolução de conflitos alternativas à violência. Os/as aluno/as elaboraram trabalhos, com mensagens alusivas à prevenção da violência no namoro, que foram posteriormente expostos em diferentes locais da escola. Participaram nestas atividades 64 alunos/as, com idades compreendidas entre os 15 e os 18 anos, dos quais 33 eram do sexo feminino e 31 do sexo masculino.

À semelhança dos anos anteriores foi publicado na Página Igualdade XXI, do Jornal Dário Insular de 21 de fevereiro, um artigo sobre violência nas relações amorosas e outro sobre o trabalho de prevenção da violência no namoro realizado nas escolas pela UMAR – Açores / CIPA (Delegação da Terceira) e foi atualizado o *blog* da delegação.

No âmbito do Dia Internacional pela Eliminação da Violência Contra a Mulheres, a UMAR – Açores/CIPA (Delegação da Terceira) realizou, no dia 26 de novembro, uma caravana automóvel intitulada "Volta à Ilha Terceira contra a violência". Foram distribuídos cerca de 850 panfletos pela população das 30 freguesias da ilha Terceira e afixados 30 cartazes com informação sobre VD e serviços de atendimento disponíveis nas Casas do Povo, Juntas de Freguesia, Centros Comunitários e Centros de Convívio.

As festividades de Carnaval foram assinaladas pelo NIPCVD – SCMPV com duas ações, uma dirigida à população em geral, com a colocação de três faixas com a mensagem "Existem máscaras que ninguém deveria aceitar. Não fique na sombra contra a violência doméstica. Denuncie!", e a outra direcionada aos cuidadores das pessoas idosas, no âmbito da exibição dos bailes de Carnaval dos idosos, na qual foram distribuídos cerca de 2 000 folhetos, divulgando a mensagem "Cuide de Si. Cuide dos Seus".

O NIPCVD-SCMPV, em parceria com a DRSSS, divulgou um *spot* vídeo e um *spot* áudio transmitido na RTP Açores/RDP Açores e publicou um artigo no jornal "A União" com a publicação de uma frase alusiva ao tema no Folheto de Carnaval, do mesmo jornal.

Nas comemorações do dia 24 de Abril, Dia Internacional da Europa e Cidadania, o NIPCVD-SCMPV ministrou seis sessões de esclarecimento, na Escola Profissional da Praia da Vitória, com o intuito de prevenir a VD. Para tal, criou um Jogo de Tabuleiro (em tamanho real) intitulado "Joga Contra a Violencia Doméstica" que abordava

quatro sub-temas: a violência no namoro, o *bullying*, a violência contra a pessoa idosa e os maus tratos infantis. Estas ações contaram com cerca de 90 participantes.

Para assinalar o Dia Internacional da Eliminação da Violência Contra as Mulheres (25 de novembro), numa parceria entre o NIPCVD-SCMPV e a ES Jerónimo Emiliano de Andrade (Projeto "Com Sentido"), foram realizadas duas ações de sensibilização com turmas do 7° ano intituladas "Direitos e Deveres das Mulheres ao longo do tempo". Nestas sessões participaram avós e avôs dos/as alunos/as que deram o seu testemunho sobre os direitos e deveres das mulheres ao longo das últimas quatro décadas.

O Núcleo desenvolveu, igualmente atividades alusivas às efemérides, no âmbito do Ano Europeu do Envelhecimento Ativo e Solidariedade entre Gerações. Assim, no Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra a Pessoa Idosa (15 de junho) e no Dia dos Avós (26 de julho) desenvolveu, para a comemoração do primeiro evento, um Encontro Intergeracional entre pessoas idosas do Lar da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo e crianças do colégio da mesma instituição, onde se dei a apresentação do teatro de fantoches "Cidadãos em ponto pequeno", cujo texto abordava a igualdade de género e a prevenção da violência contra a pessoa idosa. Além desta iniciativa, foi promovida a apresentação da peça de teatro " A violência doméstica, afinal...", do grupo de teatro Pedra Mó em parceria com a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, no dia 16 de julho.

No dia 26 de julho (Dia dos Avós) organizaram-se outros dois encontros intergeracionais, com a visualização de um filme infantil sobre a temática, e a apresentação do teatro de fantoches "Cidadãos em ponto pequeno", no Museu de Angra do Heroísmo, para crianças e pessoas idosas. Participaram nestas atividades 196 pessoas.

Durante os meses de novembro e dezembro, no âmbito do Dia Internacional para a Eliminação da Violência Contra as Mulheres, o NIPCVD-SCMPV promoveu várias iniciativas em parceria com outras entidades. Contou com a colaboração da RTP/RDP Açores para a transmissão do *spot* publicitário "Campanha Regional do Laço Branco". Contou ainda com a parceria da PSP (Divisão Policial de Angra do Heroísmo) na

organização de uma ação de sensibilização de rua, intitulada "Operação – STOP à Violência Doméstica". Foram distribuídos materiais alusivos à prevenção da VD com a colaboração de várias lojas do comércio tradicional. Ainda neste âmbito, realizaram dois encontros formativos e 11 ações de sensibilização nas escolas e centros de convívio. As atividades desenvolvidas pelo NIPCVD-SCMPV, no âmbito do Dia Internacional da Eliminação da Violência Contra as Mulheres, envolveram um total de 515 pessoas.

À semelhança de 2010 e 2011, o NIPCVD-SCMPV desenvolveu atividades durante as Festas Sanjoaninas (São João), Festas da Praia da Vitória, Festival Internacional de Jazz de Angra do Heroísmo e Praia - Outono Vivo, tendo distribuído e divulgado materiais alusivos à VD. Deste modo, foram distribuídas cerca de 1 000 flores de papel com mensagens, 1 000 laços roxos e 1 000 marcadores de livros. Nas festas da Praia da Vitória, para além dos materiais anteriormente referidos foi ainda criada uma montra alusiva à prevenção da VD na Loja Arte & Prendas. Foi organizada a "Noite Branca" alusiva à Campanha do Laço Branco, durante a qual foram afixados vários cartazes e distribuídos laços brancos.

Para a comemoração do Dia Internacional da Mulher (8 de março), numa parceria entre a RAICES e o NIPCVD-SCMPV, foi realizada uma gincana na Praia da Vitória tendo como público-alvo os/as utentes e técnicos/as da referida Rede.

#### - Ilha Graciosa

Em 2011, o PLPCVD da ilha Graciosa em parceria com a Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa realizou várias atividades durante as festividades do Senhor Santo Cristo dos Milagres. Foi criado um mural contra a VD intitulado "O que pensa sobre a VD", foram distribuídos folhetos, afixados cartazes e exibido um vídeo e um *spot* na Rádio Graciosa com o *slogan* "Não Fique na Sombra Contra a Violência. Denuncie".

No Dia Internacional da Mulher (8 de março), foram distribuídos panfletos informativos pela população. Foi afixada uma tela à entrada do Pavilhão Municipal e nas varandas da Câmara Municipal divulgando uma mensagem centrada na igualdade

de género. Posteriormente, esta faixa foi afixada definitivamente no exterior da Biblioteca Municipal.

Aquando da celebração do Dia Internacional pela Eliminação da Violência Contra as Mulheres (25 de novembro), com a colaboração da PSP local, os alunos da turma 5º A da EBS da Graciosa distribuíram panfletos informativos pelos condutores.

À semelhança da ilha Terceira, nas festividades do Carnaval de 2012 nesta ilha, o Polo local colocou faixas alusivas à Campanha de Carnaval com o lema " Existem máscaras que ninguém deveria aceitar", nos vários salões de bailes.

No âmbito do Dia Internacional da Mulher (8 março), o PLPCVD da Ilha da Graciosa realizou uma gincana com os alunos do 9.º ano da EBS da Graciosa. Foi também organizada uma caminhada pelo Centro de Santa Cruz, numa colaboração entre o PLPCVD, o Serviço de Desporto da Graciosa, a Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa e as Termas do Carapacho, tendo sido distribuídas camisolas com a mensagem "Na Diferença Faz-se a Igualdade" aos 88 participantes.

Nas comemorações do Dia do Pai (19 de março) foram distribuídos desenhos às 100 crianças que frequentam os centros de atividades de tempos livres e creches da ilha, para serem coloridos e entregues aos seus progenitores.

Durante as festividades do Senhor Santo Cristo dos Milagres, em agosto, foram desenvolvidas as seguintes atividades: distribuição de panfletos e de separadores de livros nos programas das festas; distribuição de palavras cruzadas alusivas ao tema da prevenção a VD nos restaurantes; distribuição de laços brancos e de mensagens no Bazar das festas; divulgação do *spot* "Homens Contra a Violência Doméstica" na Biblioteca Municipal; tal como em 2011, foram afixados cartazes e telas e realizada a atividade do mural contra a VD.

Em novembro, no Dia Internacional pela Eliminação da Violência Contra as Mulheres (25 de novembro), foi organizado um *peddy paper* com vista a assinalar a data, tendo sido distribuídos pelos participantes alfinetes de peito com a forma de uma flor, criados pelos idosos do Centro de Convívio do Centro Social e Paroquial de Nossa Senhora da Luz.

## - Ilha de São Jorge

Na ilha de São Jorge foram desenvolvidas atividades durante das festividades religiosas. Nesse sentido, em 2011, o Polo local procedeu à distribuição de folhetos, à exibição de vídeos alusivos à VD e do *spot* "Não Fique na Sombra Contra a Violência. Denuncie".

### - Ilha do Pico

Em 2011, durante as festividades de verão (Semana dos Baleeiros, Cais de Agosto, Santa Maria Madalena e festas Nossa Sr.ª do Carmo), o PLPCVD da Ilha do Pico distribuiu folhetos e cartazes e exibiu o *spot* áudio e vídeo "Não Fique na Sombra Contra a Violência. Denuncie.", no sentido de sensibilizar e esclarecer a população em geral.

No âmbito do Dia Internacional da Eliminação da Violência contra a Mulher (25 de novembro), o Polo realizou uma atividade que pretendeu a sensibilização dos alunos/as da Escola Profissional do Pico. Para além da informação e sensibilização, a atividade teve como objetivo a divulgação da existência e importância do PLPCVD da ilha do Pico na prevenção e combate à VD.

Em 2012, no âmbito das comemorações de Carnaval, foram realizadas algumas atividades promovidas pelo PLPCVD no sentido de sensibilizar a população para a VD. Foi exibido um *spot* alusivo ao tema (elaborado pelo NIPCVD-SCMPV) e divulgada a frase "Existem máscaras que ninguém deveria usar" nos jornais locais e afixada em espaços públicos.

No dia do Pai (19 de março) foi realizada uma atividade com crianças da pré-escola da Ilha do Pico e respetivos pais sendo um dos objetivos a sensibilização para a nãoviolência. Foram contabilizados cerca de 300 participantes (crianças, homens e mulheres).

Em julho e agosto de 2012, no âmbito das festas de verão, o Polo distribuiu materiais (folhetos, fitas porta chaves, marcadores de livros, rifas) e exibiu vídeos e o *spot* da campanha "Não Fique na Sombra Contra a Violência. Denuncie".

### - Ilha do Faial

Em 2010, à semelhança do que ocorreu nas outras ilhas, o Faial celebrou o Dia Internacional da Mulher (8 de março) e outras datas festivas como é o caso da Semana do Mar, com diversas atividades organizadas pela Umar – Açores (Delegação do Faial). Nesse sentido foram realizadas ações de rua, a "Marcha Mundial das Mulheres", ações formativas na área da VD e da igualdade de género, uma exposição e a peça de teatro "Quem és tu? Sou a Discriminação", um desfile de moda subordinado ao tema "Violência Doméstica". Por fim, foi organizado um colóquio sobre "Discriminação Social". Estas atividades abrangeram cerca de 800 pessoas.

No ano de 2011, em parceria com a DRIO, realizaram-se diversas atividades para assinalar o Dia Internacional da Mulher. A 11 de março foi realizada uma Feira/Exposição "As mulheres e o mar" seguida do Fórum "O Género e a Profissão" com a participação e o testemunho de mulheres de diferentes sectores económicos; a exibição do filme "Precious" (Teatro Faialense). No dia 12 de março apresentou-se o documentário do Teatro do Oprimido "Compassos de Mudança". Contabilizou-se um total de 390 participantes.

Em 2012, a Umar – Açores realizou várias ações para assinalar várias festividades e dias nomeadamente: o Dia dos Namorados, o Dia Internacional da Mulher, o Dia da Mãe, o Dia Mundial para a Erradicação da Pobreza, o Dia Internacional para a Eliminação da Violência Doméstica e o Dia Internacional dos Direitos Humanos, e nas festividades da Semana do Mar. Foram desenvolvidas atividades similares às dos anos anteriores envolvendo um total de 930 pessoas abrangidas.

#### Ilha das Flores

Em 2011, na Feira das atividades económicas da Ilha das Flores durante a festa "Cais das Poças" (5 a 7 de agosto), o PLPCVD da Ilha das Flores realizou uma ação de sensibilização dirigida à população em geral tendo, para tal, distribuído panfletos e exibido um vídeo alusivo à VD.

Já em 2012, foi assinalado: o Dia Internacional da Mulher, o Dia do Pai, o Dia Internacional para a Eliminação da Violência Contra as Mulheres, o Carnaval e o Dia de

São João. Nesse sentido, foram distribuídos cartazes no comércio local, em restaurantes, cafés e hotéis e aproximadamente setecentos e cinquenta folhetos alusivos ao dia da mulher e à eliminação da violência contra as mulheres. Também foi realizado um *peddy paper* "Os dialetos do Amor" na Praça Marquês de Pombal.

Durante o Carnaval foi divulgada uma mensagem alusiva à não-violência em vários Jornais e *blogs* da Ilha.

Nas comemorações do São João (22 a 24 junho), foram colocadas mensagens nas rifas do bazar das festas com o objetivo de promoção de Relações Afetivas Positivas e Saudáveis bem como de prevenção da VD.

M5 - Promover ações de formação e sensibilização envolvendo mulheres e homens, com a colaboração ativa de agentes locais de reconhecido prestígio junto da população e autarquias, a começar nas pequenas localidades, numa lógica de proximidade.

Embora esta medida tenha uma importância considerável na prevenção do fenómeno da VD, o investimento em termos de desenvolvimento de ações não foi muito significativo pelo que foi considerada parcialmente executada.

Em 2010, o CAM, em parceria com a Igreja Católica, desenvolveu uma ação de sensibilização intitulada "Família e Conflito" destinada aos participantes do curso de preparação para o matrimónio. Foram realizadas três sessões que abrangeram 160 participantes.

O CIPA – Novo Dia realizou várias tardes temáticas com enfoque na Igualdade de Oportunidades e combate às discriminações denominadas "Tardes de Igualdade". Foram realizadas quatro sessões no ano de 2010 sobre "A Mulher na Política", "A Discriminação racial e étnica", "A Homofobia" e "A violência contra o/a idoso/a" abrangendo um total de 116 participantes.

No ano de 2011, foram organizadas três Tardes de Igualdade pelo CIPA – Novo Dia que abrangeram um total de 66 pessoas.

Em 2012, a designação das Tardes de Igualdade foi alterada para EMANCIPA - Ciclo de tertúlias sobre diversidade e discriminações. Foram realizadas nesse ano quatro

tertúlias subordinadas a diferentes temáticas que abrangeram um total de 74 pessoas.

O PLPCVD da Ilha do Pico organizou no mês de novembro de 2012, uma sessão de

prevenção denominada "Stop à Violência Doméstica", que contou com a parceria da

PSP e das EB's da Ilha do Pico. Esta atividade consistiu na realização de uma operação

stop pela PSP que, com a colaboração de crianças, entregava aos condutores uma

mensagem de prevenção da VD.

Foi também apresentada em São Miguel, a peça de teatro "A Boca do Corpo" sobre a

temática da VD, pelo Grupo de teatro "A Sala". A organização desta atividade teve a

colaboração de empresas e entidades como a SATA, a Universidade dos Açores, as

Pousadas de Juventude e a DRSSS, contando com 90 participantes nas duas sessões

realizadas.

M6 - Promover campanhas de informação e sensibilização específicas, incluindo a

utilização dos meios de comunicação social, a produção de cartazes, guiões e

folhetos, e a realização de colóquios e conferências, junto de prováveis contextos de

agressores

a) para os homens, no sentido de questionar os papéis tradicionais masculinos e

femininos, buscando novas formas igualitárias de empoderamento dos dois géneros

e procurando mostrar as vantagens pessoais e sociais daí decorrentes;

b) para os pais, sobre a necessidade de adotarem estratégias educativas alternativas

ao uso da violência, através de uma melhor comunicação intrafamiliar que facilite a

adoção de novos códigos de disciplina parental;

c) para as famílias com idosos, no sentido de as sensibilizar para as vulnerabilidades

físicas e psicológicas específicas dos idosos, procurando ajudá-las a encontrar formas

de apoio mais respeitadoras da condição humana.

As ações de sensibilização realizadas no âmbito desta medida foram pontuais e

insuficientes para poder ser considerada executada.

99

Foi realizada uma ação direcionada para possíveis agressores no âmbito do Programa de Reabilitação de Agressores em Contexto de Violência Doméstica (Contigo) numa lógica de reabilitação e prevenção de reincidências futuras. Esta atividade decorreu no

Estabelecimento Prisional de Ponta Delgada tendo abrangido 16 homens.

Foi também realizada no âmbito desta medida, uma ação direcionada para possíveis progenitores/as agressores/as que estavam a ser acompanhados pela CPCJ da Povoação, em São Miguel. Esta ação foi desenvolvida pelo CAM nos anos de 2011 e de 2012. Em 2011 contou com a participação de seis progenitores/as e em 2012 abrangeu

sete progenitores/as.

M7 - Promover campanhas de informação e sensibilização específicas para mulheres, trabalhando os valores, modelos e estereótipos socialmente associados aos papéis masculinos e femininos que estão na base das desigualdades de género e da Violência Doméstica.

Considerou-se a medida parcialmente executada visto que foram contabilizadas poucas ações dirigidas a este público específico.

A DRIO efetuou duas campanhas de informação com recurso à distribuição de dois panfletos intitulados "Igualdade de género e conciliação da vida pessoal e profissional" e "Igualdade de oportunidades — promova a igualdade". Valorize a diferença". Os panfletos foram entregues em vários serviços das ilhas de São Miguel, da Terceira e pelos Polos que os solicitaram totalizando dez mil brochuras distribuídas em 2010 e em 2011.

Foram realizadas algumas ações de formação e sensibilização nas ilhas de São Miguel e da Terceira que passaremos a elencar.

- ilha de São Miguel

Em 2010, a DRIO desenvolveu em parceria com a Associação ILGA Portugal - Intervenção Lésbica, Gay, Bissexual e Transgénero, uma ação denominada "Orgulho e

100

Preconceito – Educação para a cidadania e contra a discriminação com base na orientação sexual", que teve uma duração de 14 horas e contou com 26 formandas.

Foi realizado um workshop destinado às utentes da Rede e aberto à população em geral intitulado "Auto-estima – Aromaterapia e Beleza", numa parceria entre várias organizações e empresas que colaboraram na organização.

Em 2011, a UMAR – Açores (Delegação de Ponta Delgada) realizou duas ações de sensibilização com mulheres da ilha de São Miguel, sendo um grupo residente na Lagoa e outro nas Sete Cidades. No total foram abrangidas 28 mulheres. Em 2012, foi realizada uma ação na Lagoa que abrangeu 17 mulheres.

### - ilha Terceira

Em 2010, à semelhança do realizado em São Miguel, a DRIO organizou a ação denominada "Orgulho e Preconceito" — Educação para a cidadania e contra a discriminação com base na orientação sexual", novamente numa parceria com a Associação ILGA Portugal - Intervenção Lésbica, Gay, Bissexual e Transgénero. Esta ação foi realizada no Centro de Prestações Pecuniárias de Angra do Heroísmo e contou com 23 participantes.

Em 2012, foi realizado um *workshop* de Defesa Pessoal para Mulheres, promovido pela UMAR – Açores/CIPA (Delegação da Terceira), dinamizado pela Escola de *Krav Maga* na ES Jerónimo Emiliano de Andrade. As formandas foram utentes, associadas e técnicas da UMAR – Açores/CIPA (Delegação da Terceira) e da Direção Regional das Comunidades, totalizando 10 mulheres.

M8 - Promover campanhas de informação específicas para possíveis vítimas de Violência Doméstica, sobre os serviços de apoio existentes, garantindo a presença de informação nos circuitos quotidianos das mulheres.

A distribuição de folhetos constituiu um meio privilegiado para fazer chegar a informação a um grande número de pessoas. Foram distribuídos panfletos informativos nas escolas, IPSS's, Centros de Saúde e Hospitais da região, alertando a

população para possíveis situações de risco e com a indicação de quais os comportamentos mais adequados bem como sobre as medidas de segurança que devem ser adotadas pelas vítimas.

Foi criado um instrumento de prevenção e informação sobre VD em forma de "Bloco de Notas" que continha informações úteis tais como: a forma de identificar situações e tipos de violência, sugestões para um plano de segurança e a listagem de contactos de apoio. O que diferencia este bloco de notas de outros documentos informativos é o facto de a informação estar contida em páginas dispersas no bloco, podendo estar na posse da vítima sem que o agressor se aperceba de imediato do que se trata. Os blocos foram distribuídos por vítimas e/ou potenciais vítimas. Foram impressos 20 000 exemplares, distribuídos por todas as ilhas da região (exceto Corvo). A distribuição foi assegurada pelos serviços da Segurança Social, pelos Serviços de Habitação, pelos PLPCVD, pelas Escolas, pelos Hospitais e Centros de Saúde, pelos Tribunais, pelas IPSS's e pelas Esquadras da PSP e GNR.

Entre 2010 e 2012, no âmbito da Campanha Regional "Não Fique na Sombra Contra a Violência. Denuncie", foram afixados cartazes A3 e A2 com três imagens (criança, mulher adulta e idosa) nos *mupis*, nos jornais, e transmitido o *spot* na rádio e televisão. Foram também afixados cartazes em diversos espaços públicos (departamentos da administração pública regional e central, hospitais, centros de saúde, escolas, IPSS's, casas do povo e juntas de freguesia, esquadras da PSP, aeroportos, cafés e snackbares, estabelecimentos comerciais, etc.).

Esta primeira campanha de âmbito regional "Não fique na sombra contra a Violência. Denuncie", foi promovida pela DRIO e assinalou o início do I PRPCVD na região.

Na sequência desta campanha foi criado o *spot "Existem máscaras que ninguém deveria aceitar"*, divulgado em 2012 na RTP-A e nas rádios locais.

Esta campanha teve grande impacto na sensibilização e informação da população considerando-se a medida totalmente executada.

Contabilizando todos os materiais produzidos, foram impressos aproximadamente 90 000 folhetos (formato A4), 2500 cartazes (formato A3 e A2), 70 *mupis* (30 dias) e

concebidas várias publicações em jornais e outros meios de comunicação social tais

como a rádio e a televisão.

M9 - Promover ações de formação e sensibilização junto dos responsáveis e

educadores/treinadores das associações de jovens de todos os tipos, com vista a

uma ação continuada futura.

A medida não foi considerada executada visto que foram desenvolvidas apenas

algumas ações pontuais na ilha Terceira e de São Jorge destinadas a responsáveis e

educadores/treinadores de associações de jovens.

Em 2010, no âmbito do III Rover Regional de Escuteiros na ilha de São Jorge, foi

desenvolvida uma ação com sobre a temática de Igualdade de Oportunidades que

contou com 77 participantes.

No mês de março de 2012 foi desenvolvida uma ação dinamizada pelo NIPCVD-SCMPV,

direcionada especificamente para dirigentes regionais da Junta Regional de Escuteiros,

que contou com dez dirigentes da Ilha Terceira. A ação consistiu numa sessão de

apresentação do NIPCVD-SCMPV, incidindo também na prevenção da violência no

namoro e na promoção de relações afetivas saudáveis.

M10 - Elaborar e divulgar materiais informativos, recorrendo às novas tecnologias de

informação e comunicação, nomeadamente concebendo «caixas informativas» nos

acessos de entrada às páginas de Internet, bem como em outros suportes de

informação e comunicação (como Caixas Multibanco e comunicações móveis).

Esta medida foi executada embora não tenham sido criadas as «caixas informativas»

nos acessos de entrada às páginas de Internet, bem como em outros suportes de

informação e comunicação (como Caixas Multibanco e comunicações móveis). No

entanto, considerou-se que o facto de terem sido criados vários suportes informativos

online recorrendo às novas tecnologias, os quais se encontram ainda em

funcionamento, era o bastante para considerar a medida executada. Assim, foram

criados os seguintes suportes durante a vigência deste I PRPCVD:

103

- a página da DRIO permitia a consulta de um conjunto de informações, notícias, políticas, legislação, etc. sobre igualdade de oportunidades, igualdade de género e o combate às discriminações. Até junho de 2011 a página estava disponível em: <a href="http://www.azores.gov.pt/Portal/pt/entidades/srss/textolmagem/Direccao Regional da Igualdade de Oportunidades DRIO.htm">http://www.azores.gov.pt/Portal/pt/entidades/srss/textolmagem/Direccao Regional da Igualdade de Oportunidades DRIO.htm</a>

A partir de julho de 2011 o endereço foi alterado para: http://www.azores.gov.pt/Portal/pt/entidades/srss-drss/

Para além do Portal do Governo dos Açores existe uma página no *Facebook*, na qual são divulgadas e partilhadas várias informações sobre a temática. A página está acessível em: <a href="http://www.facebook.com/igualdadede.oportunidades">http://www.facebook.com/igualdadede.oportunidades</a>

No *blog* criado pelo NIPCVD-SCMPV são dadas a conhecer as atividades desta valência da Santa Casa da Misericórdia da Praia da Vitória, constituindo também uma ferramenta útil de divulgação e sensibilização. O endereço de acesso é: <a href="http://prevencaovd-scmpv.blogspot.pt/">http://prevencaovd-scmpv.blogspot.pt/</a>.

Por fim, a Novo Dia – Associação para a Inclusão Social, no dia 8 de março de 2010 e como forma de assinalar o Dia Internacional da Mulher, colocou *online* a nova página da associação que ainda continua disponível no endereço: <a href="www.novodiacipa.org">www.novodiacipa.org</a>. Este novo sítio pretende ser um espaço proactivo, tendo em vista a valorização dos indivíduos e dos direitos humanos. Neste sítio podem ser consultadas várias informações, notícias relacionadas com a igualdade de oportunidades, discriminação e violência. Dispõe ainda de um Centro de Documentação *online*, onde podem ser consultadas inúmeras referências relacionadas com estas temáticas. Em 2012, o CIPA - Novo Dia reformulou os serviços de informação disponíveis no sítio procurando, face ao alargamento das suas áreas de intervenção, colmatar lacunas existentes sobre estas temáticas. Nesse ano, os acessos ao sítio atingiram as 21 420 visualizações.

Outro instrumento informativo criado por esta associação, que recorreu às novas tecnologias foi a criação de uma *newsletter* que é enviada via *e-mail* para todos os seus subscritores. Esta tem uma regularidade quinzenal e debruça-se sobre as mais diversas temáticas relacionadas com a Igualdade, a Discriminação, a Violência e o Género. Em

2012, foram enviadas pelo CIPA 25 *newsletters*, cada uma delas para um total de aproximadamente 950 leitores/as.

M11 - Procurar envolver toda a estrutura de sistema de ensino, do topo para a base, na promoção de ações de sensibilização e formação junto dos professores e alunos de todos os níveis de ensino, com a produção de guiões, panfletos, banda desenhada e filmes que incluam educação para a igualdade de género, educação para a nãoviolência e para a paz, resolução não violenta de conflitos com aprendizagem do respeito e da igualdade, educação para os afetos, relação entre género e multiculturalismo.

A prevenção da VD passa pela sensibilização e informação que é fornecida à população. Nesse sentido, foram promovidas campanhas gerais e específicas de sensibilização dirigidas a crianças e jovens inseridos no sistema de ensino e também para profissionais e docentes das escolas nos vários graus de ensino. Assim, a medida foi totalmente executada.

Em virtude do elevado número de ações de sensibilização e formação realizadas direcionadas para os públicos acima referidos, considerou-se que a melhor estratégia para a apresentação dos dados é, em primeiro lugar, a organização da informação por ano, seguindo-se por ilha e por fim, por entidade formadora. Para facilitar a leitura e compreensão das atividades desenvolvidas no âmbito desta medida, a informação será apresentada por tópicos.

#### 2010:

### - Ilha de São Miguel

A DRIO organizou e ministrou as seguintes ações sobre Igualdade de Género e de Oportunidades em Escolas Básicas Integradas da ilha:

- " Igualdade de Direitos no Século XXI", em duas escolas (70 estudantes)

- " Conto "Diário do Meu segredo" " seguido de debate, em quatro escolas (85 estudantes)
- "Conto "De Outra Cor"" seguido de debate, em duas escolas (42 estudantes)
- " História "Quando for grande, quero ser pai!" ", seguida de debate, em uma escola (18 estudantes)

O CIPA- Novo Dia organizou e ministrou ações no âmbito do projeto "Crescer em Igualdade" que inclui várias ações sobre temáticas específicas direcionadas para os/as alunos/as das escolas do 1º ciclo do Ensino Básico, Ensino Pré-escolar e Ateliers de Tempos Livres (ATL). Ministrou também ações no âmbito do "Ser Diferente em Igualdade" destinadas a alunos/as das escolas de 2º e 3º ciclo, Ensino Secundário e Profissional:

- " Igualdade de Género e Oportunidades entre Homens e Mulheres Crescer em Igualdade", com a apresentação da peça de teatro "A Princesa Espertalhona", em quatro turmas (90 crianças);
- " Igualdade de Género e Oportunidades entre Homens e Mulheres Ser Diferente em Igualdade ", tendo realizado cinquenta e oito ações de sensibilização (1090 jovens).

A UMAR – Açores (Delegação de São Miguel), organizou e ministrou a ação de sensibilização/formação sobre VD, em várias escolas da ilha que passamos a elencar:

- Doze sessões na EBI de Arrifes (288 alunos/as);
- Duas sessões na EBI de Capelas (33 alunos/as);
- Três sessões na EBI de Lagoa (63 alunos/as);
- Seis sessões na EBI Roberto Ivens (136 alunos/as);
- Uma sessão na Escola Profissional de Ribeira Grande (30 alunos/as);
- Duas sessões para o curso de Licenciatura em Psicologia na Universidade dos Açores (31 alunos/as).

O CAM organizou as seguintes sessões:

- Treze sessões sobre Violência Doméstica, ministrada em parceria com a UMAR – Açores (Delegação de São Miguel), para alunos/as do 5º e 6º ano da EBI Canto da Maia

(234 formandos/as);

- Uma sessão sobre bullying, em parceira com a PSP de Ribeira Grande, para alunos/as

do 11º ano da ES da Ribeira Grande (29 formandos/as);

- Ação/ações em parceria com a Associação Norte Crescente, para alunos/as do 4º ano

da EB/JI da Ajuda da Bretanha. Não foi possível obter dados quantitativos.

- Ilha Terceira

A UMAR – Açores/CIPA (Delegação da Terceira) organizou e ministrou as seguintes

ações:

- Duas sessões sobre Prevenção da violência nas relações afetivas juvenis, para

alunos/as da ES Jerónimo Emiliano de Andrade e da Escola Profissional da Santa Casa

da Misericórdia de Angra do Heroísmo;

- Duas sessões sobre Violência Doméstica para alunos/as da EBI dos Biscoitos e da ES

Vitorino Nemésio de Praia da Vitória;

- Uma sessão sobre Violência de Género/Violência Doméstica para formandas/os do

Curso de Apoio à Família e à Comunidade em Angra do Heroísmo;

A UMAR - Açores/CIPA (Delegação da Terceira), também ministrou ações de

sensibilização sobre Igualdade de Género/Violência Doméstica, no âmbito do

Programa de Educação Afetivo Sexual:

- Duas sessões para alunos/as de Cidadania/UNECA (Unidade Especializada de

Currículo Alternativo) na EBI Praia da Vitória;

- 24 sessões para alunos/as do 3º e 4º ano nas escolas: EB de São Brás, EB de Agualva,

EB de Posto Santo, EB de São Sebastião, EB de Vila Nova, EB de Porto Judeu, EB de

Fontinhas, EB Infante D. Henrique, EB de Santa Bárbara, EB Doze Ribeiras, EB de

Conceição, EB de São Mateus, EBS Tomás de Borba;

- Duas sessões para alunos/as do 5º e 6º ano na EBI de Angra do Heroísmo;

- Cinco sessões na ES Jerónimo Emiliano de Andrade para alunos/as do PROFIJ e 7º, 8º

e 9º ano;

107

- Seis sessões para crianças e jovens em idade escolar, em risco de exclusão, acolhidas pela Irmandade de Nossa Senhora do Livramento.

### 2011:

### - Região Autónoma dos Açores

A prevenção da VD passa pela sensibilização e formação para um verdadeiro exercício de cidadania, promoção da igualdade de género e defesa dos Direitos Humanos.

O projeto Cais de Cidadania foi implementado pela Direção Regional das Comunidades (DRC) e teve como entidades parceiras a DRSSS, a PSP, o IAS, IBISCO (Grupo de teatro), a Secretaria Regional do Ambiente e do Mar (SRAM), a Proteção Civil e Bombeiros dos Açores, o Serviço de Estrangeiros e fronteiras (SEF), a Direção Regional de Prevenção e Combate às Dependências (DRPCD) e a AIPA — Associação dos Imigrantes nos Açores. Esta iniciativa decorreu no barco Santorini e passou por todos os portos das ilhas açorianas, tendo como público-alvo crianças do 1º e 2º Ciclo.

No âmbito do Projeto "Cais de Cidadania e Diversidade", a DRSSS promoveu várias ações intituladas "Hora do Conto" com o objetivo de desconstruir preconceitos e estereótipos e fomentar comportamentos mais igualitários e justos:

- Em São Miguel abrangeu 359 crianças;
- Em Santa Maria abrangeu 151 crianças;
- Na Terceira abrangeu 44 crianças;
- Na Graciosa abrangeu 253 crianças;
- Em São Jorge abrangeu 254 crianças;
- No Pico abrangeu 61 crianças;
- No Faial abrangeu 145 crianças;
- Nas Flores abrangeu 112 crianças;
- No Corvo abrangeu 16 crianças.

O CIPA-Novo Dia também se associou a esta iniciativa tendo realizado as seguintes ações:

- Tertúlia sobre Igualdade de Género e Violência no Namoro (24 jovens);
- Três sessões "Diário do Meu Segredo" sobre Violência Doméstica (85 crianças e jovens);
- Três sessões "Quando For Grande, Quero Ser Pai" sobre Igualdade de Género e de Oportunidades entre Homens e mulheres (100 crianças e jovens);
- Duas sessões "Sou Diferente, Sou Fantástico" sobre discriminação com base na deficiência (90 crianças e jovens);
- 7 Sessões "De Outra Cor" sobre discriminação com base na origem étnica (213 crianças e jovens).

# - ilha de *São Miguel*

A UMAR – Açores (Delegação de São Miguel), organizou e ministrou ações de sensibilização sobre VD, em parceria com a Rede de Apoio Integrada à Mulher em Situação de Risco de São Miguel, em inúmeras escolas da ilha de São Miguel:

- Uma sessão no ATL de Santa Clara (29 alunos/as);
- Três sessões no ATL de Lagoa (49 alunos/as);
- Duas sessões no Colégio "A Passarada" (47 alunos/as);
- Uma sessão na EB1/JI de Ramalho (18 alunos/as);
- Uma sessão na EB de Arrifes (22 alunos/as);
- Três sessões na EB de São Pedro (62 alunos/as);
- Quatro sessões na EB de Santa Clara (77 alunos/as);
- Quatro sessões na EB de São Roque (59 alunos/as);
- Três sessões na EBI de Ponta Garça (57 alunos/as);
- Uma sessão na ES da Ribeira Grande (14 alunos/as);

- Três sessões na ES das Laranjeiras (51 alunos/as);
- Oito sessões na ES de Lagoa (168 alunos/as);
- Uma sessão na Escola Profissional da Ribeira Grande (16 alunos/as);
- Três sessões na Escola Profissional de Vila Franca do Campo (45 alunos/as);
- Cinco sessões na Escola Profissional da Ribeira Grande (84 alunos/as);
- Oito sessões na Escola Profissional APRODAZ (117 alunos/as);
- Uma sessão na Universidade dos Açores para estudantes de Psicologia (3 alunos/as).

A UMAR – Açores (Delegação de São Miguel) realizou ainda uma ação sobre violência no namoro para uma turma com 13 estudantes da ES da Ribeira Grande.

O CIPA - Novo Dia organizou e ministrou ações de sensibilização sobre Igualdade de Oportunidades e combate às discriminações através da teatralização das seguintes histórias e peças de teatro: "Quando For Grande, Quero Ser Pai", "Sou Diferente, Sou Fantástico", "De outra Cor" e "Diário do meu Segredo". Estas ações foram dirigidas a crianças do 1º e 2º ciclo do ensino básico e integraram-se no projeto Crescer em Igualdade.

A peça "Quando For Grande, Quero Ser Pai" sobre Igualdade de Género e de Oportunidades entre homens e Mulheres foi apresentada nas seguintes escolas:

- São Roque (42 alunos/as);
- Fajã de Baixo (53 alunos/as);
- Livramento (147 alunos/as);
- Rabo de Peixe (47 alunos/as);
- Vila Franca do Campo (69 alunos/as).

A peça "De outra cor", sobre a discriminação com base na origem étnica, foi apresentada em:

- Rabo de Peixe (31 alunos/as);
- Capelas, no A.T.L. da Casa do Povo (15 crianças);

A história "Diário do Meu Segredo", sobre VD, foi trabalhada:

- Na Escola de São Pedro, em Ponta Delgada (39 alunos/as).

A peça "Sou Diferente, Sou Fantástico", sobre discriminação com base na deficiência, foi apresentada na:

- Candelária (30 alunos/as);
- Feteiras (47 alunos/as);
- Ramalho (59 alunos/as);
- Pico da Pedra (44 alunos/as).

Por outro lado, já inserido no "Ser Diferente em Igualdade", dirigido a alunos do 3º ciclo, do ensino secundário e profissional, o CIPA-Novo Dia ministrou ações de sensibilização/formação sobre várias temáticas relacionadas com igualdade e o combate aos múltiplos tipos de discriminação.

A ação "Igualdade de género e de oportunidades entre homens e mulheres" foi ministrada em:

- ES Antero Quental (135 alunos/as);
- EBI Gaspar Frutuoso (197 alunos/as);
- ES da Ribeira Grande (306 alunos/as);
- Escola Profissional das Capelas (76 alunos/as);
- EBS do Nordeste (83 alunos/as).

A ação "Idade com Igualdade", sobre discriminação com base na idade, foi ministrada em:

- EBS do Nordeste, (117 alunos/as);
- ES Antero Quental (24 alunos/as);
- Escola Profissional das Capelas (29 alunos/as).

A ação "Prevenção da violência nas relações intimas juvenis" foi ministrada em:

- ES Antero Quental (25 alunos/as).

A ação "Discriminação com base na Orientação Sexual" foi ministrada em:

- Escola Profissional das Capelas (42 alunos/as);
- EBS do Nordeste (72 alunos/as);
- ES Ribeira Grande, (33 alunos/as);

A ACC, num protocolo com a Direção Regional da Juventude (DRJ), desenvolveu, em 2011, ações de sensibilização no Gabinete de Assessoria ao Jovem de Rabo de Peixe. Essas ações surgiram da necessidade de despertar consciências junto de estudantes e formandos/as da Escola Profissional de Ribeira Grande em Rabo de Peixe (EPRG) e do Centro Comunitário e de Juventude de Rabo de peixe – GAJ.

Assim, foram realizadas as seguintes ações:

- Duas sessões sobre violência no namoro, na Escola Profissional da Ribeira Grande (27 formandos/as);
- Uma sessão sobre violência doméstica, no Centro Comunitário e de Juventude de Rabo de peixe GAJ (8 formandos/as);
- Uma sessão sobre relações interpessoais e escola, no Centro Comunitário e de Juventude de Rabo de Peixe GAJ (8 formandos/as).
- O CAM de Ponta Delgada (CAM) também realizou ações nas escolas sobre algumas temáticas relacionadas com violência:
- Cinco sessões em parceria com a PSP sobre "Bullying", a estudantes do 11º ano da ES de Ribeira Grande (40 alunos/as);
- Uma sessão em parceria com a PSP sobre "Bullying", a estudantes do 11º ano da ES de Ribeira Grande (40 alunos/as);
- Uma sessão em parceria com a PSP sobre "Bullying", a estudantes da ES de Ribeira Grande (76 alunos/as);
- Uma sessão em parceria com a UMAR Açores (Delegação de São Miguel), sobre "Violência no namoro", a estudantes do 7º ano da ES Domingos Rebelo (4 alunos/as).
- O CAM também desenvolveu ações nas escolas, sobre a temática da VD, integradas no projeto "Pólen" que teve como principal objetivo a Prevenção da VD. As ações foram

realizadas na ilha de São Miguel e abrangeram 989 alunos/as do 4º ano de escolaridade e 318 crianças inseridas em ATL's.

# - Ilha Terceira

A UMAR – Açores/CIPA (Delegação da Terceira) organizou e ministrou 32 sessões de sensibilização sobre Igualdade de Género nas seguintes escolas: EBI da Praia da Vitória - Francisco Ornelas da Câmara, ES Jerónimo Emiliano de Andrade em Angra do Heroísmo, EB 1 de São Sebastião, EB 1 das Fontinhas, EB 1 do Posto Santo, Básica e Secundária Tomás de Borba em Angra do Heroísmo, EB 1 do Porto Judeu, EB 1/ JI Infante Dom Henrique, Básica e Integrada dos Biscoitos, EB 1 de São João de Deus e ES Vitorino Nemésio. No total, foram contabilizados/as 611 estudantes abrangidos pelas ações ministradas, com idades compreendidas entre os 7 e os 18 anos, incluindo desde o 2º ciclo do ensino básico ao ensino secundário.

Foram também realizadas 36 sessões sobre Violência de Género/Violência Doméstica nas escolas: Escola Secundária Jerónimo Emiliano de Andrade, EB 1 das Fontinhas, EB 1 do Posto Santo, Escola Profissional da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo, EBI de Angra Heroísmo e ES Vitorino Nemésio na Praia da Vitória. Contabilizaram-se 738 estudantes dos vários ciclos do ensino básico, secundário e profissional, abrangidos pelas referidas ações.

# - Ilha Graciosa

O PLPCVD organizou e ministrou três sessões de prevenção/sensibilização sobre igualdade de género para crianças dos ATL's com idades compreendidas entre os 6 e os 13 anos. As sessões foram desenvolvidas no Centro Social e Paroquial de Nossa Senhora da Luz, na Ludoteca da Santa Casa da Misericórdia de Santa Cruz e no Centro de Informática da Vitória, abrangendo 29 crianças.

# - Ilha de São Jorge

O PLPCVD da Ilha de São Jorge organizou e ministrou sessões de sensibilização sobre VD na EBS de Velas e na Escola Profissional da ilha de São Jorge, abrangendo 189 formandos/as.

#### 2012

# - Ilha de São Miguel

A DRSSS organizou e ministrou as seguintes ações sobre VD:

- Três sessões na EBI de Arrifes, para estudantes entre os 13 e os 16 anos, abrangendo 72 alunos/as;
- Quatro sessões na ES de Ribeira Grande, para estudantes entre os 15 e os 18 anos, abrangendo 69 alunos/as aos quais foi oferecido o livro "Diário do Meu Segredo".

O CIPA- Novo Dia manteve em 2012 a realização de ações de sensibilização na área da Igualdade de Oportunidades e combate às discriminações tendo apresentou, nas escolas de São Miguel, cinco peças de teatro inseridas nas "Histórias com sabor de Igualdade" dirigidas para crianças entre os 5 e os 10 anos. As histórias foram readaptadas e reencenadas e foi estreada a peça "Há muitas famílias na floresta".

A peça "Quando For Grande, Quero Ser Pai" sobre Igualdade de Género e de Oportunidades entre homens e mulheres, foi apresentada nas seguintes escolas:

- Jardim-de-infância de São José (36 crianças);
- EBI Poço Velho São Roque (40 crianças).

A peça "Há muitas famílias na floresta" sobre a diversidade familiar foi apresentada no:

- Jardim-de-infância de Stª Bárbara (22 crianças);
- EBI Poço Velho São Roque (49 crianças).

A peça "De outra cor" sobre a discriminação com base na etnia foi apresentada na:

- EBI Poço Velho São Roque (65 crianças).

A história "Diário do Meu Segredo" sobre VD foi trabalhada na:

- Escola Roberto Ivens (21 crianças).

Por outro lado, já inseridas no "Ser Diferente em Igualdade" para alunos do 3º ciclo, ensino secundário e profissional, foram ministradas ações de sensibilização/formação sobre várias temáticas relacionadas com igualdade e o combate aos múltiplos tipos de discriminação.

A ação "Igualdade de Género e de oportunidades entre homens e mulheres" foi realizada nas seguintes escolas:

- ES Domingos Rebelo (107 alunos/as);
- EBI Roberto Ivens (45 alunos/as);
- ES Ribeira Grande (272 alunos/as).

A ação "A Idade é um obstáculo?" sobre discriminação com base na idade foi ministrada:

- ES Nordeste (222 alunos/as);
- ES Domingos Rebelo (23 alunos/as).

A ação "Orientação Sexual e Preconceito" foi ministrada na:

- ES Domingos Rebelo (23 alunos/as);
- EP de Ribeira Grande Pólo de Rabo de Peixe (81 alunos/as);
- ES Ribeira Grande (128 alunos/as).

O CAM também desenvolveu ações nas escolas, sobre a temática da VD, integradas no projeto "Pólen II" que teve como principal objetivo a prevenção da Violência Doméstica. Foram realizadas ações de formação específicas para professores/as, abrangendo quinze professoras em São Miguel e, por outro lado, ações para crianças e jovens, totalizando:

- 451 crianças inseridas em ATL's;
- 393 alunos/as do 4º ano de escolaridade;
- 179 formandos/as de escolas profissionais.

A UMAR – Açores (Delegação de São Miguel), organizou e realizou uma ação de sensibilização/formação sobre VD em várias escolas da ilha de São Miguel:

- Três sessões no ATL de Lagoa (51 alunos/as);
- Uma sessão nas EB1 de: Ramalho (29 alunos/as); São Pedro (16 alunos/as); Lagoa (22 alunos/as); Foros, Ribeira Grande (18 alunos/as); São Brás (17 alunos/as); Faial da Terra (12 alunos/as); Lomba do Louçã (18 alunos/as); Feteiras (17 alunos/as); Lomba do Botão (10 alunos/as); Ribeira Quente (15 alunos/as); Ginetes (16 alunos/as); Mosteiros (16 alunos/as); Candelária (17 alunos/as); São Brás (13 alunos/as).
- Duas sessões nas EB1 de: Santa Bárbara (37 alunos/as); Mãe de Deus (40 alunos/as);
   Porto Formoso (37 alunos/as); Ribeira Seca (34 alunos/as); Maia (32 alunos/as);
   Povoação (32 alunos/as);
- Três sessões na EB1 de São Roque (58 alunos/as);
- Quatro sessões na EB1 de Matriz (78 alunos/as);
- Cinco sessões na EB1 de Santa Clara (93 alunos/as);
- Duas sessões na EBI de Ponta Garça (46 alunos/as);
- Oito sessões na ES Domingos Rebelo (183 alunos/as);
- Onze sessões na ES Lagoa (231 alunos/as);
- Uma sessão na Escola Profissional da Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada (8 alunos/as);
- Duas sessões na Escola Profissional da Povoação (39 alunos/as);
- Quatro sessões na Escola Profissional de Vila Franca do Campo (71 alunos/as);
- Onze sessões na Escola Profissional de Ribeira Grande (181 alunos/as).

### - Ilha Terceira

A UMAR – Açores/CIPA (Delegação da Terceira) organizou e ministrou trinta sessões de sensibilização sobre Igualdade de Género nas escolas: EBI da Praia da Vitória - Francisco Ornelas da Câmara, ES Jerónimo Emiliano de Andrade, Escola Profissional da

Praia da Vitória (Pólo de Angra do Heroísmo), Creche e Jardim-de-infância "O Ninho" na freguesia do Porto Judeu, EBS Tomás de Borba, EB1 de São Mateus, EB1 da Carreirinha e EB 1,2,3/JI de São Sebastião - Francisco Ferreira Drummond. Foram abrangidos 607 estudantes.

No âmbito da prevenção da violência no namoro foram realizadas 17 sessões nas escolas: ES Jerónimo Emiliano de Andrade, ES Vitorino Nemésio e EBI de Angra do Heroísmo. O total de participantes foi de 303 estudantes (153 do sexo feminino e 150 do sexo masculino) do 8.º ao 12.º ano de escolaridade, com idades compreendidas entre os 13 e os 21 anos.

O NIPCVD-SCMPV organizou os seguintes encontros formativos para docentes da ES Vitorino Nemésio, EBI da Praia da Vitória - Francisco Ornelas da Câmara e que integraram também professores/as das valências educativas da Santa Casa da Misericórdia da Praia da Vitória:

- Duas sessões sobre "Promoção de comportamentos saudáveis nos relacionamentos íntimos entre jovens";
- Duas sessões sobre "Igualdade de Género e Solidariedade entre Gerações" (30 formandos/as);
- Duas sessões sobre "Prevenção da Violência nas Relações Amorosas Juvenis" (60 formandos/as);
- Duas sessões sobre "Violência Doméstica e Prevenção dos Maus tratos infantis" (9 formandos/as).

Também foi organizada uma formação sobre "Maus tratos infantis", cujo público-alvo eram educadores/as de Infância, com o objetivo de sensibilizar para a problemática dos maus tratos infantis e prevenir o impacto da violência conjugal nos menores.

### - Ilha do Pico

O PLPCVD da Ilha do Pico organizou e ministrou as seguintes ações de informação/sensibilização sobre VD:

- EBS São Roque do Pico (envolveu 230 alunos/as);

- Apresentação do filme " Dou-te os meus olhos", realizada para jovens do 3º ciclo e

secundário da ilha (1138 alunos/as);

- EBS Lajes do Pico, Curso Tecnológico de Ação Social (4 formandas).

M12 - Organizar sessões de divulgação e debate nas escolas, para a promoção das

campanhas realizadas através de cartazes, de modo a aumentar a sua eficácia.

O I PRPCVD salientava a importância da prevenção, nomeadamente a necessidade de

implementar ações de prevenção que não contemplassem somente adultos mas que

se dirigissem também aos jovens, a médio e a longo prazo. Assim, foram desenvolvidas

ações centradas na promoção de valores como a igualdade e a cidadania, a tolerância

social e uma cultura pela não-violência, a eliminação de representações e de

estereótipos legitimadores de papéis sociais que geram violência e que perpetuam

relações desiguais no meio familiar, escolar e social. Assim e como é possível ver

abaixo, a medida foi executada.

2010

A DRIO, em parceria com a Direção Regional da Educação e Formação (DREF), com o

Centro de Formação da Associação de Escolas da Terceira, São Jorge e Graciosa, e com

o Centro de Formação da Associação de Escolas de São Miguel e Santa Maria,

desenvolveu, em 2010, 2011 e 2012, ações de formação "Desenvolvimento Positivo

das Relações de Género na Adolescência", dirigidas aos professores do ensino básico e

secundário. Pretendeu-se dotá-los de capacidades para trabalharem as questões da

prevenção das ações violentas entre indivíduos de sexo masculino e feminino a partir

da melhoria da qualidade das primeiras relações, no início da puberdade. Estas ações

nas escolas promoveram um espaço de reflexão acerca dos papéis sociais, com a

apresentação de opções de relação baseadas no respeito e na igualdade, pretendendo

igualmente reforçar a Campanha de Combate à Violência no Namoro que decorreu nos

anos de 2011 e 2012.

118

2011

A DRSSS, em parceria com a DREF e com o Centro de Formação de Professores da Ilha Terceira, São Jorge e Graciosa, promoveu ações de formação e sensibilização para docentes e outros agentes educativos. O objetivo dessas ações foi a consciencialização para realidades a que os alunos podem estar/ser sujeitos apresentando estratégias para lidar com as situações de violência. Por outro lado, pretenderam também divulgar a campanha de Prevenção "Diz Não à Violência no Namoro" tendo sido realizadas cinco ações sobre "Desenvolvimento Positivo nas Relações de Género na Adolescência" ministradas por uma técnica da DRSSS e uma técnica do CAM nos:

- Dias 6, 7 e 8 de julho (15 horas) para docentes dos estabelecimentos de ensino do concelho de Angra do Heroísmo (24 participantes);
- Dias 4, 5, e 6 julho (15 horas) para docentes dos estabelecimentos de ensino do concelho de Praia da Vitória (24 participantes);
- De 4 a 7 julho (25 horas) para pessoal não docente das EBS de Velas, Calheta e Topo em São Jorge (21 participantes);
- De 11 a 13 julho (15 horas) para docentes da EBS de Velas e Topo em São Jorge (16 participantes);
- De 13 a 15 julho (15 horas) para docentes dos estabelecimentos de ensino do concelho de Calheta em São Jorge (10 participantes).

2012

A DRSS, em parceria com a DREF, com o Centro de Formação de Professores da Ilha Terceira, São Jorge e Graciosa e com o Centro de Formação da Associação de Escolas do Faial, Pico, Flores e Corvo, voltou a promover ações de formação para docentes e outros agentes educativos destas ilhas no sentido de divulgar e promover a Campanha de Prevenção da Violência no Namoro.

119

Foram ministradas as seguintes ações sobre "Desenvolvimento Positivo nas Relações de Género na Adolescência" para:

- Docentes da EBI da Horta, ES Manuel Arriaga, EBS da Madalena no Faial (total de 18 docentes), com uma duração de 15 horas;
- Não docentes da EBI Horta (total de 6 participantes) com uma duração de 25 horas;
- Docentes da EBS Madalena do Pico, EBS de São Roque do Pico (total de 21 docentes), com uma duração de 15 horas;
- Não docentes da EBS Madalena do Pico, EBS de São Roque do Pico (total de 6 participantes) com uma duração de 25 horas;
- Não docentes da ES Jerónimo Emiliano Andrade, Creche da Cáritas da ilha Terceira, creche/JI Ninho, EBI de Angra do Heroísmo, EBI dos Biscoitos, EBI da Praia da Vitória, Infantário Carrocel, Irmandade Livramento, Jardim Infantil São Gonçalo na Terceira (total de 21 participantes) com uma duração de 25 horas;
- Não docentes da EBS da Graciosa na Graciosa (total de 12 participantes) com uma duração de 25 horas;
- Não docentes da EBS de Velas, EBS da Calheta e EBS do Topo em São Jorge (total de 21 participantes) com uma duração de 25 horas.

M13 - Incluir nos currículos escolares regionais até ao 3º ciclo, inclusive, um módulo de educação para a igualdade de género, a não-violência, em particular a Violência Doméstica, a aprendizagem da resolução não violenta de conflitos, o respeito pelas diferenças e a educação para os afetos.

Não foi possível efetuar um levantamento do número exato de turmas ou estudantes abrangidos pelas alterações feitas aos currículos escolares. No entanto, considera-se esta medida executada com base no Decreto Regulamentar Regional nº. 17/2011/A. Este Decreto Regulamentar estabelece o conjunto de competências-chave e aprova o referencial curricular para a educação básica, na RAA.

O currículo regional da educação básica organiza-se a partir de oito competências-chave entre elas a competência social e de cidadania que se define como: "a capacidade de conhecer, valorizar e respeitar os outros e o mundo, procurando uma harmonização entre direitos, interesses, necessidades e identidades individuais e coletivas. O desenvolvimento desta competência implica, ainda, a capacidade de participar de forma eficaz e construtiva em diferentes contextos relacionais, cooperando com os outros, exercendo direitos e deveres de forma crítica, responsável e solidária e resolvendo conflitos quando necessário, num quadro de defesa dos valores democráticos que garantem a vida em comum".

Assim, percebe-se facilmente que a alteração dos currículos passa a incluir a igualdade de género, o respeito pela diferença e a educação para a não-violência. Dentro da Competência Social e de Cidadania prevê-se que os referidos valores sejam incluídos nas várias disciplinas.

M14 - Criar um plano de ação transversal a todos os níveis de ensino, relativo à igualdade de género e Violência Doméstica.

A medida não foi executada, apesar de terem sido realizadas muitas ações de formação abordando as temáticas da Igualdade de Género e da Violência Doméstica nas escolas. Porém, estas ações não foram planeadas em articulação com a entidade da tutela.

M15 - Promover uma campanha de sensibilização contra a violência nas relações amorosas, particularmente no namoro.

Em 2010, a DRIO promoveu, em parceria como outras entidades, ações de formação com enfoque na temática da violência nas relações amorosas embora, nesse ano, ainda não estivessem enquadradas numa campanha regional. No entanto, já em 2011 e 2012, foi implementada um campanha de prevenção e combate à violência no namoro considerando-se por isso a medida executada.

121

#### 2010

Foram realizadas três ações de "Prevenção e Combate da Violência nas Relações Afetivo Juvenis", promovidas pela DRIO e ministradas nas escolas da ilha Terceira no:

- Dia 10 de fevereiro, ministrada em parceria com a UMAR Açores/CIPA (Delegação da Terceira), a PSP e a EBS Tomás de Borba (321 alunos/as);
- Dia 11 de fevereiro, ministrada em parceria com a UMAR Açores/CIPA (Delegação da Terceira), a PSP e a ES Vitorino Nemésio (312 alunos/as);
- Dia 12 de fevereiro, ministrada em parceria com a UMAR Açores/CIPA (Delegação da Terceira), a PSP e a ES Jerónimo Emiliano de Andrade (416 alunos/as).

No dia 18 maio, decorreu também um seminário na ilha Terceira, sobre "Prevenção da Violência nas Relações Juvenis", que contou com 217 participantes.

A DRIO, em parceria com a DREF, com o Centro de Formação de Associação de Escolas da Terceira, São Jorge e Graciosa e com o Centro de Formação da Associação de Escolas de São Miguel e Santa Maria, organizou duas ações de formação sobre "Desenvolvimento Positivo das Relações de Género na Adolescência" dirigidas aos professores do ensino básico e secundário. Esta ação foi ministrada pela Dr.ª Elena Allonso nos:

- Dias 25 e 26 de outubro, em São Miguel, incluiu 13 docentes dos Estabelecimentos de Ensino da Ilha de São Miguel (Escola Básica 2,3 Gaspar Frutuoso; Escola Básica Integrada de Ginetes; Escola Básica Integrada dos Arrifes; Escola Básica 2,3 Rui Galvão de Carvalho; Escola Básica Integrada Roberto Ivens; Escola B/JI Mons. João M. Amaral Ferreira Povoação; Escola B 2,3 Pe. João José do Amaral; EBI Canto da Maia; EBS Vila Franca do Campo; EBI Rabo de Peixe; Externato "A Passarada"; Colégio São Francisco Xavier) e DRIO;
- Dias 27 e 28 de outubro, na Terceira, incluiu 22 docentes dos estabelecimentos de ensino da Ilha Terceira (ES Vitorino Nemésio; EBI de Angra do Heroísmo; EBI Praia da Vitória; ES Jerónimo Emiliano de Andrade) e DRIO.

A DRIO promoveu ainda em parceria com a DRE, uma ação no dia 14 de janeiro, ministrada pela Dr.ª Susana Margarido, sobre "Violência Doméstica" e debate sobre o "Diário do Meu Segredo", com 35 docentes da EBI Roberto Ivens.

O NIPCVD-SCMPV promoveu, na ilha Terceira, uma ação de formação, com a duração de dois dias, sobre "Prevenção da violência no Namoro" para docentes, técnicos de intervenção social e alunos do ensino secundário. Também foram realizadas oito ações, dirigidas a oito cursos da Escola Profissional da Praia da Vitória (total de 93 alunos/as com idades entre os 15 e os 20 anos), nas quais foi abordada a temática da VD nas suas diferentes variantes (maus-tratos contra a mulher, violência nas relações afetivas juvenis) e foram distribuídos autocolantes com o objetivo de divulgar a Campanha de Prevenção "Diz Não à Violência no Namoro". Os cursos abrangidos foram: Técnico de Eletrónica, Técnico de Frio e Climatização, Técnico de Informática, Técnico de Instalações Elétricas, Técnico de Serviço de Mesa, Técnico de Eletricidade e Instalações, Técnico de Receção, Técnico de Produção Agrícola.

### 2011

A DRIO promoveu uma Campanha Regional intitulada "Não à Violência no Namoro" organizada em parceria com o NIPCVD-SCMPV. Esta campanha abrangeu todas as ilhas dos Açores, tendo sido distribuídos, nas escolas da Região, folhetos informativos, autocolantes, cartazes, e sido visionados vídeos de prevenção e realizadas ações de sensibilização sobre a temática. Foram também distribuídos postais alusivos à temática em restaurantes e espaços hoteleiros da RAA de forma a captar a atenção da população em geral.

Uma das atividades inseridas nesta campanha implicou a realização de ações de sensibilização e formação para jovens, com dinâmicas de world café e focus group:

- 18 sessões de esclarecimento direcionadas para jovens entre os 16 e os 21 anos, com uma duração de 1h30 por sessão, pretendendo desconstruir estereótipos de género, promover a igualdade nas relações amorosas, enfatizar os aspetos positivos numa relação amorosa e identificar comportamentos alternativos à violência. Estas sessões

decorreram de 14 de fevereiro a 17 de março na ilha Terceira, abrangendo um total de 537 pessoas.

Ainda na Ilha Terceira, a DRIO promoveu ações que foram ministradas em parceria com o NIPCVD-SCMPV e com a UMAR – Açores/CIPA (Delegação da Terceira):

- Quatro sessões na ES Jerónimo Emiliano de Andrade, envolvendo 263 alunos/as;
- Seis sessões na EBI Francisco Ornelas da Câmara, totalizando 113 alunos/as;
- Duas sessões na ES Vitorino Nemésio, envolvendo 25 alunos/as;
- Uma sessão na Escola Profissional da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo, envolvendo 40 formandos/as;
- Duas sessões na EBS Tomás de Borba, envolvendo 41 alunos/as;
- Duas sessões na Escola Profissional da Praia da Vitória, envolvendo 39 alunos/as.

O PLPCVD da Ilha da Graciosa desenvolveu uma ação intitulada "Prevenir a Violência nas Relações de Namoro" integrada nesta campanha, com a parceria da EBS da Graciosa (91 alunos/as) e que incluiu as seguintes atividades:

- De 7 a 11 de fevereiro, os alunos do 2.º e 3.º ciclo criaram cartazes sobre esta temática, na unidade curricular de cidadania;
- No dia 14 de fevereiro, os cartazes indicados acima foram afixados na Escola e também foram colocados cartazes cedidos pela DRIO. Foram projetados ainda dois vídeos (um cedido pela DRIO e outro criado pelo PLPCVD da Ilha da Graciosa), sobre os vários tipos de violência, os fatores de risco, entre outros aspetos importantes e distribuíram-se autocolantes alusivos à campanha a todos os alunos e docentes presentes;
- No dia 18 de fevereiro, os/as participantes que realizaram os cartazes foram premiados com bilhetes de cinema para a visualização do filme "*Megamind*" a exibir no dia 18 de março (bilhetes oferecidos pelo PLPCVD da Ilha da Graciosa e Câmara Municipal).

Foram entregues, nos restaurantes e hotel da ilha, postais para posterior distribuição pelos clientes.

O PLPCVD da Ilha de São Jorge desenvolveu, no dia 14 de fevereiro, a ação de Sensibilização "Relações Íntimas Juvenis", ministrada aos alunos das Escolas Básica e

Secundária de Velas e de Calheta, com um total de 98 participantes.

O PLPCVD da Ilha do Pico dinamizou, no dia 14 de fevereiro, uma ação de sensibilização para os/as jovens das três escolas da ilha, tendo sido afixados os

cartazes da campanha e distribuídos autocolantes, postais e panfletos pelos/as

estudantes.

O PLPCVD da Ilha das Flores ministrou, no dia 22 de fevereiro, uma ação de

sensibilização no âmbito desta campanha para os/as jovens da EBS da Ilha das Flores,

com o objetivo de sensibilizar os/as alunos/as para a problemática da violência nas

relações e promover relações saudáveis. Participaram nesta ação 93 estudantes.

2012

Realizou-se a 2ª Edição da Campanha Regional de combate à violência no namoro

intitulada "Na linguagem do Amor não há a palavra Violência", integrada no I PRPCVD.

À semelhança do ano anterior a campanha foi transversal à RAA, tendo sido articulada

entre a DRSSS e o NIPCVD-SCMPV, tendo envolvido várias entidades parceiras nas

diferentes ilhas.

O lancamento da campanha realizou-se no Salão Nobre da Santa Casa da Misericórdia

da Praia da Vitória no dia 14 de fevereiro. Nesse dia foram distribuídos, nos hotéis e

restaurantes da ilha, postais e "individuais" de refeição com um jogo lúdico alusivo à

promoção das relações saudáveis. Foram também distribuídos autocolantes em

estabelecimentos comerciais (floristas, perfumarias, etc.) e nos cafés locais (zonas

circundantes às escolas).

No dia 15 de fevereiro dinamizou-se uma tertúlia intitulada "Violência no Namoro:

Aprender a intervir", no Museu de Angra do Heroísmo, com a presença de 10 pessoas.

A DRSS e o NIPCVD-SCMPV também promoveram ações de sensibilização e informação

no âmbito desta campanha, nas seguintes escolas da ilha Terceira:

125

- ES Jerónimo Emiliano de Andrade, duas sessões no mês fevereiro, ministradas em parceria com a UMAR Açores/CIPA (Delegação da Terceira) (24 alunos/as);
- ES Vitorino Nemésio, três sessões nos meses de março e de maio (70 alunos/as);
- EBI de Praia da Vitória Francisco Ornelas da Câmara, sete sessões distribuídas nos meses de fevereiro e de março (131 alunos/as);
- Escola Profissional da Praia da Vitória, sete sessões no mês de março (127 alunos/as).

Também foram realizadas três sessões na Cáritas da ilha Terceira, nos meses de março e maio (35 participantes).

O PLPCVD da Ilha de Santa Maria desenvolveu várias atividades, no dia 14 de fevereiro, relativas a esta campanha de prevenção da violência no namoro:

- Na EBS de Santa Maria (EBSSM) foi projetado o filme "Amor a toda a prova" e distribuídas palavras cruzadas e panfletos alusivos à campanha. Foi ainda criado um mural em papel de cenário no qual os/as alunos/as completaram as frases "O amor é..." e "Namorar é..." com a sua própria definição de amor e de namoro. Este mural ficou afixado na escola e estima-se que tenham sido envolvidos um total de cerca de 100 alunos/as;
- Nos restaurantes da ilha foram entregues 42 cartões da campanha.

No período de 23 de fevereiro a 1 de março foram entregues desdobráveis sobre a violência no namoro e realizadas atividades de sensibilização, em vários momentos, que envolveram 129 alunos/as do 8º e do 10º ano das quais destacamos:

- O preenchimento de um questionário de crenças sobre violência no namoro;
- A leitura do "Diário da Luísa", uma adolescente que é vítima de violência por parte do namorado e respetiva discussão em grupos mais pequenos;
- Posteriormente, os trabalhos foram apresentados nas salas de aula incentivando o debate e a discussão.
- No final, foi novamente preenchido o questionário aplicado antes da atividade, no sentido de verificar mudanças ao nível das crenças.

O PLPCVD da Ilha da Graciosa entregou, no dia 14 de fevereiro, autocolantes às lojas do comércio local, com o objetivo de serem colocados nos embrulhos das prendas. Também foram distribuídos nos cafés, "individuais" com palavras cruzadas sobre o tema e foram entregues postais nos restaurantes e hotel da ilha e 100 bombons com mensagens alusivas à campanha. Estima-se que tenham sido abrangidas cerca de 400 pessoas.

No dia 17 de fevereiro, foi também realizada uma entrevista na Rádio Graciosa para dar a conhecer as campanhas de sensibilização "Não à Violência no Namoro" e a campanha de Carnaval "Existem Máscaras que Ninguém Deveria Aceitar".

O PLPCVD da Ilha do Pico procurou envolver os comerciantes locais na prevenção da violência no namoro, tendo distribuído autocolantes, panfletos e "individuais" de refeição pelos restaurantes da ilha.

O PLPCVD da Ilha de São Jorge, no âmbito desta campanha regional, produziu um cartão-de-visita (300 exemplares) com o intuito de divulgar o Polo Local e com a mensagem "Não te contentes com um namoro sem amor. Não aceites menos do que tu mereces", no qual são indicados contactos úteis. Estes cartões foram distribuídos por cerca de 300 alunos/as e professores/as das EBS de Velas e EBS da Calheta.

O PLPCVD da Ilha das Flores distribuiu autocolantes e panfletos, no dia 14 de fevereiro, com o objetivo de envolver os comerciantes locais numa prevenção ativa da violência no namoro.

Embora tenham sido realizadas atividades na ilha de São Miguel no âmbito desta campanha, não foi possível obter quaisquer dados para apresentar neste relatório.

Por todas as atividades supramencionadas, a medida foi considerada executada.

M16 - Promover ações específicas para rapazes adolescentes vítimas diretas ou indiretas de Violência Doméstica, procurando-se evitar a reprodução de papéis de agressão.

Esta medida não foi executada. Apesar da relevância das ações previstas nesta medida para a prevenção e combate à VD, não foram realizadas quaisquer atividades

específicas para rapazes adolescentes vítimas de VD durante a vigência deste I PRPCVD.

M17 - Promover ações específicas para raparigas adolescentes vítimas diretas ou indiretas de Violência Doméstica, no sentido de lutar contra a reprodução do papel

de vítima.

A medida não foi executada. Não foi possível apurar indicadores de execução desta medida embora seja evidente a sua importância combate à reprodução do papel de vítima.

M18 - Criar um Prémio Regional que promova o melhor trabalho artístico contra a Violência Doméstica.

Esta medida não foi executada pois não foi criado o prémio regional previsto na mesma. No entanto, na ilha do Pico foi organizado um Concurso para a criação de um logotipo para os PLPCVD da Região. Esta iniciativa foi promovida pelos PLPCVD em colaboração com a DRSS e diversas entidades públicas e privadas da ilha (IAS, Unidades de Saúde, IPSS´s, PSP, Serviços de Habitação, Santas Casas da Misericórdia e Escolas Básicas e Secundárias). Tinha como objetivo selecionar o melhor logotipo para os PLPCVD, que seria utilizado depois nos documentos administrativos, formulários e materiais de divulgação. Apesar dos esforços para a concretização deste concurso, não chegou a ser concluído até 2012.

M19 - Criar um Prémio Regional que promova o melhor trabalho ao nível da comunicação social contra a violência doméstica.

128

Em 2011, foi lançado um concurso destinado aos profissionais dos órgãos de comunicação social, subordinado ao tema da VD intitulado "Jornalismo contra a Violência Doméstica". Esta medida foi executada.

A SRTSS, através da DRSSS, promoveu o Concurso "Jornalismo Contra a Violência Doméstica" inserido no âmbito do I PRPCVD.

O concurso pretendeu reconhecer trabalhos jornalísticos que dão um forte contributo para a divulgação de uma mensagem de prevenção e combate a todas as formas de violência, em particular à VD, fomentando uma imagem não estereotipada das vítimas. Por outro lado, também pretendeu dar visibilidade e consciencializar o público em geral para este problema estimulando a maior participação das entidades públicas e privadas no combate à VD.

O concurso foi organizado pela Associação Cultural Burra de Milho em parceria com a RTP/RDP Açores, Viaoceânica, AzoresglobalTV e com o apoio da New Copy. Destinouse a pessoas individuais, entidades públicas e/ou e privadas dos Açores, com ou sem fins lucrativos e existiram 3 prémios pecuniários, para o 1º, 2º e 3º classificados de respetivamente 750 €, 500 € e 250 €.

As candidaturas decorreram entre outubro de 2011 e janeiro de 2012, tendo sido sete as candidaturas e oito os trabalhos apresentados. O trabalho premiado foi o Projeto "É Natal!... Outra Vez ", da autoria de Lília Almeida da RTP Açores. O segundo lugar foi para Bárbara Almeida que apresentou a concurso um trabalho que visou assinalar o Dia Internacional para a Eliminação da Violência Doméstica e, em terceiro lugar ficou a reportagem intitulada "Violência Doméstica" da autoria da jornalista Olivéria Santos.

Os resultados foram deliberados por um júri constituído por dois jornalistas, uma especialista na área da VD, um representante da DRSSS e um representante da Associação Cultural Burra de Milho.

Acedendo ao endereço <u>www.youtube.com/watch?v=kJEWYFVRonY</u>, é possível ver o *spot* publicitário deste concurso.

M20 - Identificar, com menção honrosa, empresas e organizações empregadoras que promovam ao nível da responsabilidade social, ações contra a violência doméstica.

Esta medida não foi executada. Todavia, foram estabelecidos protocolos e implementadas várias ações que não podemos deixar de realçar e que promoveram e demonstraram alguma sensibilidade das empresas para esta problemática, algumas delas com grande impacto.

De 20 de novembro a 14 de dezembro de 2012, para assinalar o Dia Internacional para a Eliminação da Violência Contra a Mulher (25 de novembro), o NIPCVD—SCMPV, através de protocolo de cooperação com a DRSS, promoveu em parceria com outras entidades, algumas iniciativas de prevenção da VD. A título de exemplo, identificam-se em seguida algumas ações que demonstram o envolvimento de empresas na prevenção e combate à VD:

- A RTP/RDP Açores colaborou com a transmissão do *spot* publicitário "Campanha Regional do Laço Branco". De igual modo, esta iniciativa contou com a colaboração de alguma empresas do ramo da eletrónica (Expert Susiarte) que concordaram em divulgar o *spot* da Campanha Regional Laço Branco Homens Contra a Violência Doméstica nos televisores das respetivas lojas.
- A Empresa SINAGA promoveu, no dia 18 de dezembro, o lançamento de uma Campanha de Prevenção da VD através de uma coleção de saquetas de açúcar com frases alusivas ao tema.
- Existiu o envolvimento de entidades públicas, como a PSP, que participou e organizou em várias operações de controlo de velocidade e de fiscalizações de trânsito, a "Operação STOP à Violência Doméstica", com o intuito de sensibilizar os automobilistas.
- Houve a distribuição de materiais alusivos à prevenção da VD, junto do comércio tradicional, no âmbito de várias iniciativas.

Uma vez que nenhuma das empresas e iniciativas foi identificada com menção honrosa, considerou-se que a medida não deveria ser considerada executada.

M21 - Promover ações de sensibilização e informação sobre Violência Doméstica específicas para jornalistas.

A medida foi considerada parcialmente executada uma vez que as ações desenvolvidas só foram realizadas na ilha de São Miguel.

Foi realizada, em julho de 2011, uma sessão de sensibilização, na ilha de São Miguel, com o formato de oficina de trabalhos sobre "Violência Doméstica". Os objetivos desta ação foram o reforço das competências para a abordagem da problemática da VD dotando os profissionais da Comunicação Social de ferramentas que lhes permitissem tratar estas questões no seu âmbito de ação. Esta ação teve uma duração de 7 horas e contou com a presença de 17 jornalistas (15 mulheres e 2 homens).

Desenvolveram-se outras três sessões de sensibilização, em São Miguel, sobre a mesma temática, dirigidas igualmente aos elementos da Comunicação Social. Estas sessões tiveram lugar nos locais de trabalho dos jornalistas e serviram não só para sensibilizar para a temática, mas também para possibilitar o levantamento de questões pertinentes destes profissionais. Nestas três sessões estiveram presentes 35 jornalistas (19 homens e 16 mulheres).

M22 - Desenvolver campanhas de informação dirigidas aos idosos, com recurso a meios mais eficazes de comunicação, como o teatro, no sentido da sua sensibilização em relação aos diferentes tipos de violência de que podem ser vítimas, nomeadamente a violência psicológica, os atos de negligência e a exploração económica.

Considerou-se a medida executada embora seja importante referir que foram desenvolvidas outras atividades nos Açores, no âmbito desta medida, porém não foi possível apurar dados sobre as mesmas.

As diversas iniciativas organizadas visaram valorizar o papel de todas as pessoas idosas na comunidade em que estão inseridas promovendo o convívio intergeracional de modo a potenciar relações reciprocamente mais ricas. Procuraram, por outro lado, chamar a atenção da população para a problemática da VD de que são vítimas muitas pessoas idosas, divulgando também as respostas existentes de apoio social. Em suma,

o objetivo foi a sensibilização da população para uma sociedade mais justa onde exista

lugar para todos e não exista lugar para a discriminação.

Em seguida serão apresentadas algumas das atividades desenvolvidas no âmbito desta

medida.

- Ilha de Santa Maria:

O PLPCVD da Ilha de Santa Maria realizou, entre 21 e 25 de junho de 2012, uma

atividade intitulada " Sol brilhante ao entardecer ", que teve como objetivos a

promoção de um envelhecimento ativo, no sentido da prevenção da violência;

sensibilizar para a VD, e debater formas de atuar perante situações de maus-tratos.

Nesse sentido, foram realizadas ações com pessoas idosas do Grupo Sénior de

Almagreira (15 pessoas) e do Recolhimento Santa Maria Madalena (8 pessoas). Foram

distribuídos marcadores de livros com contactos úteis.

Ilha de São Miguel

Durante o ano de 2011, a UMAR - Açores (Delegação de São Miguel) realizou duas

ações sobre Violência Doméstica cujo público-alvo foram pessoas idosas. Uma das

ações foi realizada com um Grupo de 13 idosas do Livramento e a outra ação no Lar da

Levada, totalizando 30 pessoas idosas de ambos os sexos.

- Ilha Terceira:

2010

Foram promovidos encontros intergeracionais envolvendo idosos de alguns centros de

convívio de freguesia e crianças de duas escolas da Ilha Terceira.

Estas iniciativas realizaram-se no âmbito da "Semana do Idoso", abrangeram mil e

trinta e cinco pessoas e contaram com a colaboração da DRIO, Câmara Municipal de

Angra do Heroísmo, Comando Regional dos Açores da PSP - Divisão Policial de Angra,

132

Escola Básica e Jardim-de-infância das Doze Ribeiras, Jardim-de-infância do Alto das Covas, Centro de Convívio da Feteira, Museu de Angra do Heroísmo (MAH), Recolhimento de Jesus Maria José (Mónicas) e Clube de Golfe da Ilha Terceira.

Assim, a DRIO associou-se à iniciativa da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo para assinalar o dia 1 de outubro de 2010 e promoveu uma ação de informação e sensibilização, distribuindo um folheto informativo e dinamizando uma dinâmica estabelecida entre as técnicas presentes e os participantes em pequenos grupos. Este folheto continha inúmeras informações e indicações nomeadamente os números de telefone a contatar em caso de emergência.

Foram ainda promovidos dois encontros intergeracionais, com a colaboração de todas as entidades parceiras anteriormente referidas, nos dias:

- 7 de outubro, com a visita dos alunos da pré-escola da EB1/JI Infante D. Henrique às idosas do Recolhimento Jesus Maria José e com a dinamização de algumas atividades conjuntas;
- 8 de outubro, com a atividade, em Angra do Heroísmo, que reuniu os alunos da Escola Básica das Doze Ribeiras e as pessoas idosas do Centro de Convívio da Feteira, numa iniciativa que contou também com o apoio do MAH e da Culturangra EEM.

Por outro lado, também foram realizadas as seguintes ações de sensibilização sobre Violência Doméstica dirigidas a pessoas idosas:

- Dia 15 de junho, no Centro de Convívio de Santa Bárbara (17 participantes);
- Dia 16 de junho, no Centro de Convívio das Doze Ribeiras (33 participantes);
- Dia 17 de junho, no Centro de Convívio de São Bartolomeu (10 participantes).

# 2011

O NIPCVD-SCMPV criou um Jogo de Cartões, designado "Jogo da Vida ", composto por um conjunto de perguntas acerca da vida da pessoa idosa bem como sobre a problemática da Violência Contra a Pessoa Idosa.

Realizaram-se 15 sessões de sensibilização em Centros de Convívio para pessoas Idosas/Lares de Acolhimento, por toda a ilha Terceira e em Santa Cruz das Flores:

- Dia 30 de junho, no Centro de Convívio do Porto Martins (20 participantes);
- Dia 4 de julho, no Centro de Convívio de Santa Luzia (13 participantes);
- Dia 11 de julho, no Bairro N. Sra. de Fátima (11 participantes);
- Dia 17 de julho, na Casa do Povo dos Biscoitos (16 participantes);
- Dia 18 de julho, na Casa do Povo do Cabo da Praia (20 participantes);
- Dia 30 de agosto, no Centro de Convívio da Casa da Ribeira (10 participantes);
- Dia 13 de setembro, no Centro de Convívio do Juncal (10 participantes);
- Dia 22 de setembro, no Centro de Convívio das Fontinhas (25 participantes);
- Dia 23 de setembro, no Centro de Convívio das Quatro Ribeiras (9 participantes);
- Dia 30 de setembro, no Centro de Dia da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo (20 participantes);
- Dia 30 de setembro, no Lar Residencial da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo (13 participantes);
- Dia 18 de outubro, na Casa do Povo do Porto Martins (32 participantes);
- Dia 19 de outubro, no Centro de Convívio da Agualva (22 participantes);
- Dia 24 de novembro, no Centro de Convívio da Vila Nova (22 participantes);
- Dia 9 de novembro, no Lar da Santa Casa da Misericórdia de Santa Cruz das Flores (16 participantes).

### - Ilha da Graciosa:

# 2011

O PLPCVD da Ilha da Graciosa elaborou um folheto dirigido a possíveis vítimas idosas. No folheto são indicados os contactos úteis bem como os tipos de maus-tratos e os sinais de alerta. Foram distribuídos 350 panfletos nos centros de convívio e durante a

ação de sensibilização sobre "Prevenção da Violência Doméstica contra Idosos". Foram abrangidas 52 pessoas (2 homens e 50 mulheres) que frequentavam os Centros de Convívio:

- Dia 2 de junho, no Centro de Convívio de S. Mateus;
- Dia 28 de junho, Centro de Convívio do Centro Social e Paroquial de Nossa Senhora da Luz;
- Dia 29 de junho, no Centro de Convívio da Vitória;
- Dia 11 de julho, no Centro de Convívio de Guadalupe;
- Dia 12 de julho, no Centro de Convívio de Santa Cruz;
- Dia 13 de julho, no Centro de Convívio da Ribeirinha.

Foi apresentada uma peça de teatro intitulada "Os 7 Pecados Capitais na Violência Doméstica contra Idosos/as", cujos atores eram pessoas idosas de centros de convívio (12 mulheres e um homem), numa iniciativa desenvolvida com a colaboração do Projeto Envelhecer com Dignidade. A peça dirigiu-se à população em geral e foi apresentada no período de 3 de outubro a 13 de novembro, nos seguintes locais:

- De 3 e 8 de outubro, no Centro Cultural da Graciosa;
- Dia 30 de outubro, na Casa do Povo de Guadalupe;
- Dia 6 de novembro, na Filarmónica União Luzense;
- Dia 13 de novembro, na Casa do Povo da Praia.

### 2012

Foram distribuídos, junto com os programas das festas locais, 150 folhetos dirigidos especificamente a possíveis vítimas idosas.

No dia 11 de junho foi apresentada a peça de Teatro " Os 7 Pecados Capitais na Violência Doméstica contra Idosos/as", no final do Encontro entre pessoas idosas dos vários centros de convívio da ilha Graciosa e de um grupo de pessoas idosas da ilha de São Miguel, que decorreu entre 9 e 11 de junho.

No dia 12 de dezembro foi ministrada, pelo PLPCVD da Ilha da Graciosa, uma ação de sensibilização, direcionada para os idosos dos vários centros de convívio da ilha, sobre o tema do "Envelhecimento Ativo e importância do Voluntariado integrada no II ciclo de Palestras informativas para a terceira idade". Foi promovida pelo Projeto Envelhecer com Dignidade e abrangeu cerca de 200 pessoas idosas.

# - Ilha do Pico:

### 2011

O PLPCVD da Ilha do Pico elaborou um folheto dirigido a possíveis vítimas idosas tendo sido impressos 250 exemplares. No folheto são indicados os contactos úteis bem como os tipos de maus-tratos e os sinais de alerta e foi distribuído durante uma ação de informação e sensibilização sobre "Violência Doméstica - Violência contra a pessoa idosa", para pessoas idosas dos Centros de Convívio da Madalena (81 pessoas idosas) e das Lajes do Pico (43 pessoas idosas). A ação realizou-se nos dias 20 e 21 de junho, para assinalar o Dia Mundial do Combate à Violência Contra o Idoso/a (15 de junho).

#### 2012

De abril a setembro foram realizadas ações de informação e sensibilização nos centros de convívio da Ilha do Pico sobre "Violência Contra a Pessoa Idosa". Os idosos/as dos Centros de Convívio confecionaram flores com mensagens alusivas ao tema. Estas ações foram desenvolvidas em onze centros de convívio, nos quais também foram distribuídos folhetos. Contabilizou-se a participação de 148 pessoas idosas (108 mulheres e 40 homens).

### - Ilha das Flores e do Corvo

#### 2011

O PLPCVD da Ilha das Flores, em parceria com a Santa Casa da Misericórdia de Santa Cruz das Flores, elaborou um folheto dirigido a possíveis vítimas idosas. No folheto são indicados os contactos úteis, bem como os tipos de maus-tratos e os sinais de alerta tendo sido impressos 350 exemplares que foram distribuídos nos Centros de Convívio de Ponta Delgada, Fajã Grande, Lajes e Santa Cruz, pela Santa Casa da Misericórdia das Lajes das Flores, Santa Casa da Misericórdia de Santa Cruz das Flores e na Feira das Atividades Económicas bem como no SAS Local.

Foram realizadas ações de prevenção da Violência contra a Pessoa Idosa no:

- Dia 29 de julho, na Santa Casa da Misericórdia de Santa Cruz das Flores (15 pessoas idosas);
- Dia 17 de outubro, no Centro de Convívio da Casa do Povo de Ponta Delgada das Flores (20 pessoas idosas);
- Dia 18 de outubro, no Centro de Convívio da Casa do Povo das Lajes das Flores (23 pessoas idosas);
- Dia 19 de outubro, no Centro de Convívio da Casa do Povo da Fajã Grande (4 pessoas idosas).

#### 2012

Em 2012, foi realizada uma ação de sensibilização intitulada "Novas Formas de Viver a Velhice", na Santa Casa da Misericórdia de Santa Cruz das Flores (12 participantes), que teve como objetivos a promoção do bem-estar e o combate à VD.

Foram ainda distribuídos, na ilha do Corvo, pelos elementos da Santa Casa da Misericórdia da Ilha do Corvo, do posto de saúde e da GNR, cerca de 300 folhetos sobre VD contra pessoas idosas.

**CONTEXTO 5: APROFUNDAR O CONHECIMENTO** 

Síntese e análise da execução do Contexto 5

Tal como é afirmado no I PRPCVD "o aprofundamento do conhecimento na área da Violência Doméstica, segundo critérios de rigor científico e interdisciplinaridade, é hoje assumido internacionalmente como uma das dimensões fundamentais para a adoção

de políticas e a intervenção eficiente na sua prevenção e combate sustentado".

Nesse sentido, verificou-se um esforço para executar este contexto composto por quatro medidas. Apenas uma das medidas não foi executada, dizendo respeito à organização de um Observatório Regional da Violência Doméstica. Assim, a taxa de

execução do Contexto 5 foi de 75%.

Convém ainda referir que algumas medidas foram iniciadas já no final da vigência do

plano prevendo-se a sua conclusão durante o II PRPCVD.

Considerou-se que algumas boas práticas foram implementadas, destacando-se a assinatura de Protocolos estabelecidos com várias entidades nacionais e internacionais, por exemplo universidades e a publicação de suportes instrumentais

facilitadores da ação dos/as técnicos/as para os apoiar na intervenção na RAA.

M1 - Dar continuidade ao conhecimento já obtido, no sentido de efetuar uma adequada monitorização do fenómeno e consequente avaliação das medidas

adotadas.

Tal como foi referido em medidas apresentadas anteriormente, em 2010 foi criado o Sistema de Informação e Monitorização do fenómeno da VD na RAA, efetivamente implementado a partir de janeiro de 2011.

Com a criação desta Base em plataforma *online*, passou a existir um registo atualizado de todas as situações de maus-tratos às quais as diferentes equipas técnicas da Região deram resposta. Este instrumento foi criado com o intuito de dar continuidade ao trabalho desenvolvido, acompanhando e supervisionando as práticas executadas.

A publicação de um estudo de caracterização das vítimas de VD nos Açores, apoiado pela Secretaria Regional da Solidariedade Social, não foi possível durante a vigência deste I PRPCVD. O preenchimento *online* da base de dados apenas foi iniciado em janeiro de 2011 significando que, para considerar um período de não menos de três anos para análise, a exportação dos dados apenas poderá ser realizada em janeiro de 2014 de modo a obter essa abrangência temporal um pouco maior.

Assim, considera-se que a medida foi executada embora não esteja concluída pois, com este estudo que será publicado no âmbito do II PRPCVD, pretende-se efetivamente caraterizar e aprofundar o conhecimento sobre as vítimas, os agressores e o tipo de agressão, de modo a tornar mais eficiente a intervenção e acompanhamento futuros.

Por fim, a DRSS apoiou uma pesquisa de doutoramento que está a ser desenvolvida na Universidade de Coimbra, ainda não terminada, sobre a prevalência da violência no namoro na adolescência, que inclui a RAA. Nesse sentido, o NIPCVD - SCMPV apoiou a recolha de dados na RAA.

M2 - Aprofundar o conhecimento em áreas e dimensões novas, de modo a tornar mais eficiente a intervenção futura.

A medida foi executada pois, ao longo da vigência do I PRPCVD, houve a preocupação de aprofundar o conhecimento sobre a problemática da VD e, principalmente, no sentido de criação de suportes instrumentais facilitadores da ação dos técnicos, para os apoiar na intervenção, quer no atendimento a vítimas de violência, quer no âmbito dos projetos-piloto criados pelo Governo Regional, a referir:

 2º edição revista e atualizada do Manual Alcipe para o atendimento de mulheres vítimas de violência, APAV (editado em 2010);  Breve Manual de trabalho do Programa de Reabilitação de Agressores em Contexto de Violência Doméstica (2010);

• Guia de Redução do Impacto da Violência Conjugal sobre os Menores (2011)

M3 - beneficiar do conhecimento existente para outras realidades, procurando criar articulações com agentes nacionais e internacionais afins.

A implementação do Programa Contigo revelou-se uma mais-valia para todas as instituições que intervêm na área da violência conjugal, quer com os agressores, quer com as vítimas.

Como a aplicação do projeto se vai manter para além do I PRPCVD, a articulação estabelecida entre as instituições garante a existência de um fluxo de informação contínuo que permite uma maior monitorização e controlo do comportamento dos agressores sob alçada judicial e, consequentemente, uma maior (e mais imediata) proteção às vítimas, com maior rentabilização dos recursos existentes. Também permitiu o estabelecimento de parcerias na intervenção, tornando o processo de sinalização das vítimas de violência mais célere.

Aquando do início da implementação deste programa, foram contratualizadas com a Unidade de Investigação Aplicada de Justiça e Violência (coordenada pelo Professor Rui Abrunhosa Gonçalves) da Universidade do Minho (UM), quatro tipos de ações: um programa de avaliação que abrangesse todo o ciclo de desenvolvimento do Programa, com incidência nos processos e nos resultados; o suporte técnico à construção do módulo Psicoeducacional aplicado às vítimas no âmbito do Programa Contigo; a validação dos conteúdos do módulo Psicoeducacional aplicado aos agressores no âmbito do Programa Contigo; e finalmente, uma supervisão prática da ação com a construção de soluções para dificuldades detetadas, estratégias de abordagem motivacional a vítimas e agressores, etc.

Na prática, estas ações preveem: a realização de um encontro, no mínimo anual, nos Açores, com o Professor Doutor Rui Abrunhosa Gonçalves; a análise de informação escrita remetida à Universidade do Minho, para análise e avaliação pela Unidade de

Investigação Aplicada de Justiça e Violência, para a definição e construção de estratégias específicas.

Pelas razões acima referidas e pelo sucesso e mais-valias decorrentes deste projeto nos Açores, a DGRS e a CIG, em parceria com o Centro de Investigação do Núcleo de Estudos e Intervenção Cognitivo-Comportamental da Universidade de Coimbra, desenvolveram o Programa para Agressores de Violência Doméstica (PAVD) já no âmbito do IV Plano Nacional Contra a Violência Doméstica.

Este programa nacional foi desenvolvido tendo por base os pressupostos do Programa Contigo. Surge assim, na sequência do projeto da RAA, e como é afirmado pelo Dr. Daniel Rijo e pela Dra. Marta Capinha<sup>8</sup> "o PAVD baseia-se nos princípios da abordagem motivacional e inclui um programa de grupo Psicoeducacional (20 sessões semanais) que visa conduzir os participantes à assunção de responsabilidade pelo seu comportamento abusivo e à alteração do padrão de interação nas relações conjugais" referindo que foi criado "com base no modelo teórico desenvolvido no âmbito do programa congénere da RAA (Rijo et al., 2007)". (Rijo & Capinha, 2012)

Esta é a evidência de que a articulação com agentes nacionais e internacionais poderá beneficiar e beneficia efetivamente do conhecimento existente em algumas realidades, podendo ser aplicado a outras. Assim, a medida foi considerada executada.

M4 - Deverá ser organizado um Observatório Regional da Violência Doméstica, que recolha, trate, analise toda a informação pertinente e produza conhecimento que permita monitorizar a evolução do fenómeno, em todas as suas dimensões e tipos de vítimas e agressores, apoiar a definição de políticas e a adoção de medidas no sentido de prevenir e combater a Violência Doméstica.

Esta medida não foi executada pese embora a sua importância para a monitorização e acompanhamento da evolução do fenómeno no arquipélago.

\_

<sup>&</sup>lt;sup>8</sup> artigo intitulado "A reabilitação dos agressores sexuais: Dos modelos tradicionais de reabilitação ao Programa Português para Agressores de Violência Doméstica (PAVD)" publicado na Revista *Ousar integrar - revista de reinserção social e prova*, nº11.

# **ANÁLISE FINANCEIRA (2010, 2011, 2012)**

	Contextos I PRPCVD	2010	2011	2012	Total	%
C 1	INTERVENÇÃO PROXIMIDADE E SITUAÇÕES DE RISCO	17.572,00€	119.600,00€	93.500,00€	230.672,00€	15,10%
<b>C</b> 2	PROTEGER AS VÍTIMAS E EVITAR (RE)VITIMIZAÇÃO	432.734,74€	185.372,40€	76.850,00€	694.957,14€	45,50%
8	СОМВАТЕ	66.283,69€	17.831,00€	17.500,00€	101.614,69€	6,64%
C 4	PREVENÇÃO	189.260,53€	127.683,00€	138.915,40€	455.858,93€	29,82%
C 5	APROFUNDAR O CONHECIMENTO	32.342.88€	10.280.00€	2.500,00€	45.122,88€	2,94%
	TOTAL FINAL	738.193,84 €	460.766,40€	329.265.40€	1.528.225,64€ *	100%

<sup>\*</sup>Fonte de Financiamento: Orçamento da Região Autónoma dos Açores

A execução do Plano Regional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica (2010-2012) implicou um investimento de 1 528 226€ proveniente do Orçamento da Região.

O valor mais elevado (738 194€) remonta ao ano de 2010, o que se justifica pelo investimento inicial na implementação dos núcleos de atendimento e apoio a vítimas de violência doméstica e dos centros de acolhimento de emergência criados no âmbito dos PLPCVD alargando assim, a todas as ilhas, a taxa de cobertura das estruturas vocacionadas para intervir nesta problemática.

Efetuando uma análise por contextos de intervenção, verifica-se um maior investimento no Contexto 2 " Proteger as Vítimas e Evitar a (Re)vitimização", com 694 957€ (cerca de 50%), justificado pela expansão dos núcleos e casas de abrigo e a

implementação e alargamento a toda a Região de programas dos quais se destaca o Programa Contigo.

O investimento no contexto da "Prevenção" foi de 455 859€ (cerca de 30% do total), destacando-se a campanha Regional "Não Fique na Sombra Contra a Violência – Denuncie" bem como as inúmeras campanhas de informação e sensibilização que abrangeram não só a população em geral mas também grupos específicos como jovens, mulheres e idosos.

O contexto "Aprofundar o Conhecimento " contou com 45 123€, correspondendo a apenas 2,9% da despesa total. No entanto, destacamos a publicação da 2ª edição revista e atualizada do "Manual do Alcipe", bem como do "Guia de Intervenção Impacto da violência conjugal sobre crianças e jovens".

### BIBLIOGRAFIA PUBLICADA E SEMINÁRIOS ORGANIZADOS NA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

#### **Livros**

- Silva, S. S. (2012). Violência, desvio e exclusão na sociedade micaelense oitocentista: (1842-1910) (vol.2 e vol.3). Ponta Delgada: Centro de História de Além-Mar.
- Simas, R. M. N. (2003). A mulher nos Açores e nas comunidades (Vol. IV). Ponta Delgada: Autor.
- Sousa, A. I. (2005). A História da Problemática da Mulher. Ponta Delgada: Autor.
- Sousa, A. I. (2002). As mulheres e a violência doméstica. Ponta Delgada: UMAR -Açores.
- Rocha, G., Medeiros, O., Tomás, L., Madeira, A. & Borralho, Á. (1999). A situação das mulheres nos Açores. Ponta Delgada: Assembleia Legislativa Regional dos Açores.
- UMAR Açores. (1998). SOS Mulher: Serviço de apoio à mulher vítima de violência. Ponta Delgada: Autor.
- UMAR Açores (2003). Projecto igualdade de género, direitos e cidadania: relatório / Delegação Regional dos Açores [da] União de Mulheres Alternativa e Resposta. Ponta Delgada: Autor.

#### Relatórios científicos:

- Lisboa, M. (Coord.), Miguens, F., Cerejo, D. & Favita, A. (2009). Inquérito
   Violência de Género Região Autónoma dos Açores. Lisboa: Faculdade de
   Ciências Humanas, Cesnova e R.A.A. Disponível em
   <a href="http://www.azores.gov.pt/NR/rdonlyres/308EA750-718D-4514-B98C-BFC9CDD9D50C/508435/RelatrioFinal-Vol I.pdf">http://www.azores.gov.pt/NR/rdonlyres/308EA750-718D-4514-B98C-BFC9CDD9D50C/508435/RelatrioFinal-Vol I.pdf</a>
- Rocha, G., Lalanda, P. (Coords.), Caldeira, S., Sousa, Á., Palos, A. & Soares, D. (2010). A Violência Doméstica na Região Autónoma dos Açores Estudo sóciocriminal. Cadernos da Administração Interna. Coleção dos Direitos Humanos e Cidadania. s.l.: Ministério da Administração Interna Direção Geral da Administração Interna. Disponível em <a href="http://www.dgai.mai.gov.pt/files/conteudos/ViolenciaDomesticaAcoresPT.pdf">http://www.dgai.mai.gov.pt/files/conteudos/ViolenciaDomesticaAcoresPT.pdf</a>

#### **Artigos e Comunicações Científicas:**

 Lalanda, P. (2005). Combater a violência "Portas Adentro": um dever de cidadania. Congresso da cidadania (Vol. II), 35-41. Região Autónoma dos Açores: Gabinete do Ministro da República.

#### Dissertações:

- Freitas, G. C. (2012). Mulheres sobreviventes de violência conjugal: perspetivas sobre o início de novas relações (Dissertação de Mestrado não publicada em Psicologia da Educação). Ponta Delgada: Universidade dos Açores.
- Silva, M. D. C. (2011). Perceção dos alunos sobre os conflitos e violência: Um estudo em escolas do 3º ciclo dos Açores. (Dissertação de Mestrado não publicada em Administração e Gestão Educacional). Lisboa: Universidade Aberta.

#### Manuais:

- APAV Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (2010). Manual Alcipe para o atendimento de mulheres vítimas de violência. Ponta Delgada: Governo dos Açores (SRTSS – DRIO).
- Centro Comunitário de Apoio à Mulher (1999). Guia para Técnicos na Intervenção Contra a Violência Doméstica. Ponta Delgada: Autor
- Escudero, V. et al (2011). Impacto da violência conjugal sobre crianças e jovens
   Guia de Intervenção. Corunã: Unidad de Investigación en Intervención y
   Cuidado Familiar, Facultad de Enfermería y Podologia. Universidade da Coruña,
   Fundación Meniños, Centro de Terapia Familiar e Intervenção Sistémica.
- Leão, J. N., Ferreira, N., Pinto, F. & Arruda, R. (2010). Programa de Reabilitação de Agressores em Contexto de Violência Doméstica. Ponta Delgada: Rede de Apoio Integrado à Mulher em Situação de Risco – Instituto de Ação Social (publicação em formato pdf).

#### Atas de seminários:

 Secretaria Regional dos Assuntos Sociais: Comissão Consultiva Regional para os Direitos das Mulheres (2002). Prevenir a violência doméstica trabalhando em rede: Atas do Seminário realizado em Ponta Delgada, 29 e 30 de Novembro de 2001. Ponta Delgada: Autor.

#### **Congressos e seminários:**

- Ciclo de Debates 2012: Retratos da Violência Doméstica nos Açores.
   Organização do Centro de Estudos Sociais da Universidade dos Açores (CES-UA)
   em parceria com o Núcleo Regional dos Açores Associação Portuguesa de Sociologia (NRA-APS), e a Fundação Gaspar Frutuoso, desenvolvido nas Ilhas da Terceira, Faial, Pico e São Miguel.
- Seminário: Prevenir a Violência Doméstica Trabalhando em Rede. Organização da Comissão Consultiva Regional para os Direitos das Mulheres, realizado em Ponta Delgada nos dias 29 e 30 de novembro de 2001.

#### **Outras Publicações:**

- Margarido, S. T. (2009). Diário do Meu Segredo. Ponta Delgada: Direção
   Regional da Igualdade de Oportunidades.
- Margarido, S. T. (2008). Uma Oportunidade para a mudança. Ponta Delgada:
   Instituto de Ação Social.

## **ANEXOS**

Lista de siglas utilizadas

ACC - Associação Crescer em Confiança

AJISM - Associação Juvenil da Ilha de Santa Maria

APAV - Associação Portuguesa de Apoio à Vítima

APQE - Agência para a Qualificação e Emprego

ATL - Atelier de Tempos Livres

CAM - Centro de Apoio à Mulher de Ponta Delgada

CAOPES - Centro de Atendimento Ocupacional de Promoção de Emprego Social

CDIJ - Centro de Desenvolvimento e Inclusão Juvenil

CIG - Comissão para a Cidadania Igualdade de Género

CIPA-Novo Dia - Centro de Informação, Promoção e Acompanhamento de Políticas de Igualdade

CITE - Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego

CPCJ - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

CSPNSO - Centro Social e Paroquial de Nossa Senhora de Oliveira

CTFIS - Centro de Terapia Familiar e Intervenção Sistémica

CTTS - Ocupação Temporária de Trabalhadores Beneficiários de Subsídio de Desemprego

DAS - Divisão de Ação Social

DGRS - Direção Geral de Reinserção Social

DGRSP - Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais

DRAIC - Direção Regional de Apoio ao Investimento e Competitividade

- DREF Direção Regional da Educação e Formação
- DRH Direção Regional da Habitação
- DREQP Direção Regional do Emprego e Qualificação Profissional
- DRIO Direção Regional da Igualdade de Oportunidades
- DRJ Direção Regional da Juventude
- DRSS Direção Regional da Solidariedade Social
- DRSSS Direção Regional da Solidariedade e Segurança Social
- EBI Escola Básica e Integrada
- EB1/JI Escola Básica 1.º ciclo/Jardim-de-infância
- EBS Escola Básica e Secundária
- FIOS Formar, Inserir e Ocupar Socialmente
- FSE Fundo Social Europeu
- GNR Guarda Nacional Republicana
- IAS Instituto de Ação Social
- IDSA Instituto para o Desenvolvimento Social dos Açores
- Impacto Impacto da Violência Conjugal sobre os Menores
- IPSS Instituição Particular de Solidariedade Social
- IRS Instituto de Reinserção Social
- MP Ministério Público
- NIPCVD SCMPV Núcleo de Iniciativas de prevenção e combate à Violência
- Doméstica da Santa Casa da Misericórdia de Praia da Vitória
- ONG Organização Não-Governamental

PAVD - Programa de Agressores de Violência Doméstica

PLPCVD - Polo Local de Prevenção e Combate à Violência Doméstica

PNCVD – Plano Nacional Contra a Violência Doméstica

Programa Contigo - Programa de Reabilitação para Agressores em Contexto de Violência Doméstica

PROSA - Programa Social de Ocupação de Adultos

PRPCVD – Plano Regional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica

PSP - Polícia de Segurança Pública

RAA - Região Autónoma dos Açores

RAIMSR - Rede de Apoio Integrado à Mulher em Situação de Risco de São Miguel

RSI - Rendimento Social de Inserção

SAS - Serviço de Ação Social

SRSS - Secretaria Regional da Solidariedade Social

SRTSS - Secretaria Regional do Trabalho e Solidariedade Social

TAC - Terceira Automóvel Clube

UMAR - União de Mulheres Alternativa e Resposta

VD - Violência Doméstica

# PLANO REGIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA<sup>9</sup>

**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES** 

 $<sup>^{9}</sup>$  Aprovado pela Resolução do Conselho do Governo nº 50/2010 de 19 de maio.

PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL

Resolução do Conselho do Governo n.º 50/2010 de 19 de Março de 2010

Considerando que o combate ao fenómeno da violência doméstica constitui uma das

prioridades do Governo dos Açores desde 1996;

Considerando que o "Inquérito sobre a Violência de Género nos Açores " possibilitou um

melhor conhecimento sobre a prevalência real do fenómeno na Região, bem como, confirmou

que nos Açores, como em qualquer outro lugar, a violência doméstica, vítima diversos sub-

universos de pessoas, sejam adultas ou crianças, sejam do sexo masculino ou feminino;

Atendendo que, no entanto, as mulheres continuam a ser o grupo onde se verifica a maior

parte das situações de violência doméstica, assumindo-se assim, claramente, como uma

questão de violência de género;

Considerando, ainda, as recomendações do Conselho da Europa no que respeita à necessidade

de uma abordagem global e integrada de todas as dimensões, envolvidas no fenómeno, desde

a protecção e apoio às vítimas, a punição e, sempre que possível, a reabilitação dos agressores;

a formação dos técnicos; a promoção de acções de prevenção; a recolha sistemática de dados;

a avaliação e a implementação das medidas e a articulação de todos os actores sociais e áreas

envolvidos;

Neste contexto, o X Governo Regional dos Açores procedeu à elaboração de um instrumento

jurídico que, de forma concertada, prevê um conjunto de medidas e acções contra qualquer

tipo de violência doméstica, denominado como Plano Regional de Prevenção e Combate à

Violência Doméstica nos Açores.

O Plano Regional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica constituirá, nos próximos 3

anos, um instrumento político fundamental de intervenção, definindo como principais

orientações estratégicas dar prioridade ao diagnóstico das situações de risco, tomar medidas

imediatas de protecção das vítimas e evitar novas ocorrências; adoptar uma perspectiva

holística na compreensão e intervenção em todos os níveis; propor medidas que articulem as

boas práticas realizadas a nível regional, com os parâmetros já delineados, quer nos planos

nacionais, quer nas instâncias internacionais; articular a intervenção de todos os agentes

locais, numa lógica de proximidade com as situações de violência e de rapidez e continuidade

6

na acção e adoptar uma orientação rigorosa em todos os domínios, com a consequente

avaliação e monitorização continuadas das medidas propostas.

Nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 90.º do Estatuto Político-Administrativo da Região

Autónoma dos Açores, o Conselho do Governo resolve:

1. Aprovar o Plano Regional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica (2010 – 2012),

constante do anexo à presente Resolução da qual faz parte integrante.

2. Incumbir a Direcção Regional da Igualdade de Oportunidades da coordenação,

acompanhamento e execução das medidas constantes do Plano referido em 1, em estreita

colaboração com os demais serviços, organismos e Organizações não Governamentais,

directamente envolvidos na sua execução.

3. Os vários departamentos do Governo Regional envolvidos na execução das medidas que

integram o Plano Regional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica deverão, no âmbito

das respectivas dotações orçamentais, incluir as acções e proceder às diligências necessárias.

4. A presente resolução entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovada em Conselho do Governo Regional, em Ponta Delgada, em 10 de Março de 2010.

O Presidente do Governo Regional, Carlos Manuel Martins do Vale César.

- Plano Regional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica - PRPCVD Região Autónoma

dos Açores

Índice

Capitulo I. Princípios orientadores e linhas estratégicas

Capitulo II. Fundamentação

Capitulo III. Coordenação global e intervenção de proximidade

Subcapítulo III.I Da coordenação regional

Subcapítulo III.II Da intervenção de proximidade

Capitulo IV. Situações de risco

7

Capitulo V. Proteger as vítimas e evitar a revitimização

Capitulo VI. Combate

Capitulo VII. Prevenção

Capitulo VIII. Aprofundar o conhecimento

Capitulo IX. Avaliação e monitorização

#### Capitulo I. Princípios orientadores e linhas estratégicas

No seguimento do X Programa do Governo Regional que aponta para a necessidade de consolidação de uma política de prevenção e combate à violência doméstica de forma transversal, promovendo uma cultura para a cidadania e para a igualdade, através do reforço de campanhas de informação e de formação, bem como, do apoio e acolhimento das vítimas para uma melhor reinserção e autonomia, surge o Plano Regional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica.

O Plano Regional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica, na Região Autónoma dos Açores, tem como principal finalidade dar uma resposta integrada e articulada no combate à violência doméstica na Região.

As recomendações do Conselho da Europa, aprovadas em Conselho de Ministros dos Estados Membros, em 2008, resultantes da proposta elaborada pela Task Force to Combat Violence against Women, including Domestic Violence, são claras ao referir que o combate e prevenção implicam uma abordagem abrangente, global e integrada de todas as dimensões, como sejam: protecção e apoio às vítimas; punição e, sempre que possível, recuperação dos agressores; formação de técnicos que mais directamente lidam com a situação; acções de prevenção de futuros casos de violência; recolha sistemática de dados e elaboração de estudos, que permitam conhecer o fenómeno em todas as suas dimensões e níveis de profundidade, bem como seguir e avaliar a implementação das medidas; e articulação de todos os actores sociais e áreas envolvidos, estimulando o desenvolvimento de redes locais, regionais, nacionais e internacionais, que melhorem a eficiência da resolução do problema.

Nesse sentido, o Plano Regional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica constitui um instrumento político fundamental de intervenção e define como principais orientações estratégicas: dar prioridade ao diagnóstico das situações de risco e tomar medidas imediatas de protecção das vítimas e evitar novas ocorrências; adoptar uma perspectiva holística na compreensão e intervenção em todos os níveis, a começar pelo local; articular medidas a curto prazo com outras a médio e longo prazo; propor medidas que articulem as boas práticas realizadas a nível regional, com os parâmetros já delineados, quer nos planos nacionais, quer nas instâncias internacionais, particularmente das que Portugal é membro; articular a intervenção de todos os agentes locais que possam ajudar a dar uma resposta eficiente, numa lógica de proximidade com as situações de violência e de rapidez e continuidade na acção, nomeadamente nos casos de vítimas em situação de risco; adoptar uma orientação rigorosa em todos os domínios, com a consequente avaliação e monitorização continuadas das medidas propostas.

O estabelecimento de uma estratégia rigorosa e eficiente para combater a Violência Doméstica deverá assentar, obrigatoriamente, numa clara definição do que se entende por violência doméstica no âmbito deste Plano.

Tal definição tem por referência o estipulado no artigo 152º do Código Penal (Lei nº 59/2007), bem como a Lei nº 112/2009, de 16 de Setembro, procurando integrar no conceito as

dinâmicas socioculturais que estão na origem da produção e reprodução da violência doméstica, não a reduzindo a uma perspectiva de criminalização.

O termo "doméstica" começa a surgir na literatura científica e nas políticas públicas, quando os primeiros estudos nacionais e internacionais mostraram que a violência exercida contra as mulheres era perpetrada maioritariamente por homens, ocorria sobretudo no espaço da "casa", particularmente ao nível das relações conjugais, e que só uma percentagem muito diminuta das vítimas recorria às polícias e tribunais.

As recomendações do Conselho de Ministros dos Estados Membros do Conselho da Europa [Rec (2002)5] incluem a dimensão "doméstica" na definição da violência contra as mulheres em geral, abrangendo aquela a que "ocorre na família ou na unidade doméstica", relativamente aos actos de "agressão e abuso, físicos e psicológicos", "violação e abuso sexual", "incesto", "violação ente cônjuges, regulares ou ocasionais habitantes da unidade doméstica", "crimes cometidos em nome da honra", "mutilação genital feminina e outras práticas tradicionais humilhantes para as mulheres, como o casamento forçado".

Face à necessidade de tornar mais visíveis os actos de violência, ocultados na esfera da vida privada do espaço doméstico, começam a ser tomadas medidas específicas nesse sentido e o seu combate emerge como uma das prioridades dos governos.

Em alguns países, o conceito de violência doméstica está referenciado com a violência contra as mulheres, como em Espanha; em outros, por vezes apressadamente, juntaram-se-lhes, cumulativamente, os jovens e os idosos.

À luz do conhecimento entretanto obtido, particularmente os estudos da violência exercida contra homens e mulheres, fica mais claro que a violência doméstica tem sobretudo uma componente de género, que afecta maioritariamente as mulheres, enquanto intérpretes dos papéis femininos. Nas relações íntimas entre pessoas do mesmo sexo, normalmente a violência doméstica também ocorre associada aos mesmos papéis de género.

Assim, o conceito de violência doméstica deverá começar por abranger os actos de violência física, psicológica e sexuais perpetrados contra as mulheres, em todos os escalões etários, e os jovens e idosos cuja vitimação decorra desta condição, independentemente do sexo. Este conceito deverá igualmente incluir os actos que ocorram entre pessoas de sexos diferentes, ou do mesmo, no âmbito de relações análogas às dos cônjuges.

No que toca aos jovens, deverá ainda dar-se atenção à violência simbólica relacionada com as desigualdades de género, e que está intimamente associada ao processo de socialização.

Para finalizar, e no que se refere à vitimação feminina adulta, a expressão dessa violência não se faz sentir só de uma forma directa, resultante da agressão infligida pelo autor do acto, mas também de modo indirecto, a que chamamos "vitimação secundária", que é efectuada pelo meio familiar e social mais próximos, e que se materializa na avaliação da conduta e no condicionamento social e emocional da mulher vítima.

Neste contexto de proximidade com a realidade social dos Açores, é de extrema importância uma intervenção articulada e transversal de todas as entidades públicas e não governamentais para a eficácia da sua implementação.

#### Capitulo II. Fundamentação

O Plano é o instrumento político de excelência para definir as linhas de orientação, os objectivos e os meios de acção. Deve beneficiar do conhecimento já existente sobre a Região, nomeadamente de estudos e boas práticas que permitam efectuar um diagnóstico rigoroso da situação, bem como do conteúdo de outros planos nacionais e internacionais que sirvam de referência.

No que refere aos planos nacionais, os três já existentes em Portugal sobre a violência doméstica, bem como os que dizem respeito à Igualdade, foram elaborados essencialmente a partir de dados recolhidos no Continente.

Daí a necessidade de, tendo por base aqueles planos, procurar elaborar um Plano para os Açores que tenha em conta as especificidades da Região.

Nesse sentido, constituem fontes de informação privilegiadas de suporte ao Plano Regional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica dos Açores, os resultados do estudo sobre a violência de género, efectuado em 2008-2009 pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, estatisticamente representativo para os Açores, abrangendo homens e mulheres com idades superiores a 18 anos, de todas as ilhas, bem como o levantamento exaustivo de todas as boas práticas efectuadas na Região, incluindo as das ONG.

Apesar da especificidade dos Açores, há experiências de planos regionais de outros países que podem ser de grande utilidade para a elaboração do Plano. Entre outros, foram tidos em consideração vários planos regionais espanhóis de prevenção e combate à violência doméstica, como sejam o de Madrid, Castilla la Mancha, Andaluzia e Navarra.

#### Capitulo III. Coordenação global e intervenção de proximidade

A orientação estratégica do Plano articula-se entre a definição de políticas de âmbito global para a Região, com a correspondente coordenação e governação globais, e a criação de pólos locais para uma acção de proximidade em função dos contextos de violência, que avaliem rapidamente a forma mais eficaz, célere e sustentada de intervir, tanto nas situações de risco, como nos restantes níveis do Plano.

#### Subcapítulo III.I Da coordenação regional

O actual Plano resulta, por um lado, da informação já recolhida sobre os Açores, nomeadamente as práticas anteriores dos vários agentes no terreno, e, por outro lado, das experiências de outros países ao nível da coordenação dos planos regionais com os nacionais.

A coordenação regional deverá procurar integrar as dinâmicas locais, articulando-as com as dinâmicas nacionais e internacionais no âmbito da luta contra a violência doméstica.

As entidades responsáveis a nível regional deverão elaborar um Plano Regional, de três em três anos, monitorizar a sua acção nos diferentes níveis e efectuar as avaliações intermédias e finais, necessárias para a correcção da acção, ou a adopção de medidas de excepção.

Subcapítulo III.II Da intervenção de proximidade

A intervenção de proximidade deverá fazer-se através dos Pólos Locais, privilegiando sempre soluções a partir do interesse das vítimas.

Os Pólos Locais deverão ser constituídos por Ilha e, sempre que possível e as situações o justifiquem, criados Núcleos Locais, descentralizados ao nível do concelho ou freguesia, em articulação com a Direcção Regional com competências no domínio do combate à violência doméstica.

Os Pólos Locais deverão contar com representantes da Direcção Regional da Educação e Formação (Escolas), Direcção Regional da Saúde (Hospitais e Centros de Saúde), do Instituto de Acção Social, da Polícia de Segurança Pública, do Ministério Público, dos Tribunais, do Poder Local, das Instituições com intervenção na problemática da Violência Doméstica e outras que localmente sejam relevantes.

Os Pólos Locais devem, sempre que possível, ser dinamizados e coordenados por organismos dependentes da Secretaria Regional que tutela as políticas no domínio do combate à violência doméstica, constituindo-se e iniciando o seu funcionamento a partir dos membros disponíveis localmente.

Os Pólos Locais não pretendem ser uma estrutura paralela aos órgãos já existentes, mas antes um catalisador e organizador de dinâmicas, procurando articulá-los e, sempre que possível, abrir-lhes novas possibilidades de intervenção e aumentar-lhes a eficiência.

A Direcção Regional com competências no domínio do combate à violência doméstica deverá fazer um levantamento das redes e órgãos locais já existentes em todas as ilhas, articulando e integrando as suas práticas nos Pólos Locais. Nesse sentido, os Pólos Locais devem começar por contar com os recursos já existentes nos parceiros, que poderão afectar uma parte à nova actividade e, quando necessário, procurar outros recursos e apoios junto dos agentes locais e regionais.

Nas Ilhas onde não há redes organizadas a intervir nos domínios da violência doméstica, a Direcção Regional deverá promover o processo de constituição dos Pólos Locais desde o início.

Os Pólos Locais devem intervir em todas as dimensões do combate à violência doméstica, nomeadamente nos seguintes contextos:

- Situações de risco: sempre que seja avaliada uma situação de risco para as vítimas directas, ou indirectas (p. ex. filhos), segundo critérios definidos previamente.

Estas situações requerem uma intervenção mais rápida, devendo ser activado o núcleo de urgência do Comité Local, particularmente a Polícia, Ministério Público e casas de abrigo.

- Situações que não são de risco mas em que é necessário intervir ao nível da protecção e combate: contextos onde tenham sido detectados casos de violência, participados à polícia ou a outras organizações, bem como nos locais onde os estudos revelem uma particular probabilidade de ocorrência de violência doméstica, nas suas diferentes formas.

Nestes casos, os comités deverão avaliar as situações que, não sendo de risco, exigem uma acção coordenada, a curto e médio prazo, entre todos os actores locais que possam ajudar a encontrar, de uma forma sustentada, as melhores soluções para os casos de violência.

- Prevenção e sensibilização: os contextos locais, incluindo as relações interpessoais mais próximas, são os referenciais de produção, reprodução e controlo directo dos valores, regras e normas que estão subjacentes à violência de género. As acções a desenvolver pelos Pólos Locais devem contemplar as medidas propostas no capítulo específico do presente Plano, relativamente à Prevenção.

No sentido de evitar que as campanhas e acções de sensibilização e prevenção tenham uma abrangência meramente de âmbito regional, deverá também intervir-se a nível local, numa lógica de proximidade, de modo a ir fomentando uma cultura de tolerância e respeito pelo outro, mudando mentalidades e comportamentos, nomeadamente na "vitimação de segunda ordem", nas gerações actuais e futuras.

#### Capitulo IV. Situações de risco

Os dados do estudo recentemente efectuado sobre a violência de género para toda a Região Autónoma dos Açores (2009), bem como os dos casos que são participados às polícias, revelam que há um conjunto considerável de vítimas que se encontra em situações de risco, inclusive de vida.

Algumas das situações podem mesmo agravar-se, à medida que as vítimas vão sendo mais reactivas em relação aos actos de violência, pelo que medidas especiais devem ser tomadas no sentido de as proteger.

Deste modo, justifica-se a adopção de medidas imediatas e eficientes que, por um lado, retirem as vítimas dos contextos de risco e, por outro lado, evitem que as mesmas, ou outras, possam voltar a estar em tal situação.

A intervenção nas situações de risco deverá fazer-se sempre a nível local, pelo que é da maior urgência a organização dos Pólos Locais de prevenção e combate à violência doméstica, que passarão a ter um papel decisivo na solução de tais situações.

Enquanto os pólos não estiverem a funcionar, deverão tomar-se medidas imediatas para proteger as vítimas em risco, procurando envolver a Polícia, o Ministério Público e as casas de abrigo.

As medidas a adoptar devem ser implementadas na sequência a seguir indicada:

- Levantamento imediato a nível local das vítimas em risco, identificáveis a partir de todas as fontes de informação disponíveis (polícia, serviços sociais, hospitais, centros de saúde, ONG, centros paroquiais, outras organizações relevantes e informação de cidadãos);
- Adoptar medidas imediatas no sentido de proteger as vítimas em risco, como seja o afastamento da vítima do agressor (preferencialmente o agressor, sempre que possível e na defesa do interesse da vítima, de forma a atenuar uma das dimensões da vítimização secundária) em condições de total segurança. Sempre que possível, procurar soluções que permitam a resolução sustentada da situação no futuro;
- Definição urgente de uma grelha com indicadores, que possibilite identificar as várias situações de risco, nos seus diferentes níveis e graus de perigosidade;
- No âmbito das tarefas dos Pólos Locais, criar uma cartografia das situações de risco, alimentada a partir de uma base de dados diariamente actualizada com a sinalização das situações da área abrangida pelo pólo, bem como das medidas que vão sendo tomadas;
- Elaborar folhetos, ou utilizar outros meios informativos mais eficazes, com indicação das reacções mais adequadas e seguras a adoptar pelas vítimas em situação de risco e dirigidos a pessoas que podem ter conhecimento de situações de risco, com indicação dos comportamentos mais adequados a seguir nestas situações;
- Construção de um manual de boas práticas a distribuir a todos os técnicos e agentes que lidam com as situações de risco.

#### Capitulo V. Proteger as vítimas e evitar a vitimização

A protecção das vítimas deve abranger medidas em relação às pessoas directamente envolvidas nos actos de violência, bem como outras que tenham em vista atenuar os condicionalismos resultantes da vitimação de 2º grau do meio social mais próximo.

Face à heterogeneidade das vítimas - mulheres e homens de todas as idades, as respostas a dar deverão ser também diferenciadas.

Os conhecimentos já adquiridos permitem saber que uma parte significativa da vitimação decorre de actos que se repetem ao longo do tempo, em ciclos de violência crescentes até, por vezes, situações extremas, pelo que deverão ser tomadas medidas especificamente orientadas no sentido de evitar a revitimização.

Atendendo à especificidade dos Açores, patente nas práticas de intervenção já existentes e nos resultados dos estudos efectuados, bem como no que é proposto no III Plano Nacional Contra a Violência Doméstica e na legislação vigente a nível nacional, as medidas relativamente a este ponto do Plano deverão dar particular destaque aos aspectos mais relevantes para a Região. Convém ressalvar que, não tendo o Governo Regional competências na área da Justiça, as medidas neste domínio dependerão do que for adoptado a outros níveis;

— Apoio jurídico gratuito às vítimas de violência doméstica;

- Diligenciar para que, de forma preferencial, seja assegurada a nomeação do mesmo mandatário ou defensor oficioso à vítima, quando o mesmo facto der causa a diversos processos;
- Estabelecer parcerias entre as ONG, a Ordem dos Advogados, os serviços de Segurança

Social e o Ministério da Justiça, tendo em conta o regime do acesso ao direito e da consulta jurídica;

- Apoiar a promoção de praxis judiciais não conflituantes que evitem a vitimação secundária nos casos de divórcio ou regulação do poder paternal e que, simultaneamente, contribuam para uma melhor colaboração entre as instituições do sistema da justiça e as de protecção à vítima, reduzindo desarticulações do próprio sistema;
- Aperfeiçoar os mecanismos de apoio logístico em habitação própria e segura para as vítimas de violência doméstica, em articulação com as autarquias locais, criando uma linha de apoio especial para estes casos;
- Além das situações de risco, e sempre que necessário a fim de evitar novas ocorrências, criar condições para um afastamento seguro e rápido entre vítima e agressor (preferencialmente deste, sempre que possível e na defesa do interesse da vítima, de forma a atenuar uma das dimensões da vitimização secundária);
- Ajudar a criar condições junto das entidades empregadoras, no sentido de facilitar a mobilidade geográfica e ocupacional das vítimas;
- Alargar a todas as Ilhas o Programa de Reabilitação para agressores;
- Atendendo à importância das unidades prestadoras de cuidados de saúde, na detecção e apoio às vítimas de violência doméstica, deverão ser encontradas respostas específicas no sentido de desenvolver as boas práticas já existentes e alargá-las a outras ilhas;
- Implementação de respostas de apoio psico-social para vítimas de violência doméstica;
- Facilitar o acesso das vítimas às consultas de saúde;
- Aperfeiçoar e expandir a rede de Núcleos de Atendimento e Casas de Abrigo a violência doméstica;
- Dotar as estruturas de apoio de uma intervenção especializada para menores vítimas de violência doméstica indirecta, em articulação com outras estratégias que abranjam os mesmos destinatários;
- Articulação com as Comissões de Protecção de Crianças e Jovens, no sentido de identificar necessidades especiais dos menores vítimas de violência doméstica indirecta;
- Implementar um serviço de tele-assistência com carácter geral, e ligação directa à Polícia, para as vítimas de violência doméstica.

Evitar a revitimização passa também por capacitar as vítimas, contrariando os estigmas e fragilidades decorrentes da sua condição de vítimas, e por ajudá-las a reinserir-se no tecido social em contextos não favoráveis à ocorrência de violência doméstica.

Nesse sentido, deverão ser tomadas medidas específicas visando o reforço das competências pessoais, económicas e sociais das vítimas e facilitar a sua reinserção social.

Destacam-se como prioritárias as seguintes medidas:

- Facilitar o seu acesso à formação profissional e integração laboral através de itinerários de inserção, com aquisição de competências profissionais e psicossociais;
- Incentivar o acesso aos programas de novas oportunidades, designadamente às modalidades de dupla certificação e ao sistema de reconhecimento;
- Criar condições favoráveis a experiências de empreendedorismo;

#### Capitulo VI. Combate

O combate à violência doméstica deve começar pela detecção precoce das situações de violência, seguida de uma intervenção rápida, eficaz e coordenada e da adopção de soluções sustentáveis para o futuro. Reveste-se da maior importância o mapeamento, com a possível cartografia, das freguesias onde é mais provável poderem vir a ocorrer actos de violência. Os indicadores deverão ser obtidos a partir dos estudos efectuados, das participações à Polícia e da informação existente em ONG e outras organizações.

Nesse sentido, e sem prejuízo de serem adoptadas outras medidas previstas no III Plano Nacional, no que respeita às duas principais orientações estratégicas, deverá dar-se uma particular atenção aos seguintes aspectos:

- Criação de um sistema actualizado de informação com as ocorrências de violência doméstica;
- Investigação e avaliação imediata da ocorrência, que nunca poderá ultrapassar as 24 horas, por parte do comité local, que deverá adoptar a solução mais adequada de acordo com a situação de risco;
- Criação de condições para activar canais privilegiados de informação e comunicação entre os locais onde é mais provável detectar situações de violência doméstica Polícia, hospitais, centros de saúde e ONG e os comités locais;
- Criar condições que permitam melhorar a intervenção da Polícia em articulação com o
   Ministério Público;
- Elaboração e divulgação de orientações aos técnicos de acção social e aos profissionais de saúde dos hospitais no âmbito das acções do presente Plano.

O combate a curto prazo à violência doméstica passa igualmente pela adopção de um conjunto de medidas que assegurem a eficiência continuada da acção dos agentes que lidam directamente com o problema, desde a fase do atendimento até ao seu encaminhamento futuro.

Elencam-se como áreas prioritárias: as forças policiais; a área da Justiça, particularmente os magistrados e advogados; a área da Saúde, com destaque para médicos e enfermeiros; a área

da Educação, em especial os professores; os técnicos da acção social e de outros organismos do Estado; as ONG e as associações locais.

Devem igualmente promover-se acções de sensibilização para o problema da violência doméstica junto de decisores de diferentes áreas — política, económica e sociocultural - e de agentes locais que tenham influência no combate à violência doméstica, designadamente os profissionais da comunicação social.

#### Capitulo VII. Prevenção

Os resultados de múltiplos estudos em relação aos tipos de violência perpetrados no âmbito do espaço doméstico, particularmente os que têm uma componente de género, e para todos os escalões etários, mostram que o problema não é meramente conjuntural, mas sim estrutural, decorrente de relações de poder construídas e reproduzidas ao longo do tempo e, por isso, enraizadas no tecido social e no comportamento dos agentes sociais desde muito cedo.

Igualmente se concluiu que as crianças e jovens são vítimas directas e indirectas da violência e, também por essa via, futuros agentes da sua reprodução, como vítimas e autores.

Nesse sentido, a necessidade de implementar acções de prevenção que não contemplem só os adultos, nem o curto prazo, mas que se dirijam também para os jovens e para o médio e longo prazos. De facto, a erradicação do problema não é tarefa de uma única geração e exige uma acção pronta, continuada e persistente ao longo do tempo.

Deste modo, as medidas de combate e protecção das vítimas, cujos resultados são expectáveis no curto prazo, devem estar devidamente articuladas com acções de prevenção continuadas no tempo, de sensibilização e educação, e cuja mudança ao nível dos comportamentos e mentalidades é mais lenta.

Todas as acções, e em particular as campanhas de sensibilização, devem ser planeadas numa lógica de continuidade e articulação, e não de um "pára", "arranca", que, como reconhece o Conselho da Europa, é pouco favorável a uma mudança sustentada. Igualmente, as acções a desenvolver devem: centrar-se na promoção de valores de igualdade e de cidadania, que diminuam a tolerância social para com a aceitação de uma cultura de violência; contribuir para a eliminação de estereótipos, representações e valores legitimadores de papéis sociais geradores de violência, como os de género e os parentais, e comportamentos que têm perpetuado a existência de relações desiguais no meio familiar, escolar e social.

De um modo mais específico, ao nível da prevenção, propõem-se as seguintes medidas prioritárias:

— Promover campanhas de sensibilização de âmbito geral, e específicas orientadas para segmentos sociais, como jovens, pais, homens, mulheres, meio familiar ou o meio social local de proximidade, recorrendo a todos os meios de comunicação pública, particularmente a televisão e a rádio;

- Criar uma agenda cultural contra a violência doméstica, no âmbito das festividades locais, actividades desportivas e outros eventos relevantes;
- Promover acções de formação e sensibilização envolvendo mulheres e homens, com a colaboração activa de agentes locais de reconhecido prestígio junto da população e autarquias, a começar nas pequenas localidades, numa lógica de proximidade;
- Promover campanhas de informação e sensibilização específicas, incluindo a utilização dos meios de comunicação social, a produção de cartazes, guiões e folhetos, junto de prováveis contextos de agressores:
  - Para os homens e mulheres, no sentido da reformulação dos papeis tradicionais masculinos e femininos com o objectivo de promover uma nova ordem baseada na equidade;
  - Para os pais, sobre a necessidade de adoptarem estratégias educativas alternativas ao uso da violência, através de uma melhor comunicação intrafamiliar que facilite a adopção de novos códigos de disciplina parental;
  - Para as famílias com idosos, no sentido de as sensibilizar para as vulnerabilidades físicas e psicológicas específicas dos idosos, procurando ajudá-las a encontrar formas de apoio mais respeitadoras da sua condição.
- Elaborar e divulgar materiais informativos, recorrendo às novas tecnologias de informação e comunicação, nomeadamente concebendo «caixas informativas» nos acessos de entrada às páginas de Internet, bem como em outros suportes de informação e comunicação (como Caixas Multibanco e comunicações móveis);
- Procurar envolver toda a estrutura de sistema de ensino, do topo para a base, na promoção de acções de sensibilização e formação junto dos professores e alunos de todos os níveis de ensino, com a produção de guiões, panfletos, banda desenhada e filmes que incluam educação para a igualdade de género, educação para a não violência e para a paz, resolução não violenta de conflitos com aprendizagem do respeito e da igualdade, educação para os afectos, relação entre género e multiculturalismo;
- Incluir nos currículos da educação básica, no âmbito da formação pessoal e social, a educação para a igualdade de género, a não-violência, em particular a violência doméstica, a aprendizagem da resolução não violenta de conflitos, o respeito pelas diferenças e a educação para os afectos;
- Criar um plano de acção transversal a todos os níveis de ensino e a outros públicos jovens;
- Promover acções de sensibilização e informação específicas para jornalistas;

#### Capitulo VIII. Aprofundar o conhecimento

O aprofundamento do conhecimento na área da violência doméstica, segundo critérios de rigor científico e interdisciplinaridade, é hoje assumido internacionalmente como uma das dimensões fundamentais para a adopção de políticas e a intervenção eficiente na sua prevenção e combate sustentado.

Tal aprofundamento deve procurar orientar-se em três direcções: dar continuidade ao conhecimento já obtido, no sentido de efectuar uma adequada monitorização do fenómeno e consequente avaliação das medidas adoptadas; aprofundar o conhecimento em áreas e dimensões novas, de modo a tornar mais eficiente a intervenção futura; beneficiar do conhecimento existente para outras realidades, procurando criar articulações com agentes nacionais e internacionais afins.

Na sequência das recentes recomendações do Conselho da Europa, os dados deverão ser articulados e centralizados em sistemas de informação e conhecimento, como por exemplo observatórios.

#### Capitulo XIX. Avaliação e monitorização

O presente Plano Regional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica terá uma duração de três anos.

Ao longo da sua vigência deverão efectuar-se avaliações intermédias.

Tabelas de Execução do I PRPCVD

(Medidas, indicadores e entidades envolvidas)

# Legenda das Tabelas de Execução do I PRPCVD (Medidas, Indicadores e Entidades envolvidas) apresentadas em seguida:

- ✓ Medida parcial ou totalmente executada
- ★ Medida não executada ou que não foram encontrados indicadores de execução

CONTEXTO 1 - INTERVENÇÃO EM SITUAÇÕES DE RISCO

	Medidas	Indicadores	Executada	Entidades
	Levantamento imediato a nível local das vítimas em	Sistema de Informação e Monitorização da VD (Base de dados) criado		DRSS
	risco, identificáveis a partir de todas as fontes de informação disponíveis (polícia, serviços sociais,	Ficha de sinalização criada		IDSA
M1		Entidades envolvidas	<b>~</b>	PSP
	hospitais, centros de saúde, ONG, centros			Centros de saúde
	paroquiais e outras organizações relevantes)	N.º de processos apoiados e acompanhados		ONG's, IPSS's e SCM
	Adotar medidas imediatas no sentido de proteger	nedidas imediatas no sentido de proteger Mecanismos criados		Tribunais
	as vítimas em risco, como seja o afastamento do	Nº de acolhimentos		Ministério Público
	agressor (preferencialmente o agressor, sempre	№ de casas de abrigo		DRSS
	que possível e na defesa do interesse da vítima, de	Nº de centros de acolhimento		IDSA
M2	forma a atenuar uma das dimensões da vitimização	№ de núcleos de atendimento	✓	PSP
	secundária) em condições de total segurança. Sempre que possível, procurar soluções que permitam a resolução sustentada da situação no futuro	№ de camas disponibilizadas		ONG's, IPSS's e SCM
		Ficha de avaliação primária de risco criada		Tribunais
	Definição urgente de uma grelha com indicadores, que possibilite identificar as várias situações de risco, nos seus diferentes níveis e graus de perigosidade.	· ·		Ministério Público
		Protocolos estabelecidos	✓	DRSS
M3				IDSA
			İ	PSP
				ONG's, IPSS's e SCM
	No âmbito das tarefas dos Pólos Locais, criar uma cartografia das situações de risco, alimentada a partir de uma base de dados diariamente atualizada com a sinalização das situações da área abrangida pelo pólo, bem como das medidas que vão sendo tomadas	Sistema de Informação e Monitorização da VD (Base de dados) criado		DRSS
		Registo das medidas tomadas em cada caso		IDSA
M4		Relatório de implementação da BD	<b>√</b>	ONG's, IPSS's e SCM
		Tipo e número de folhetos/guias de boas práticas elaborados por		Tribunais
	EL	público-alvo		Ministério Público
	Elaborar folhetos, ou utilizar outros meios	Número de ações implementadas		DRSS
<b>1</b> 5	informativos mais eficazes, com indicação das	, ,	✓	IDSA
	reacções mais adequadas e seguras a adoptar pelas vítimas em situação de risco	_, , , , , , , , , , , , , , , , , , ,		PSP
	Vitillias elli situação de risco	Disseminação dos materiais		Centros de saúde
				ONG's, IPSS's e SCM
	Elaborar folhetos, ou utilizar outros meios	Tipo e número de folhetos/guias de boas práticas elaborados por público-alvo		DRSS
	informativos mais eficazes, dirigidos a pessoas que	·	İ	IDSA
<i>1</i> 6	podem ter conhecimento de situações de risco, com		✓	PSP
_	indicação dos comportamentos mais adequados a	Disseminação dos materiais	İ	Escolas
	seguir nestas situações		İ	ONG's, IPSS's e SCM
	seguii nestas situações			CPCJ
	Construção de um manual de boas práticas a	Manual de boas práticas criado		DRSS
17	distribuir a todos os técnicos e agentes que lidam	Número de exemplares e disseminação	✓	IDSA
IVI /	com as situações de risco	Público-alvo		ONG's, IPSS's e SCM

CONTEXTO 2 - PROTEGER AS VÍTIMAS E EVITAR A (RE)VITIMIZAÇÃO

	Medidas	Indicadores	Executada	Entidades
	Apoio jurídico gratuito às vítimas de violência	Legislação criada e aplicada		Ministério da justiça
4.1	doméstica, ao longo de todo o processo judiciário,	Número de casos com apoio jurídico gratuito	✓	Ministério Público
11	bem como o respetivo acompanhamento por advogado	Número de pedidos de apoio judiciário apresentados na segurança social	·	IDSA
12	Alargar a todas as ilhas as experiências já existentes de articulação entre tribunais criminais e tribunais cíveis nos casos de violência doméstica	Número e tipo de ações desenvolvidas	ж	Ministério da Justiça Tribunais Ministério Público DRSS
		Legislação criada e aplicada		Ministério da Justiça
<b>/</b> 13	Definição de um regime que assegure, preferencialmente, a nomeação do mesmo	Número de casos com o mesmo mandatário ou defensor oficioso em diferentes processos	✓	Tribunais
	mandatário ou defensor oficioso à vítima, quando o mesmo facto der causa a diversos processos	Número de casos com diferentes mandatários ou defensores oficiosos em vários processos		Ministério público
		Legislação criada e aplicada		Ministério da Justiça
	Estabelecer parcerias entre as ONG, a Ordem dos	Parcerias/Protocolos estabelecidos		Tribunais
		Descrição do funcionamento destas parcerias		Ministério público
<b>1</b> 4	Advogados, a Segurança Social e o Ministério da	Descrição do funcionamento destas parcenas	✓	DRSS
	Justiça, tendo em conta o regime do acesso ao			IDSA
	direito e da consulta jurídica			ONG's, IPSS's e SCM
				Ordem dos advogados
		Parcerias/Protocolos estabelecidos		Ministério da justiça
	Promoção de praxis judiciais não conflituantes que	Medidas tomadas		Tribunais
	evitem a vitimização secundária nos casos de	Número de casos acompanhados		Ministério público
	divórcio ou regulação do poder paternal e que,			DRSS
<b>1</b> 5	Simultaneamente, contributan para uma memor	*	IDSA	
	colaboração entre as instituições do sistema da			ONG's, IPSS's e SCM
	justiça e as de proteção à vítima, reduzindo desarticulações do próprio sistema			CPCJ
		Legislação criada		DRSS
	Aperfeiçoar os mecanismos de apoio logístico em	Protocolos estabelecidos		DRH
	habitação própria e segura para as vítimas de			IDSA
16	Violência Doméstica, em articulação com as entidades competentes do Governo Regional e as autarquias locais, criando uma linha de apoio especial para estes casos	Respostas criadas	<b>*</b>	Câmaras Municipais
		Protocolos estabelecidos		DRSS
	Além das situações de risco, e sempre que	Mecanismos criados		DRH
	necessário a fim de evitar a (re)vitimização, criar	Estruturas de apoio/acolhimento criadas		IDSA
	condições para um afastamento seguro e rápido		✓ <u> </u>	PSP
M7	entre vítima e agressor (preferencialmente deste, sempre que possível e na defesa do interesse da vítima, de forma a atenuar uma das dimensões da vitimização)		Ť	ONG's, IPSS's e SCM

		Legislação criada e aplicada		DRSS	
	Ajudar a criar condições junto das entidades empregadoras, no sentido de facilitar a mobilidade	Protocolos estabelecidos		Inspeção do Trabalho	
M8	geográfica e ocupacional das vítimas, entre ilhas ou		✓	IDSA	
	para o Continente	Número de casos		ONG's, IPSS's e SCM	
		Legislação criada e aplicada		Tribunais	
M9	Implementar o programa experimental de utilização de meios eletrónicos de vigilância à distância aplicados ao agressor sujeito a medida judicial de afastamento	Número total de agressores sujeitos a medida judicial de afastamento	✓	Delegação Regional de Reinserção dos Açores da DGSP	
	ao agressor sujetto a medida judiciai de arastamento	Número de agressores com pulseira eletrónica			
		Parcerias/Protocolos estabelecidos		Tribunais	
	Alargar a todas as Ilhas o Programa de Reabilitação	№ de formações específicas criadas e ministradas		Ministério Público	
M10	para agressores conjugais	Número de indivíduos apoiados por ilha	<b>✓</b>	Delegação Regional de Reinserção dos Açores da DGSP	
				DRSS	
				IDSA	
				PSP	
				ONG's, IPSS's e SCM	
	Atendendo à importância das unidades prestadoras de	Ficha de sinalização criada		DRSS	
M11	cuidados de saúde, na deteção e apoio às vítimas de Violência Doméstica, deverão ser encontradas respostas específicas no sentido de desenvolver as boas práticas já existentes e alargá-las a outras ilhas	Protocolos estabelecidos	✓	Hospitais, Centros de Saúde e unidades de saúde	
		Número de respostas/boas práticas criadas		Redes	
				Polos Locais	
		Protocolos estabelecidos		SRSS (DRSS, IDSA)	
	Implementação de respostas de apoio psico-social para vítimas de violência doméstica	Tipo de respostas criadas para vítimas VD em situação de emergência		PSP	
M12		Criação de equipas especializadas na intervenção	✓		
		Estratégias / casas de acolhimento		ONG's, IPSS's e SCM	
		Procedimentos adoptados		·	
		Número de vítimas abrangidas VD			
		Protocolos estabelecidos		DRS	
M13	Facilitar o acesso das vítimas às consultas de saúde	Procedimentos adoptados	✓	Hospitais, Centros de Saúde e unidades de saúde	
		1 Tocedimentos adoptados		SRSS (DRSS, IDSA)	
				ONG's, IPSS's e SCM	
		Número de casas de abrigo e de núcleos de atendimento criados		DRSS	
		Número de camas disponibilizadas para acolhimento		IDSA	
M14	Aperfeiçoar e expandir a rede de Núcleos de Atendimento e casas de abrigo a Violência Doméstica	Número e tipo de formação específica para técnicas/os das redes, polos, núcleos e casas de abrigo	✓	ONG's, IPSS's e SCM	
		Número e tipo de formação para monitoras/es de inserção das casas		Redes	
		Numero e tipo de formação para monitoras/es de inserção das cas abrigo			Polos locais

	Dotar as estruturas de apoio de uma intervenção	Protocolos estabelecidos		DGRS
	especializada para menores vítimas de violência	Tipo de estratégias desenvolvidas para a intervenção especializada com	L	Ministério Público
	doméstica indireta, em articulação com outras	menores		SRSS (DRSS, IDSA)
M15	estratégias que abranjam os mesmos destinatários	Número de menores abrangidos		DRS
		Número e tipo de formação/ações para profissionais específicas sobre a	<b>✓</b>	DRE
		intervenção especializada com menores		PSP e PJ
		meer verryad espesianzada eem meneres		Universidades
				ONG's, IPSS's e SCM
				CPCJ
	Articulação com as Comissões de Proteção de Crianças	Protocolos estabelecidos		SRSS (DRSS, IDSA)
116	e Jovens, no sentido de identificar necessidades	Número de casos abrangidos	×	CPCJ
	especiais dos menores vítimas de violência doméstica indireta			ONG's, IPSS's e SCM
		Protocolos estabelecidos		Ministério Público
	Implementar um serviço de teleassistência com	Protocolo de atuação		SRSS (DRSS, IDSA)
	carácter geral, e ligação direta à Polícia, para as vítimas de Violência Doméstica	N/		CIG
117	de Violencia Domestica	Número de equipamentos entregues por ilha e por ano	Ť	PSP
	Facilitar o seu acesso à formação profissional e integração laboral através de itinerários de inserção, com aquisição de competências profissionais e psicossociais	Ações de formação e de esclarecimento para técnicos/as		ONG's, IPSS's e SCM
		Legislação criada e aplicada		DRSS
		Mecanismos criados de facilitação do acesso à formação profissional e de inserção laboral		DREQP
<b>/</b> 118		Tipo de programas de formação profissional e de inserção laboral	✓	ONG's e IPSS's
		Número de vítimas que ingressaram em programas de formação profissional e de inserção laboral		
		Número de vítimas que integraram os programas de inserção laboral da RAA		
		1		DRSS
	Incentivar o acesso aos programas de novas oportunidades, designadamente às modalidades de	Legislação criada e aplicada		DREQP
119	dupla certificação e ao sistema de reconhecimento	Tipo de programas de novas oportunidades e dupla certificação	✓	ONG's, IPSS's e SCM
		Número de Vítimas que ingressaram nos programas de novos oportunidades e dupla certificação		Rede Valorizar
420	Criar condições favoráveis a experiências de	Mecanismos criados de facilitação para o empreendedorismo	_	DRSS
120	empreendedorismo, alargando a todas as ilhas as boas práticas já existentes	A-8 d- f(f	*	DREQP
	praticas ja existerites	Ações de formação específicas		ONG's, IPSS's e SCM
121	Criar um sistema de incentivo ao arrendamento apoiado por parte das vítimas de violência doméstica, de modo a promover a sua autonomia residencial	Legislação criada e aplicada	~	DRSS
		Respostas criadas	Γ	DRH
		Número de vítimas apoiadas		IDSA

#### **CONTEXTO 3 - COMBATE**

	Medidas	Indicadores	Executada	Entidades
	Criação em cada ilha de um sistema atualizado de	Criação de uma base de dados online		SRSS (DRSS, IDSA)
	informação com as ocorrências de Violência	Protocolos estabelecidos		
M1	Doméstica, de acesso rápido e seguro, aberto 24	Protocolos de atuação	✓	ONG's, IPSS's e SCM
	horas por dia	Relatório de avaliação do impacto da medida		Redes
				Polos locais
	Investigação e avaliação imediata da ocorrência, que	Procedimento de investigação e avaliação criados e implementados		SRSS (DRSS, IDSA)
	nunca poderá ultrapassar as 24 horas, por parte do	riocedimento de investigação e avaliação chados e implementados		PSP
M2	comité local, que deverá adotar a solução mais	Protocolos estabelecidos	✓	ONG's, IPSS's e SCM
	adequada de acordo com a situação de risco			Redes
				Polos locais
		Protocolos estabelecidos		SRSS (DRSS, IDSA)
	Criação de condições para ativar canais privilegiados	Ações desenvolvidas		Ministério Público
	de informação e comunicação entre os locais onde é	Estratégias criadas		PSP
МЗ	mais provável detetar situações de violência	Número de casos abrangidos	✓	Centros de saúde
	doméstica – Polícia, hospitais, centros de saúde e ONG – e os pólos locais		·	ONG's, IPSS's e SCM
				Redes
				Polos locais
	Criar condições que permitam melhorar a intervenção da Polícia em articulação com o Ministério Público	Protocolos estabelecidos		Delegação Regional de Reinserção dos Açores da DGSP
M4	Timilisterio i abiles	Estratégias criadas	✓	Ministério Público
		Relatórios de avaliação		SRSS (DRSS, IDSA)
		-		PSP
	Criação em todas as esquadras de uma sala de	Número de salas de atendimento a vítimas de VD por esquadra		SRSS (DRSS, IDSA)
M5	atendimento de vítimas de Violência Doméstica, com	Mecanismos criados	✓	PSP
	técnicos especificamente formados para o efeito	Tipo e número de formações dadas a agentes para atendimento a vítimas VD		ONG's, IPSS's e SCM
		Número de núcleos de apoio às VD criados nos hospitais		DRSS
	Criação em todos os hospitais de um núcleo de apoio às vítimas de Violência Doméstica, com técnicos	Número de casos atendidos e número de casos encaminhados para os pólos locais	*	DRS
M6	especificamente formados, começando por aqueles em que tal é já possível	Tipo e número de formações dadas a técnicos hospitalares para atendimento a vítimas VD		Hospitais
		Número de técnicos especializados nos 3 hospitais da RAA		ONG's, IPSS's e SCM
	Criação e validação de um instrumento de deteção e avaliação de risco, em situações de suspeita da existência de quadro demencial, nos idosos	Instrumento criado		SRSS (DRSS, IDSA)
M7	enseemed de quadro demenda, nos luosos	Disseminação do instrumento	*	DRS (Hospitais e centros de saúde)
				ONG's, IPSS's e SCM
				Redes
				Polos locais

		Tipo e número de ações de sensibilização por público-alvo		SRSS (DRSS, IDSA)
	Promoção de ações de sensibilização para o problema			PSP
M8	da Violência Doméstica junto de decisores de diferentes áreas - política, económica e sociocultural -		<b>√</b>	ONG's, IPSS's e SCM
	e de agentes locais que tenham influência no combate à Violência Doméstica, designadamente os profissionais da comunicação social			Autarquias locais
		Programas de formação específicos para cada público		SRSS (DRSS, IDSA)
	Deverão ser elaborados referenciais estratégicos de formação específicos para cada área, onde os técnicos intervêm diretamente nas situações de Violência	Seminários organizados		DRS (Hospitais e centros de saúde)
	Doméstica, em particular para os polícias, técnicos de saúde, magistrados e técnicos de ação social			CIG
M9	sadae, magistrados e tecineos de ação sociar		<b>✓</b>	Autarquias locais
				PSP
				ONG's, IPSS's e SCM
				Escolas
				Redes
				Polos locais
				CPCJ's
	Os referenciais de formação dos profissionais deverão conter propostas para os agentes que já exercem uma	Módulos de boas práticas introduzidos nos programas de formação específica para cada público		SRSS (DRSS, IDSA)
	atividade, bem como para os estudantes que ainda			UAc
M10	estão no Sistema de Ensino, através da inclusão de módulos específicos sobre Igualdade e Violência Doméstica nos curricula escolares, nomeadamente no ensino superior de Enfermagem e Medicina	Módulos específicos sobre Igualdade e Violência Doméstica para os cursos de Enfermagem e de Medicina	×	Redes
		Número de estudantes abrangidos		Polos locais
		Guia de ação criado		SRSS (DRSS, IDSA)
M11	Elaborar um guia de ação, para as diferentes áreas, de apoio aos profissionais na deteção e encaminhamento	Disseminação do guia	<b>√</b>	ONG's e IPSS's
	dos casos de Violência Doméstica	Número de profissionais que o utilizam		Universidades

#### **CONTEXTO 4 - PREVENÇÃO**

	Medidas	Indicadores	Executada	Entidades
	Promover campanhas de sensibilização de âmbito	Descrição das campanhas de sensibilização por público-alvo		SRSS (DRSS, IDSA)
	geral, e específicas orientadas para segmentos	Descrição das campannas de sensibilização por público-aivo		ONG's, IPSS's e SCM
M1	sociais, como jovens, pais, homens, mulheres, meio familiar ou o meio social local de proximidade, recorrendo a todos os meios de comunicação pública, particularmente a televisão e a rádio	Tipo e número de ações de divulgação por público-alvo	✓	Órgãos de comunicação social: jornais, televisão e rádio
		Número de vezes que foram publicados ou transmitidos na comunicação social		Empresas (AMULETO)
		Tipo e número de ações de sensibilização por público-alvo		SRSS (DRSS, IDSA)
N/10	Promover campanhas de informação e sensibilização especialmente dirigidas a populações socialmente	Tipo e número de produtos elaborados por público-alvo	✓	ONG's, IPSS's e SCM
M2	mais fragilizadas, como por exemplo as migrantes		•	Redes
	, , , , , , , , , , , , , , , , , , , ,			Polos locais
	Promover campanhas de informação e sensibilização especialmente dirigidas às populações de zonas	Tipo e número de ações de sensibilização por localidade		SRSS (DRSS, IDSA)
МЗ	periféricas	Número pessoas abrangidas	×	ONG's, IPSS's e SCM
	1	Tipo e número de produtos elaborados por público-alvo		Redes
				Polos locais
	Criar uma agenda cultural contra a Violência	Número de iniciativas por ilha em dias de festividade		SRSS (DRSS, IDSA)
	Doméstica, no âmbito das festividades locais,	Número de pessoas envolvidas/os por ilha		ONG's, IPSS's e SCM
	atividades desportivas e outros eventos relevantes			PSP
		Tipo e número de produtos elaborados por público-alvo		Centros de Saúde
				Escolas
M4			✓	Órgãos de comunicação social
				Redes
				Polos locais
				Outras entidades (Associações desportivas, associações de bombeiros, CDIJ's, Casas do Povo, etc)
	Promover ações de formação e sensibilização	Número de ações de sensibilização por local e público-alvo		SRSS (DRSS, IDSA)
	envolvendo mulheres e homens, com a colaboração ativa de agentes locais de reconhecido prestígio junto	Número de ações de formação por local, número de horas de formação e público-alvo		ONG's, IPSS's e SCM
M5	da população e autarquias, a começar nas pequenas localidades, numa lógica de proximidade	Tipo e número de produtos elaborados por público-alvo	<b>✓</b>	PSP
		Número de pessoas envolvidas/os		Redes
				Polos locais
				Outras entidades (SATA, UAc, Pousadas da Juventude)

	Promover campanhas de informação e sensibilização específicas, incluindo a utilização dos meios de comunicação social, a produção de cartazes, guiões e folhetos, e a realização de colóquios e conferências, junto de prováveis contextos de agressores:			SRSS (DRSS, IDSA)
	<ul> <li>para os homens, no sentido de questionar os papéis tradicionais masculinos e femininos, buscando novas formas igualitárias de empoderamento dos dois géneros e procurando mostrar as vantagens pessoais e sociais daí decorrentes;</li> </ul>	Campanhas de informação/sensibilização sobre igualdade de género para homens por ilha. Colóquios e conferências em prováveis contextos de agressores por ilha. Número de homens envolvidos por ilha. Tipo e número de materiais produzidos e respetiva distribuição por ilha	×	ONG's, IPSS's e SCM
M6	<ul> <li>para os pais, sobre a necessidade de adotarem estratégias educativas alternativas ao uso da violência, através de uma melhor comunicação intrafamiliar que facilite a adoção de novos códigos de disciplina parental;</li> </ul>	Campanhas de informação/sensibilização sobre estratégias alternativas ao uso da violência para pais por ilha. Colóquios e conferências para pais por ilha. Número de pais envolvidos por ilha. Tipo e número de produtos educativos elaborados e respetiva distribuição por ilha		Meios de comunicação social: jornais, televisão, rádio
				Redes
	· para as famílias com idosos, no sentido de as sensibilizar para as vulnerabilidades físicas e psicológicas específicas dos idosos, procurando ajudá- las a encontrar formas de apoio mais respeitadoras da condição humana.	Campanhas de informação/sensibilização sobre formas de apoio mais respeitadoras dos idosos para famílias por ilha. Colóquios e conferências por ilha. Número de famílias envolvidas por ilha. Tipo e número de materiais elaborados e respetiva distribuição por ilha		Polos locais
		Tipo e número de campanhas específicas para mulheres		SRSS (DRSS, IDSA)
	Promover campanhas de informação e sensibilização	Número de mulheres abrangidas		ONG's, IPSS's e SCM
	específicas para mulheres, trabalhando os valores,			Redes
M7	modelos e estereótipos socialmente associados aos papéis masculinos e femininos que estão na base das desigualdades de género e da Violência Doméstica	Tipo e número de produtos educativos elaborados	<b>√</b>	Pólo local Associações desportivas
		Tipo, duração e número de campanhas de informação específicas para		SRSS (DRSS, IDSA)
	Promover campanhas de informação específicas para	possíveis vítimas		DRH
	possíveis vítimas de Violência Doméstica, sobre os	Materiais produzidos		Tribunais
	serviços de apoio existentes, garantindo a presença	Disseminação dos materiais		PSP e GNR Hospitais e Centros de Saúde
M8	de informação nos circuitos quotidianos das mulheres		✓	·
				Escolas
				ONG's, IPSS's e SCM Redes
				Polos locais
				Meios de comunicação Social

	Promover ações de formação e sensibilização junto	Número de ações de sensibilização por local e público-alvo		SRSS (DRSS, IDSA)
	dos responsáveis e educadores/treinadores das associações de jovens de todos os tipos, com vista a	Número de crianças, jovens, homens, mulheres envolvidas/os		DRJ
M9	uma ação continuada futura;	Número de ações de formação por local, número de horas de formação e público-alvo	*	ONG's, IPSS's e SCM
		Tipo e número de produtos elaborados por público-alvo		Associações de jovens Associações desportivas
		Tipo e número de iniciativas		SRSS (DRSS, IDSA)
	Elaborar e divulgar materiais informativos,	Tipo e número de produtos elaborados		ONG's, IPSS's e SCM
M10	recorrendo às novas tecnologias de informação e	pc o namero do produces siazerados		Bancos
	comunicação, nomeadamente concebendo «caixas informativas» nos acessos de entrada às páginas de Internet, bem como em outros suportes de informação e comunicação (como Caixas Multibanco e comunicações móveis)	Tipo de campanha e duração em páginas web governamentais	✓	Operadoras de telemóvel
	Procurar envolver toda a estrutura de sistema de ensino, do topo para a base, na promoção de ações de sensibilização e formação junto dos professores e	Tipo e Número de ações dinamizadas por público-alvo sobre: educação para a igualdade de género, educação para a não-violência e para a paz, resolução não violenta de conflitos com aprendizagem do respeito e da igualdade, educação para os afetos, relação entre género e		SRSS (DRSS, IDSA)  ONG's, IPSS's e SCM
	alunos de todos os níveis de ensino, com a produção	multiculturalismo		
M11	de guiões, panfletos, banda desenhada e filmes que incluam educação para a igualdade de género, educação para a não-violência e para a paz, resolução não violenta de conflitos com aprendizagem do respeito e da igualdade, educação para os afetos, relação entre género e multiculturalismo	Escolas envolvidas e número de alunas/os envolvidas/os	✓	SRECC (DRE e DRJ)
				DREQP
		Número de professores/as envolvidos/as		- FDII
				EBI's
		relação entre genero e multiculturalismo		EP's
				Redes Polos
	Organizar sessões de divulgação e debate nas escolas, para a promoção das campanhas realizadas através de cartazes, de modo a aumentar a sua eficácia	Tipo e Número de ações dinamizadas por público-alvo sobre: educação para a igualdade de género, educação para a não-violência e para a paz, resolução não violenta de conflitos com aprendizagem do respeito e da igualdade, educação para os afetos, relação entre género e multiculturalismo		SRSS (DRSS, IDSA)
M12			✓	DRE
		Escolas envolvidas e número de alunas/os envolvidas/os		DREQP
				Centros de Formação das
				Associações de Escolas
				ONG's, IPSS's e SCM
				EBI's
				EP's
	Incluir nos currículos escolares regionais até ao 3º	Legislação - CREB		SRSS (DRSS, IDSA)
M13	ciclo, inclusive, um módulo de educação para a igualdade de género, a não violência, em particular a Violência Doméstica, a aprendizagem da resolução não violenta de conflitos, o respeito pelas diferenças	Módulos nos currículos escolares das EBI's sobre: igualdade de género, a não violência, em particular a Violência Doméstica, a aprendizagem da resolução não violenta de conflitos, o respeito pelas diferenças e a educação para os afetos	✓	SRECC (DRE)
	e a educação para os afetos	Número de turmas/estudantes envolvidos		EBI's: 1º, 2º e 3º ciclo

	Criar um plano de ação transversal a todos os níveis			SRSS (DRSS, IDSA)
M14	de ensino, relativo à igualdade de género e Violência Doméstica	Tipo de estratégias implementadas para a integração do tema nos currículos desde o ensino pré-escolar ao superior	*	SRECC
				DREQP
				UAc
	Promover uma campanha de sensibilização contra a violência nas relações amorosas, particularmente no namoro	Tipo e duração da campanha de informação contra a violência no namoro/nas relações amorosas		SRSS (DRSS, IDSA)
		Materiais produzidos		PSP
M15		Ações de formação e de sensibilização ministradas		ONG's, IPSS's e SCM
		Seminários organizados	<b>√</b>	Meios de comunicação social
		Número de pessoas envolvidas		Escolas
				Redes
				Pólo local
				Outras entidades (Centros de Formação das Associações de Escolas; CM; empresas)
M16	Promover ações específicas para rapazes adolescentes vítimas diretas ou indiretas de Violência Doméstica, procurando-se evitar a reprodução de papéis de	Tipo e número de ações especificas para rapazes adolescentes vítima diretas ou indiretas de VD	×	SRSS (DRSS, IDSA)
INITE	agressão	Número de jovens envolvidos por sexo e por ilha	~	ONG's e IPSS's
		Tipo e número de produtos educativos elaborados		CPCJ's
M17	Promover ações específicas para raparigas adolescentes vítimas diretas ou indiretas de Violência Doméstica, no sentido de lutar contra a reprodução do papel de vítima	Tipo e número de acções especificas para raparigas adolescentes vítima diretas ou indiretas de VD	×	SRSS (DRSS, IDSA)
		Número de jovens envolvidas		ONG's e IPSS's
		Tipo e número de produtos educativos elaborados		CPCJ's
	Criar um Prémio Regional que promova o melhor	Data		SRSS (DRSS, IDSA)
	trabalho artístico contra a violência doméstica	Público-alvo		
M18		Número de candidaturas recebidas	×	
		Disseminação e divulgação da ação		
		Disseminação e divulgação do trabalho vencedor		

		Data		SRSS
	Criar um Prémio Regional que promova o melhor trabalho ao nível da comunicação social contra a	Público-alvo		DRSS
M19	violência doméstica	Número de candidaturas recebidas		Órgãos de Comunicação
		Disseminação e divulgação da ação		Empresas (Viaoceânica; AzoresglobalTV; New
		Disseminação e divulgação do trabalho vencedor		Сору)
	Identificar, com menção honrosa, empresas e	Levantamento das empresas que promovem acções contra a VD		SRSS (DRSS, IDSA)
M20	organizações empregadoras que promovam ao nível da responsabilidade social, ações contra a violência doméstica	Tipo e número de ações implementadas	*	
		Produtos resultantes das boas práticas empresariais		
		Divulgação e disseminação das boas práticas implementadas		
	Promover ações de sensibilização e informação sobre	Tipo e número de ações de sensibilização e informação		SRSS (DRSS, IDSA)
M21	Violência Doméstica específicas para jornalistas	Tipo e número de produtos elaborados	~	Órgãos de comunicação social
				Redes
				Polos locais
		Tipo e número de acções especificas para idosos		SRSS (DRSS, IDSA)
	Desenvolver campanhas de informação dirigidas aos idosos, com recurso a meios mais eficazes de comunicação, como o teatro, no sentido da sua	Entidades envolvidas		ONG's, IPSS's e SCM
M22	sensibilização em relação aos diferentes tipos de violência de que podem ser vítimas, nomeadamente a violência psicológica, os atos de negligência e a	Número de idosos envolvidos		Redes
	exploração económica	Tipo e número de produtos elaborados		Polos locais

#### **CONTEXTO 5 - APROFUNDAR O CONHECIMENTO**

	Medidas	Indicadores	Executada	Entidades
N41	Dar continuidade ao conhecimento já obtido, no sentido	Estratégias criadas para a monitorização da VD e para a avaliação das medidas	· · ·	SRSS (DRSS, IDSA)
M1	de efetuar uma adequada monitorização do fenómeno e consequente avaliação das medidas adotadas	Relatórios de avaliação do Sistema de Informação e Monitorização da Violência Doméstica (BD)	Ť	
M2	Aprofundar o conhecimento em áreas e dimensões novas, de modo a tornar mais eficiente a intervenção futura	Estudos realizados ou relatórios produzidos/editados	✓	SRSS (DRSS, IDSA)
	Beneficiar do conhecimento existente para outras realidades, procurando criar articulações com agentes nacionais e internacionais afins	Estudos realizados ou relatórios produzidos		SRSS (DRSS, IDSA)
M3		Programas criados com articulação de agentes nacionais e/ou internacionais	·	
		Protocolos estabelecidos		
M4	Deverá ser organizado um Observatório Regional da Violência Doméstica, que recolha, trate, analise toda a informação pertinente e produza conhecimento que permita monitorizar a evolução do fenómeno, em todas as suas dimensões e tipos de vítimas e agressores, apoiar a definição de políticas e a adopção de medidas no sentido de prevenir e combater a Violência Doméstica	Data de criação do observatório	×	SRSS (DRSS, IDSA)